UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós Graduação Psicologia Social

Elise Mason Albejante

Relações entre ser humano e meio ambiente: uma
análise do enraizamento/desenraizamento na comunidade
São Remo

São Paulo
2015

Elise Mason Albejante

Relações entre ser humano e meio ambiente: uma
análise do enraizamento/desenraizamento na comunidade
São Remo

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Gustavo
Martineli Massola

São Paulo
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Albejante, Elise Mason.

Relações entre ser humano e meio ambiente: uma análise do enraizamento/desenraizamento na comunidade São Remo / Elise Mason Albejante; orientador Gustavo Martineli Massola. -- São Paulo, 2015.

146 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Pesquisa-ação 2. Psicologia ambiental 3. Psicologia comunitária 4. Resíduos sólidos I. Título.

BF353

Nome: ALBEJANTE, Elise M.

Título: Relações entre ser humano e meio ambiente: uma análise do enraizamento/desenraizamento na comunidade São Remo

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

É difícil expressar em palavras esse sentimento que me permeia, a gratidão. Foram tantas pessoas que cruzaram meu caminho e que contribuíram para eu chegar onde estou, que às vezes parece frágil citar apenas algumas delas. Mas também, não nominar figuras importantes que estiveram presentes nesses dois últimos anos, pareceria ingratidão. Então, tentarei expressar aqui meu agradecimento e alegria por poder ter contado com cada um de vocês, que colaboraram para que esse trabalho desse o resultado que deu e para a minha formação pessoal.

Ao Gustavo, por toda a paciência e dedicação em sua orientação, sabendo a arte de ser exigente e, ao mesmo tempo, de dar liberdade para que o trabalho fosse prazeroso a mim e que atendesse às requisições de um curso de mestrado. Posso dizer com toda a certeza que tive sorte em minha escolha de orientador, como muitos já haviam me dito.

À equipe do Programa Aproxima-Ação por acreditar na potencialidade desse trabalho e por ter aberto portas para que a minha aproximação com a São Remo fosse mais rápida e fluida, e por terem me feito repensar em tantos “detalhes” que passariam despercebidos sem vocês: Bia, Brysa, André, Mariangela, Fernanda, Mariana.

Ao grupo Remo Vendo Lixo, por toda abertura, entusiasmo, vontade e força para pensar e agir em busca de melhorias da comunidade. Adelvan, Samara, Rita R., Ana Rosa, Rita A., Resilda, Mônica, Kátia, Ruth, Gislene, Valdene, Beatriz, Maria José, Neuza. Sem vocês, esse trabalho não existiria.

Às pessoas do Instituto de Psicologia que me acolheram tão bem, me fazendo pensar sob outras perspectivas e me dando liberdade me expressar e ficar menos tão louca com a efervescência de pensamentos que o mestrado causou em mim. Ligia, Yuubi, Denise, Aline, Alan, Fabricio, Ivy, Camila, Richard, Guilherme, Bel, Pedro, Nego, Adriana, Galeão, Bernardo, Ricardo Casco, Moura, Profa. Eda, Prof. Leon.

À Nalva e à Rô, por toda a paciência e dedicação que tiveram comigo para que as questões burocráticas fossem um pouco mais amenas.

À banca de qualificação, professores Marco, Bernardo e Gustavo, por todas as contribuições que deram para que este trabalho pudesse ser aprimorado.

À minha família, por todo apoio que sempre me deu. Aos meus pais, por acreditarem em minhas capacidades e darem o suporte necessário para eu conseguir fazer o mestrado. Aos meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, Lola e Tomás, que deixaram São Paulo menos inóspita a mim.

Ao Pedro, por todo carinho e paciência que tem despendido comigo nessa reta final de mestrado e pelo lindo e maior presente que poderia me dar, o Bernardo, nosso filho que está a caminho.

À família escolhida, meus amigos e amigas: Belzinha, Ari, Ligia, Vê, Fabi, Morinha, Paulinho, Lótus, BH, Delcio, Damata, Lulu, Aline C., Aline H., Carol, Tatá, Naninha, Atum, Milena, Michel, Preps, Maria, Close, Luís, Buda, Pinguim, Azeite, Rubia, Tamie, Rê, Careca.

Aos músicos e frequentadores do “Samba da Psico”, que me ajudaram a relaxar e conversar mais abertamente sobre minhas inquietações em momentos de descontração.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

*“Não tenho a anatomia de uma garça pra receber
em mim os perfumes do azul.*

Mas eu recebo.

É uma bênção.

*Às vezes se tenho uma tristeza, as andorinhas me
namoram mais de perto.*

Fico enamorado.

É uma bênção.

*Logo dou aos caracóis ornamentos de ouro
para que se tornem peregrinos do chão.*

Eles se tornam.

É uma bênção.

*Até alguém já chegou de me ver passar
a mão nos cabelos de Deus!*

Eu só queria agradecer.”

(Manoel de Barros, 1916 – As Bênções)

Resumo

ALBEJANTE, E. M. **Relações entre ser humano e meio ambiente: uma análise do enraizamento/desenraizamento na comunidade São Remo**. 2015. 146f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O presente trabalho é resultado de uma *pesquisa-ação* realizada para o mestrado em Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Teve como campo de pesquisa a comunidade de São Remo, favela localizada às margens desta universidade. Pautou-se pelas disciplinas de Psicologia Ambiental e de Psicologia Comunitária e teve por objetivo estudar as relações que esses moradores estabeleciam com seu espaço por meio da Pesquisa-Ação Emancipatória a fim de analisar seu enraizamento e/ou desenraizamento em relação à São Remo. Para tanto, houve uma aproximação inicial com os moradores locais para compreender como eles entendiam seu território e quais as queixas por eles apresentadas. Dentre alguns problemas levantados por eles, estava a questão do lixo. Após essa aproximação, foram realizadas conversas informais e reuniões com alguns moradores, tendo sido desenvolvida conjuntamente a proposta de organizar um grupo que pensasse e discutisse a questão do lixo e propusesse soluções para esta demanda. O grupo foi articulado e estruturado durante o ano de 2014, atendendo aos objetivos iniciais de sua proposta, e continuou mesmo após o término dessa pesquisa de mestrado, sem a presença de pesquisadores da USP. As minúcias dessa experiência, bem como aspectos dessa comunidade e do papel de uma pesquisadora em uma modalidade de pesquisa como essa – a pesquisa-ação emancipatória – estão relatadas ao longo da dissertação.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Psicologia Ambiental. Psicologia Comunitária. Resíduos Sólidos.

Abstract

ALBEJANTE, E. M. Relations between human being and environmental: analyses of rootedness/uprooting the community of São Remo. 2015. 146f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This dissertation is the result of an *action research* for master in Social Psychology in the *Instituto de Psicologia* in the *Universidade de São Paulo* (USP). The research field was the community of São Remo, located in the marginal area of this university. Based on the Environmental Psychology and Community Psychology, and had the objective of to study the relationship that these residents established with your space by the Emancipatory Action Research to analyze their rootedness and/or uprooting in relation with São Remo. For this, it had an initial approximation with locals for the comprehension of how they understood their territory and which demands they would present. Among some problems raised by them, was the issue of garbage. After that approach, some informal conversation and meetings happened with locals and we developed together the proposal to organize a group to think and discuss the issue of garbage and propose solutions for this demand. This group was articulated and structured throughout the year of 2014, having served its initial proposal, and continues even after the end of this master research, without the presence of researchers of USP. The details of this experience, as well as aspects of this community and the role of a researcher in a 'mode' research like this – emancipatory action research – are reported along the dissertation.

Keywords: Research action. Environmental Psychology. Community Psychology. Solid Wastes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem de satélite com polígonos da São Remo, dando ênfase aos terrenos da antiga SABESP e do Buracanã, além da USP.....	61
Figura 2: Cartaz da Associação de Moradores para cadastro das crianças que não estão sendo atendidas por creches.....	62
Figura 3: Foto de um dos pontos de acúmulo da rua da quadra e do campinho.....	79
Figura 4: Ponto de acúmulo de lixo na Rua Catumbi, próximo a esquina da Av. São Remo, no muro que faz divisa com o Quartel.	80
Figura 5: Imagem de satélite com indicações dos pontos de acúmulo de lixo na São Remo.....	85
Figura 6: Oficina de fabricação de brinquedos a partir de materiais recicláveis.....	95
Figura 7: Fotografia de na viela Roberto de Barros após a intervenção de <i>graffiti</i> ..	106
Figura 8: Foto do "Muro das Lamentações" elaborado pelos pais das crianças que frequentam o Espaço Girassol.	107
Figura 9: Foto da "Árvore dos Sonhos" elabora na atividade junto aos pais das crianças que frequentam o Espaço Girassol.....	107
Figura 10: Fotos do dia em que colocamos os desenhos das crianças em alguns pontos de acúmulo nas vielas.	109
Figura 11: Intervenção feita pelos moradores em outubro de 2014.	111
Figura 12: Foto da viela Roberto de Barros após intervenção dos moradores.....	111

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agentes Comunitárias de Saúde
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CECAE – Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais
CEPEUSP – Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo
CET – Companhia de Engenharia de Tráfego
CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
CSEB - Centro de Saúde Escola do Butantã
EA – Educação Ambiental
ESF - Engenheiros Sem Fronteiras
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
HU – Hospital Universitário
INOVA – Empresa de coleta de resíduos volumosos e responsável pelos Ecopontos.
IP-USP – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LAPSI-USP – Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção da Universidade de São Paulo
LOGA - Logística Ambiental de São Paulo
MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
ONG – Organização Não Governamental
PA – Psicologia Ambiental
PAVS – Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis
Poli-USP – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
PRCEU - Pró Reitoria de Cultura e Extensão Universitária
RO – Rondônia
RSS – Segregação dos resíduos de saúde
SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UBS – Unidade Básica de Saúde
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Preâmbulo	11
Introdução.....	15
Capítulo 1: Metodologia ou “Uma rã me pedra”	17
Capítulo 2: A Aproximação ou “Folhas secas me outonam”	26
Capítulo 3: O grupo ou “Os jardins se borboletam”	59
Capítulo 4: Meu papel enquanto pesquisadora ou “Um passarinho me árvore”	115
Considerações finais ou por que fui trabalhar onde não fui chamada?	128
Bibliografia	139
Anexo A – Entrevista com participantes do grupo REMO-VENDO-LIXO	141
Anexo B – Ideias consolidadas na elaboração do <i>Brain Storm</i> :	142
Anexo C – Parte das ideias que foram revisadas, agrupadas e analisadas:	144
Anexo D – Documento Elaborado para Encontro	146

Preâmbulo

Antes de iniciar a narrativa sobre essa experiência de pesquisa-ação realizada durante o mestrado, cabe fazer algumas considerações sobre termos que serão utilizados ao longo deste trabalho. Eles são *comunidade*, *favela* e *lixo*. Inicio apresentando esses pontos para que não haja confusão quanto a alguns conceitos imbuídos nesses termos e o que se quis expressar utilizando-os aqui. A escolha de utilização dessas palavras ao invés de outras se deu pelo fato de, durante a pesquisa, serem constantemente utilizados pelos próprios moradores locais; assim, julguei que seria importante preservá-los, mesmo sabendo que existem significados em seu uso que vão além de como são entendidos na linguagem coloquial.

Como se almeja que esse trabalho possa ser utilizado posteriormente não apenas pelas pessoas do universo acadêmico, como também pelos próprios moradores da São Remo, preferi deixar a linguagem mais próxima possível de como é utilizada no dia-a-dia dessas pessoas. Por isso, os termos *favela*, *comunidade* e *lixo* estarão constantemente presentes ao longo dessa dissertação.

Enfim, sei que a palavra *favela* pode ser, muitas vezes, usada de forma pejorativa, ou trazer sentidos construídos pela sociedade que generalizam e nem sempre condizem com a realidade local. Fernandes (2005) afirma que esses estereótipos estão embutidos nos discursos presentes na sociedade, pois neles é possível observar, “(...) além do desejo de sua eliminação, uma grande transferência de responsabilidade à favela pelos problemas da cidade.” (FERNANDES, 2005, p.48). O autor atribui a presença dessa ideia no discurso das pessoas a dois fatores: o primeiro, diz respeito ao fato de que as falas sobre as favelas se baseiam em um olhar distante dado pela mídia; e o segundo – reconhecido pelo autor como um pouco mais polêmico e, portanto, não consensual – porque os setores dominantes sustentam essas representações como forma de legitimar ações do Poder Público para o controle social em setores populares.

Mesmo sabendo que o termo *favela* pode estar impregnado por uma série de estigmas que, muitas vezes, inferiorizam esse conjunto habitacional,

optei por usá-lo, pois usar outro termo parece uma forma de mascarar a realidade e negar que o local estudado possui certas características que fazem com que a sociedade, tanto moradora local, quanto exterior, considere a São Remo uma favela.

Se essas representações, por um lado, reforçam a idéia de uma cidade partida – na qual as favelas não são vistas como parte constituinte da cidade –, por outro, contribuem para o aprofundamento da compreensão dos problemas urbanos. Na realidade, se fôssemos levar ao pé da letra a lógica que sustenta a culpabilização das favelas quanto aos problemas da cidade, poderíamos dizer, à luz de uma leitura crítica da condição histórica das favelas que, ao contrário, seus problemas é que têm origem na *cidade*, visto que as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas do espaço urbano é que foram os fatores responsáveis pelo fenômeno da favelização. (FERNANDES, 2005, p. 50).

Assim, para não cair em estereótipos muitas vezes empregados pelos grandes meios de comunicação e que podem tornar pejorativo o uso desse termo, busquei descrever suas características e discutir cada uma delas de forma mais próxima ao que vi e ao que me foi relatado. Porém, é fundamental compreender que a caracterização e as discussões aqui postas têm a minha perspectiva (discutida com meu orientador) e a perspectiva de alguns moradores e atores locais como referência, o que, por vezes, infelizmente, pode trazer alguns desses rastros de uma construção histórica preconceituosa. Empenhei todos os meus esforços para evitar que tais rastros fossem importados para este trabalho e assumi a responsabilidade por aquilo que, inadvertidamente, não tenha sido capaz de rever criticamente.

Enfim, não se pode considerar que o que aqui será apontado seja a verdade absoluta e estática de como é a São Remo, mesmo porque, conforme relatarei mais adiante, a própria favela, assim como os demais espaços urbanos, se transforma ao longo do tempo. Irei descrever características da São Remo que me foram apresentadas, seja em idas a campo, seja pelas falas sob o olhar de outros atores, dentro de um determinado intervalo de tempo, que compreende os anos de 2013 e 2014.

Como alternativa ao uso do termo “favela”, muitos usam a expressão *comunidade*, que também será usada ao longo desse trabalho, por ser a forma como os próprios moradores designam, em suas falas, seu território,

muito embora eu saiba que esse termo também tem suas controvérsias no imaginário e em sua conceituação.

Segundo Bauman (2003), a palavra comunidade traz em si uma sensação, além de seu significado, de ser algo bom, aconchegante, confortável; promete prazeres que gostaríamos de experimentar, como a segurança e a confiança nas outras pessoas. Porém, o autor ressalta tratar-se de algo impossível de ser alcançado:

Em suma, “comunidade” é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir. Raymond Williams, atento analista de nossa condição comum, observou de modo cáustico que o que é notável sobre a comunidade é que “ela sempre foi”. Podemos acrescentar: que ela sempre esteve no futuro. “Comunidade” é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido – mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá. (BAUMAN, 2003, p.9)

Ele ainda fala que a ideia que está por detrás da palavra comunidade é a mesma ideia de paraíso perdido, que não existe e nem poderíamos conhecer. Assim, a comunidade, como a entendemos, é fruto de nossa imaginação (BAUMAN, 2003, p.9). Talvez pelas próprias posições imaginárias que ocupam a favela e a comunidade, a segunda é preferida à primeira. Entretanto, ambas as expressões compartilham o imaginário, o socialmente construído, a ilusão, em contraste com a realidade. Bauman (2003) ainda fala sobre como, para se ter uma comunidade dotada de tamanha segurança, nossa liberdade estaria em jogo.

Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade” – e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à auto-afirmação” e “à identidade”. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. (BAUMAN, 2003, p.10)

Com isso, foi na tentativa de, contraditoriamente, fugir dessa fuga, que optei por usar ambas, comunidade e favela, mesmo sabendo que ocupam pontos extremos no imaginário social, para, quiçá, alcançarmos aquilo que está entre um e outro, a saber, a São Remo como se constitui hoje sob essa perspectiva.

Na tentativa de retratá-la assim, utilizei ao longo do texto outro termo que pode gerar incômodo a alguns leitores. Optei pelo uso de “lixo” em vez de “resíduos sólidos”, como muito é empregado em situações mais formais e mesmo por pessoas que estão envolvidas com o trabalho e/ou com os movimentos sociais que buscam nesses materiais suas fontes de renda. Entendo que nesse caso, também, o termo é visto de forma pejorativa, como algo sujo, mal cheiroso e que deve ser eliminado, o que pode não condizer com todos os tipos de materiais encontrados no lixo. Sabemos que esses resíduos podem ser tratados de diferentes formas e transformados – e aqui, não nos referimos apenas aos materiais recicláveis, tipicamente transformados e reutilizados pela sociedade, mas também aos lixos orgânicos, que podem ser transformados em substratos bastante nutritivos para as plantas e outros micro-organismos, aos entulhos, aos “ferros velhos”... Enfim, a todos esses materiais, para os quais novas soluções surgem a cada instante para que não mais sejam um problema socioambiental.

Assim, apesar de saber que existem várias soluções e que o lixo pode ser, antes de tudo, matéria prima para muitas de nossas necessidades, optei por esse termo por ser assim designado pelos moradores. Isso nos traz não apenas o fato de haver acúmulo desses resíduos na comunidade, mas a forma como ele é encarado pela população local, o que pode ser um indicativo de como ele é compreendido simbolicamente, o que encontra ressonância nas discussões desse trabalho conforme poderá ser compreendido nos parágrafos que seguem.

Introdução

*“Havia no lugar um escorrer azul de água sobre as
pedras do córrego.*

(Um escorrimento lírico.)

*Andava por lá um homem que fora desde criança
comprometido para lata.*

Andava entre rãs e borboletas.

*Me impressionou a preferência das andorinhas por
ele.*

*Era sujeito esmolambado à feição de ser apenas uma
coisa.*

*Era sujeito esmolambado à feição de ser apenas um
trapo.*

*Percebi que o homem sofria por dentro de uma
enorme germinação de inércia.*

*Uma inércia que até contaminava o seu andar e os
seus trajos.”*

(Manoel de Barros, 1998, p.23)

O presente trabalho irá retratar, tanto quanto possível, a experiência de uma pesquisa-ação realizada durante dois anos de mestrado, realizado entre os anos de 2013 e 2014 no Programa de Psicologia Social, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Entretanto, suas influências vão para além deste período, de vivências do passado e expectativas de futuro, que serão pinceladas conforme o texto e os relatos pedirem maiores explicações.

Este trabalho se divide em cinco capítulos, nos quais serão relatadas, analisadas e discutidas experiências ligadas ao desenvolvimento dessa pesquisa-ação. No capítulo 1, o leitor poderá entrar em contato com a descrição metodológica do trabalho, no qual apresento o que aconteceu ao longo do mestrado, o “passo a passo” dessa pesquisa-ação, procurando deixar evidente de onde foram colhidos os dados que pautaram esse trabalho escrito.

No capítulo 2, será apresentado o primeiro momento de meu mestrado, em que houve maior aproximação com o campo de pesquisa, com o intuito de conhecer as pessoas que trabalhavam, viviam ou atuavam de diversas maneiras da região da São Remo, ver a possibilidade de dar início a esse

projeto de pesquisa na região e buscar as demandas trazidas pelas pessoas daquele local na forma de problemas concretos para os quais poderíamos (as pessoas que estivessem dispostas a participar do trabalho e eu) pensar em intervenções que constituíssem uma iniciativa de pesquisa-ação. Ainda neste capítulo, algumas discussões sobre fenômenos psicossociais relacionados ao tema são iniciadas, bem como é apresentada a contextualização e a caracterização de alguns aspectos da comunidade São Remo.

Essas discussões e caracterização da comunidade também permeiam o capítulo 3. Este capítulo, porém, se estrutura na constituição do grupo “Remo Vendo Lixo”, um grupo articulado durante o período dessa pesquisa para a discussão da questão-problema levantada na primeira etapa, a saber, o lixo na favela São Remo. Nele, abordarei algumas nuances dos eventos que transcorreram durante a constituição do grupo e posteriores ideias para que ações fossem realizadas com o intuito de amenizar os problemas apresentados, bem como fortalecer as articulações do grupo e ampliá-las.

Como durante todo o trabalho há discussões disparadoras de reflexões sobre o papel do pesquisador em um tipo de investigação como a pesquisa-ação, priorizamos, no capítulo 4, a discussão sobre este tema. A seção apresenta alguns episódios vividos por mim, como pesquisadora, e que tiveram influência direta no presente trabalho.

Finalizando este trabalho, o capítulo 5, que apresenta as considerações finais, traz algumas discussões sobre o papel da universidade na extensão e um pouco mais sobre o meu papel no grupo, no contexto de uma pesquisa-ação, a partir de duas conversas polêmicas das quais participei, uma sobre a atuação da USP na São Remo e outra sobre a atuação coletiva versus a atuação individualizada.

Capítulo 1

A Metodologia ou “Uma rã me pedra”

“A rã me corrompeu para pedra. Retirou meus limites de ser humano e me ampliou para coisa. A rã se tornou o sujeito pessoal da frase e me largou no chão a criar musgos para tapete de insetos.”

(Manoel de Barros, 1998, p.9)

Este trabalho de mestrado se pautou pela pesquisa-ação como método de pesquisa. Sua escolha, seus desafios e suas peculiaridades serão esmiuçados mais adiante, nos capítulos a seguir, onde aspectos de algumas questões teóricas foram vividos em situações práticas como parte deste trabalho. Por ora, porém, cabe dizer como se deu seu desenrolar desde sua concepção até o momento final da pesquisa.

A escolha da pesquisa-ação aconteceu ainda enquanto eu e meu orientador idealizávamos o projeto de pesquisa. Meu contato inicial com essa metodologia aconteceu por meio de leituras de alguns autores e posterior discussão com meu orientador. Naquele momento, ainda não sabia muito bem o que de fato era uma *pesquisa-ação*.

Depois fui entender que a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa que, como já é esperado em um trabalho acadêmico, produz conhecimento científico; entretanto, ele é produzido por meio da utilização de técnicas que visam a melhoria de uma prática, com a constante reflexão sobre a situação e as ações em questão. Assim, ela (a pesquisa-ação) se inicia com um reconhecimento inicial, que se dá pela análise da situação geral, para se ter uma visão ampla do contexto de trabalho, das práticas desenvolvidas naquele momento pelas pessoas com quem será desenvolvido o trabalho, bem como para se obter informações sobre os participantes e demais atores envolvidos direta ou indiretamente. Nesse sentido, Lewin (1975) afirma que a pesquisa-ação deve ser realizada em uma situação de prática, com intuito de aprimorá-la, de forma a pensar o que está sendo realizado, problematizar alguns pontos e planejar soluções. A partir deste planejamento, as ações previstas

devem ser realizadas, monitoradas e avaliadas para que um novo planejamento possa ser realizado. Assim, a prática estaria, constantemente, sendo pensada, avaliada e aprimorada.

Porém, no caso desse projeto de pesquisa, não havia uma atuação prévia minha ou de meu orientador no local (como será descrito posteriormente). Entretanto, havia um grande interesse nosso em atuar na São Remo (favela que faz fronteira com a USP-Cidade Universitária e sobre a qual irei discorrer ao longo de todo esse trabalho) com um problema que fosse reconhecido enquanto tal pelos moradores locais. Nesse caso, foi importante cumprir algumas etapas anteriores a uma intervenção propriamente dita.

Assim, o primeiro ano de mestrado foi dedicado tanto a estudos teóricos e de caráter geral em Psicologia Social e Ambiental – que eram uma novidade para mim – como para uma aproximação com o campo de pesquisa. Neste primeiro ano, iniciei minha participação em um grupo informal do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP), no qual professores e alunos, em número de aproximadamente quinze, reuniam-se semanalmente para discutir tanto a extensão universitária em caráter teórico quanto algumas ações de extensão que estavam sendo realizadas concretamente por membros do IP-USP. Com a participação nesse grupo, fiquei sabendo da existência de uma rede do Programa Aproxima-Ação, iniciativa do Núcleo dos Direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP (PRCEU), que tinha por objetivo articular os diferentes atores que atuavam na São Remo, auxiliando na relação USP-São Remo. Já no início do primeiro semestre de 2013, comecei a participar da Rede Aproxima-Ação e a conhecer um pouco mais sobre o campo e as pessoas que ali atuavam.

Naquele momento, a relação entre o IP-USP e o Programa Aproxima-Ação também estava se estreitando e, desse estreitamento, começaram a surgir algumas parcerias, como a participação de uma professora do instituto como vice-coordenadora do programa e a parceria entre meu orientador e Beatriz Rocha, principal funcionária deste programa, na construção de um curso piloto de educação em meio aberto.

A vontade de se estruturar um curso de educação em meio aberto como esse e institucionalizá-lo veio porque outrora, ele havia sido realizado na própria universidade com a guarda universitária, quando crianças e adolescentes da vizinha São Remo, a comunidade USP e a equipe de segurança da universidade enfrentavam algumas situações conflituosas, como será relatado com mais detalhes no capítulo 3.

Entretanto, por razões políticas, esse curso deixou de existir, mas a necessidade de que ele fosse novamente institucionalizado era fortemente percebida pelo programa, bem como por grande parte dos parceiros da Rede Aproxima-Ação. Mas, para isso, houve a necessidade por parte de Beatriz de fazer um curso piloto com alguns parceiros interessados e, posteriormente, construí-lo de forma a atender às questões burocráticas que envolvem sua formalização dentro da universidade. Assim, ainda no primeiro semestre de 2013, o curso piloto de educação em meio aberto se iniciou, tendo como participantes estagiários do próprio Programa Aproxima-Ação e alguns alunos do IP-USP, entre eles, eu.

Foi por meio da Rede Aproxima-Ação e durante esse curso que pude começar a ficar mais próxima da São Remo, de alguns moradores e pessoas que atuavam ali. As reuniões da rede aconteciam mensalmente e nelas pude estabelecer alguns contatos e parcerias. A cada reunião eu anotava e fazia meu próprio registro, que depois utilizei como fonte de alguns dados dessa pesquisa. Mas foi também durante o curso que pude ter um contato mais direto com a comunidade São Remo. Como será relatado mais adiante, no capítulo 2, o curso intercalava dois encontros na universidade e uma saída a campo. Nesses encontros na universidade, discutíamos aspectos mais teóricos da educação em meio aberto, a necessidade de uma observação sem julgamento, de uma percepção da realidade dos atores e do território para posterior aproximação e intervenção. Esses encontros aconteciam semanalmente e trouxeram para mim a possibilidade de contato com o campo, com os atores e a reflexão sobre tudo o que via, não ficando restrita ao meu olhar, mas trocando e entendendo o olhar de meus colegas daquele curso, bem como de Beatriz, ou Bia, como a chamávamos, que já atuava no local há cerca de 15 anos.

A presença da Bia, como será discutido no capítulo 4, foi fundamental para o andamento dessa pesquisa-ação, tanto por ela ter me auxiliado a responder a minhas dúvidas e inquietações com reflexões mais amadurecidas com relação à São Remo, quanto por ela conhecer e me apresentar a muitos moradores locais, tornando a São Remo cada vez mais conhecida para mim e eu, cada vez mais conhecida para a São Remo.

A cada encontro, novas reflexões, que eram anotadas em uma caderneta específica para o curso. Nela, anotei tanto exercícios e reflexões feitos coletivamente com a turma do curso, quanto percepções que eu tive a cada ida a campo, na busca de um olhar mais compreensivo do que diretivo/julgador, como era o objetivo daquele momento. Essas anotações também entraram como fonte de dados desse trabalho.

Nesses encontros informais de idas a campo e nos encontros mais formais das reuniões da Rede Aproxima-Ação, minha rede de contatos com pessoas moradoras e/ou com alguma ação na São Remo ficava maior. Por um lado, havia uma diversidade de atores, crianças, adolescentes, jovens e adultos, inseridos em diferentes contextos da mesma comunidade, o que possibilitou que eu ampliasse minha visão da realidade local, algo bastante desejável em uma pesquisa-ação.

Com essa ampliação, pude perceber a complexidade e a quantidade de problemas enfrentados pela população local, bem como a quantidade de atores envolvidos em cada um deles. Compreendendo melhor a realidade local e vendo também de que forma poderia contribuir mais efetivamente, conversei com o Gustavo, meu orientador, e nos decidimos a investigar mais a fundo uma questão que havia sido levantada pelos próprios moradores como problema, a saber, a questão do lixo. Para tanto, começamos a conversar com algumas pessoas que atuavam no local e que já haviam manifestado incômodo com a questão. Dentre essas pessoas, parecia-nos estratégico, por várias razões, o contato com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) que atuavam na São Remo e já trabalhavam com o assunto no local. Entramos em contato com elas assim que possível, o que resultou, como será apresentado adiante, na criação de um grupo de articulação de

moradores com o intuito de discutir e planejar soluções para o problema levantado, como é esperado em uma pesquisa-ação.

Entretanto, os primeiros contatos com as ACS para mostrar nossas intenções e saber se havia interesse de sua parte foi permeado por falhas de comunicação de nossa parte, como será detalhado no capítulo 3. Durante o segundo semestre de 2013, tentamos estabelecer uma parceria mais efetiva com as ACS, mas não compreendíamos que isso fazia parte do seu trabalho **como agentes** e que, portanto, precisaria passar pela aprovação de sua coordenadora. Conseguimos entender isso apenas em dezembro e em janeiro pudemos estreitar a parceria.

Paralelamente, ainda no segundo semestre de 2013, as dificuldades provenientes desta confusão no estabelecimento de uma parceria com as ACS levaram-me a pensar que eu não iria conseguir estreitar esse contato, o que me pôs a buscar um “plano B” – trabalhar com a questão do lixo por meio da realização de algumas oficinas com as crianças da ONG Agente/Girassol, uma vez que essa organização fazia parte da rede Aproxima-Ação e já havia uma relação de parceria bem estabelecida. Marquei uma reunião com a diretoria da organização, na qual expliquei toda a situação, incluindo a intenção de formalizar um grupo que discutisse a questão do lixo na São Remo junto às ACS – proposta que estava enfrentando certa dificuldade, o que, por uma necessidade minha, especialmente decorrente dos prazos estabelecidos por meu programa de pós-graduação, exigiu-me que buscasse uma alternativa. A ONG mostrou-se, naquela ocasião, aberta a uma parceria para 2014.

Porém, como já mencionado, após essa conversa, ainda em dezembro de 2013, foi-me esclarecido que uma atuação por parte das ACS em um grupo como o proposto era entendido por elas como parte de seu trabalho e, portanto, era necessário o estabelecimento de um contato formal com sua coordenadora. Em janeiro de 2014, conseguimos realizar uma reunião na qual essas questões foram esclarecidas e a parceria para um grupo que discutiria a questão do lixo foi estabelecida.

Com a possibilidade da articulação desse grupo, iniciamos (eu, as ACS e os demais parceiros que foram entrando no grupo ao longo de 2014) novas

parcerias, dentre elas, com a ONG Agente/Girassol e outras, que serão apresentadas no capítulo 3. As reuniões aconteciam ora mensalmente, ora quinzenalmente, dependendo das demandas estabelecidas pelo próprio grupo. O desenrolar das reuniões será descrito também no capítulo 3, mas cabe ressaltar aqui que os registros eram redigidos por mim e enviados por e-mail às pessoas que participavam das reuniões. Com isso, algumas trocas de e-mail eram realizadas, por vezes, com algumas pessoas complementando temas discutidos em reuniões, com materiais provenientes da Internet, por outras, tirando dúvidas ou servindo como lembretes de alguns temas debatidos nas reuniões ou de decisões que exigiam alguma ação. Esses registros compartilhados das reuniões, bem como as trocas de e-mails, foram utilizados como fonte de dados desse trabalho.

No capítulo 4, será relatada em detalhes minha postura diante do grupo e das situações que aconteciam em reuniões ou nessas trocas de e-mails, pois, tanto a participação das pessoas do grupo nas reuniões quanto o conteúdo dos e-mails trocados eram um “termômetro” que servia para mim como medida do interesse dos atores locais que participavam do grupo pelo tema; e foi isso que balizou minha atuação nessa pesquisa-ação. Tudo isso, porque a aproximação com os atores locais, a preocupação com a compreensão da realidade da São Remo, bem como a escuta e o estabelecimento de parcerias são muito relevantes para que a pesquisa-ação seja efetiva, uma vez que ela precisa cumprir alguns pressupostos e ações que embasem esse tipo de investigação.

Dentre essas questões, Tripp (2005) ressaltava que a pesquisa-ação funciona melhor quando há cooperação e colaboração, uma vez que a problemática traz efeitos não apenas no indivíduo, mas na organização como um todo. E ainda ressaltava que “a participação não é o único determinante do tipo de projeto de pesquisa-ação que se está executando: existe uma dialética entre escolha do tópico e participação, variações que dão origem a diferentes modalidades de pesquisa-ação (...)” (TRIPP, 2005, p.456)

Nesse sentido, o autor aponta cinco modalidades de pesquisa-ação: a pesquisa-ação técnica, que “constitui uma abordagem pontual na qual o pesquisador toma uma prática existente de algum outro lugar e a implementa

em sua própria esfera de prática para realizar uma melhora.” (TRIPP, 2005, p.457); a pesquisa-ação prática, na qual “o pesquisador escolhe ou projeta as mudanças feitas. (...) o tipo de decisões que ele toma sobre o que, como e quando fazer são informadas pelas concepções profissionais que tem sobre o que será melhor para seu grupo.” (TRIPP, 2005, p.457); a pesquisa-ação política, que se refere “à mudança da cultura institucional e/ou de suas limitações. (...) é preciso engajar-se na política, porque isso significa trabalhar com ou contra outros para mudar “o sistema” (TRIPP, 2005, p.457); a pesquisa-ação socialmente crítica, “quando se trabalha para mudar ou para contornar as limitações àquilo que você pode fazer, isso comumente é resultado de uma mudança em seu modo de pensar a respeito do valor último e da política das limitações.” (TRIPP, 2005, p.458); e a pesquisa-ação emancipatória, que é uma

(...) variação da pesquisa-ação política, que tem como meta explícita mudar o *status quo* não só para si mesmo e para seus companheiros mais próximos, mas de mudá-lo numa escala mais ampla, do grupo social como um todo (...) constitui assim, necessariamente, um esforço participativo e colaborativo, o que é socialmente crítico pela própria natureza. (TRIPP, 2005, p.458)

No caso desse trabalho, busquei trabalhar com esta última modalidade de pesquisa-ação. A importância da escolha de uma dessas modalidades está relacionada ao objetivo que a pesquisa-ação pretende alcançar e à forma como ocorrerá a participação dos atores envolvidos. Além disso, essa escolha auxilia na análise de sua aplicação e em seu monitoramento, uma vez que refletir sobre a participação, sobre a forma como serão operadas as ações, pode trazer garantias de um bom processo, “particularmente em termos de comparar resultados pretendidos com técnicas apropriadas de monitoramento.” (TRIPP, 2005, p.459)

Essa escolha deu-se porque, conforme mencionado anteriormente, essa modalidade visa uma mudança mais ampla nas condições sociais dos participantes, uma vez que atua sobre uma questão pontual, contextualizando-a, porém, de forma a considerar as problemáticas sociais historicamente constituídas no local para o desenvolvimento e transformação da prática. Nela, a participação dos atores sociais deve ser ativa, uma vez

que eles assumem a responsabilidade das transformações da prática (JORDÃO, [s.d.]).

E foi por meio desse grupo, no qual meu papel era de auxiliar na mediação das relações ali estabelecidas, que pude compreender mais o contexto local, as problemáticas que ali existiam e problematizá-las com o auxílio de teorias como aquelas que discutem o enraizamento e o desenraizamento, a humilhação social, entre outras que serão apresentadas ao longo do trabalho. Ao mesmo tempo, esses conhecimentos eram revistos e problematizados no contato direto com a realidade local. Para Jordão [s.d.]:

(...) a pesquisa-ação integra o conhecimento à ação, ou seja, a teoria à prática. Nesse sentido, ela coloca em xeque a visão positivista de ciência, segundo a qual a ação demanda a aplicação do conhecimento teórico, previamente elaborado. De acordo com essa visão, primeiro devemos conhecer para depois agir. Na pesquisa-ação, ao contrário, a ação se torna objeto de investigação, subsidiando a produção de conhecimentos sobre si mesma. Essa produção exige uma reflexão teórica sobre a prática e, simultaneamente, uma ressignificação das teorias sobre ela, o que possibilita sua transformação. (JORDÃO, p.9, [s.d.])

Porém, para a compreensão da prática através da teoria e para a reflexão da teoria através da ação, houve a necessidade de realizar algumas entrevistas, como forma de compreender alguns pontos para os quais as fontes de dados anteriormente mencionadas não foram suficientes. Assim, eu e meu orientador conversamos e decidimos conduzir entrevistas com quatro pessoas: três delas, moradoras locais, e uma agente externa, que atua na São Remo há mais de 10 anos, todas integrantes do grupo.

Por orientação do professor Gustavo, realizei a entrevista com base em um modelo de entrevista desenvolvido por Arakcy Martins Rodrigues. Nesse modelo, inicia-se a entrevista perguntando ao entrevistado sobre sua história de vida e espera-se que a pessoa diga tudo o que lembrar, interrompendo-se o mínimo possível para que associações livres sejam estabelecidas pelo entrevistado. Posteriormente, são feitas perguntas bastante abertas para que a pessoa fale um pouco sobre o tema da pesquisa, caso ainda não tenha tratado do assunto. Por fim, são realizadas perguntas mais diretas sobre o tema de pesquisa (ver roteiro de entrevista no anexo A).

Nessas entrevistas pude compreender melhor e obter mais informações sobre a comunidade e a relação dessas pessoas com outros moradores locais, bem como delas com o meio e com o lixo, o que foi bastante enriquecedor e pautou uma série de discussões nos capítulos desse trabalho¹. Apesar de toda essa riqueza de informações, ainda senti a necessidade de realizar uma conversa com o intuito de complementar as informações já obtidas. Dessa vez, tendo alguém que atuasse diretamente na relação USP-São Remo – amplamente discutida ao longo do trabalho. Por isso, realizei uma conversa com a Beatriz Rocha para compreender melhor a história do programa, bem como a história do Avizinhar, ambos descritos tanto no capítulo 2 quanto no capítulo 3.

Enfim, após essa descrição das fontes que utilizei para a obtenção desses dados, senti a necessidade de elencá-los para que fique mais claro para o leitor de onde tirei as informações que serão descritas e discutidas nos capítulos a seguir. Enfim, as informações escritas ao longo de todo o trabalho foram retiradas (além de fontes teóricas citadas e mencionadas) do Diário de Campo, onde registrei minhas observações, sensações e transformações de meu pensar; dos registros das reuniões da Rede Aproxima-Ação; da Caderneta de Campo do curso de Educação em Meio Aberto; dos registros do grupo Remo Vendo Lixo, feitos por mim e compartilhados com o grupo por e-mail; dos e-mails trocados pelo grupo Remo Vendo Lixo; de alguns contatos informais com moradores e pessoas atuantes no local, tanto por meio de conversas pessoais, quanto por meio de redes sociais da internet; de entrevistas realizadas com quatro pessoas do grupo Remo Vendo Lixo; e de conversa agendada com a funcionária do Programa Aproxima-Ação.

Agora, sabendo que a origem das informações com as quais trabalharei já ficou mais clara, sinto-me mais à vontade para descrever essa experiência de pesquisa-ação e de convidar o leitor a adentrar nesse estudo de caso.

¹Ao longo do trabalho, alguns trechos dessas entrevistas são citados. Como o número de entrevistados foi reduzido e para preservar a identidade dessas pessoas, optei por colocar apenas colocar “colaborador morador”, independentemente do sexo, e o ano em que a entrevista foi realizada, em vez do nome da pessoa que emitiu tal fala.

Capítulo 2

A Aproximação ou *“Folhas secas me outonam”*

*“Folhas secas que forram o chão das tardes me
transmudaram para outono? Eu sou meu outono.”
(Manoel de Barros, 1998, p. 10)*

Este capítulo irá tratar sobre o início dessa pesquisa-ação e os passos trilhados para alcançá-la e torná-la uma pesquisa-**ação** e não uma pesquisa estritamente teórica de mestrado. Ela foi realizada no seio do Programa de Pós Graduação de Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e está permeada tanto pela Psicologia Ambiental quanto pela Psicologia Comunitária, áreas de conhecimento da Psicologia.

A escolha por essas áreas do conhecimento aconteceu, inicialmente, por dois fatores, ambos relacionados à minha trajetória profissional. Sou graduada em Biologia e já no final de minha graduação iniciei alguns trabalhos com comunidades, inicialmente na área de gênero e sexualidade e, posteriormente, com fortalecimento comunitário. Depois de terminar a graduação e desenvolver alguns trabalhos com comunidades que visavam o fortalecimento comunitário por meio da educação, vi na Educação Ambiental a possibilidade de adentrar em questões tão centrais para nossa sociedade que, por vezes, ignoravam uma a outra. Ou seja, às vezes, privilegiavam a questão ambiental em detrimento da questão social ou vice e versa.

Entretanto, como relatarei mais adiante, chegou um momento em que me incomodei com algumas posturas da Educação Ambiental (EA), mais precisamente, com a falta de profundidade com que algumas vezes as ações de EA eram abordadas e realizadas. Isso porque me instigava a atuação com comunidades, o fortalecimento comunitário, seus processos; e a relação entre ser humano e natureza – algo abordado pela Educação Ambiental, mas que por vezes me deixava em dúvida se tinha a profundidade necessária para que atitudes “ecologicamente corretas” fizessem, de fato, sentido às pessoas que as praticavam ou se eram meras reproduções de uma moral contemporânea em processo de construção.

Minha vontade era de trabalhar e aprofundar a relação das pessoas com sua natureza interna e com a natureza externa, buscando maior equilíbrio. Com isso, entrei em contato com alguns professores universitários, pois já tinha intenção de cursar o mestrado, e um deles indicou o Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção da USP (LAPSI-USP), por ser um laboratório com professores que poderiam me ajudar a estudar e a pensar essa relação.

A indicação foi muito acertada, pois ali pude entrar em contato tanto com a Psicologia Comunitária, quanto com a Psicologia Ambiental, ambas com profunda conexão com meus objetivos pessoais e com os objetivos dessa pesquisa-ação, uma vez que ela pretendeu compreender a relação entre a identidade psicossocial e o ambiente por meio de ações que buscassem algumas melhorias sociais. Isto porque tais disciplinas são fazeres da Psicologia Social que, no contexto latino-americano – principalmente a Psicologia Comunitária – entendem o indivíduo como ser social, constituído e constituinte de uma cultura, em constante movimento e transformação (LIMA & BOMFIM, 2009, p.492). Além disso, no Brasil, "a psicologia comunitária adota uma postura política de transformação da realidade social." (LIMA & BOMFIM, 2009, p.492). Portanto, ela é uma ciência que busca compreender a atividade comunitária como atividade social que engloba as ações comunitárias (modo de vida) objetivas e subjetivas.

Enquanto a Psicologia Comunitária surgiu num contexto em que a preocupação da área era compreender e transformar a realidade, adotando uma postura política, a Psicologia Ambiental emergiu com respaldos de estudos de Kurt Lewin, que trabalhou com a Psicologia Social, pensando no ambiente urbano. Com isso, ela estudou a complexidade da relação entre ser humano e o ambiente por meio de teorias e metodologias da Psicologia Social, mas também propôs novos conceitos e métodos para a compreensão mais aprofundada de tal inter-relação. (LIMA & BOMFIM, 2009)

Sabendo que a Psicologia Ambiental (PA) é uma disciplina da Psicologia relativamente nova e com algumas divergências internas², cabe ressaltar que entendo a Psicologia Ambiental como área do conhecimento com íntima relação com a Psicologia Social e que, ao estudar a relação do indivíduo com seu ambiente físico e social, considero as influências mútuas de ambas as dimensões (indivíduo – ambiente). Com isso, pretendemos, eu e meu orientador, compreender por meio dessa pesquisa-ação, como os moradores da São Remo influenciam e são influenciados pelo ambiente onde vivem, nesta inter-relação. Isso porque, segundo Moser (2005), o indivíduo constrói sua identidade na relação com o ambiente físico, nas dimensões sociais, econômicas, culturais e temporais e, portanto, assim como o indivíduo é construído a partir de tal relação, o ambiente físico também o é, uma vez que ele representa a materialização das ações e culturas de uma população. O autor ainda afirma que a PA foi e é uma psicologia do espaço, pois analisa as percepções, as atitudes e comportamentos do indivíduo em sua relação direta com o meio físico e social. Além disso, aponta que a PA se alimenta da demanda social, mais do que outras disciplinas da Psicologia, e diz que ela adere a paradigmas que vão além da simples resposta a ela.

Enfim, a indicação do laboratório e o contato com essa área do conhecimento foram importantes para que essa pesquisa-ação se realizasse da forma como foi realizada e para a minha formação profissional e pessoal, pois trouxe inúmeras reflexões e mudanças em meu modo de pensar e ver o mundo. Entretanto, quando procurei o LAPSI e conversei com Gustavo, não tinha noção do que estava por vir.

Em nossa primeira conversa, falamos um pouco sobre minhas intenções e sobre os tipos de pesquisa realizados no laboratório; também falamos sobre pesquisa-ação e decidimos que ela seria a mais adequada para o trabalho que pretendíamos desenvolver. Depois o Gustavo me apresentou alguns conceitos e autores da Psicologia Social, como enraizamento, Simone Weil, pesquisa-ação e Kurt Lewin. Fiquei encantada com os conceitos que se apresentavam a mim. No contato com alguns textos

² Para aprofundar em tais questões ler autores como Moser (2005), Tassara (2005) e Massola (2013).

de Kurt Lewin entendi uma dimensão ainda maior do que aquela que imaginava sobre a pesquisa-ação. Minha vontade de fazer essa modalidade de pesquisa vinha porque outrora, no contato com algumas comunidades, percebi como algumas pessoas pensavam saber quais eram as necessidades de uma população, mas nem sempre compreendiam o que aquelas pessoas realmente queriam. Talvez porque se viam no outro a si próprias. Talvez porque não conseguiriam viver da mesma forma que aquelas pessoas viviam. Talvez por não estarem abertas para verem o mundo sob outras ópticas. Ou por outros tantos talvez.

O fato é que já vi projetos realmente bons, onde pessoas se empenharam e buscaram fazer um diagnóstico da realidade local antes de levar algo de fora e que, mesmo assim, não faziam sentido às pessoas para as quais os projetos eram direcionados. Foi para não chegar com um projeto fechado e sem sentido para os moradores locais que adotamos o método da pesquisa-ação. Ela é um tipo de pesquisa que se utiliza da prática tanto para melhorá-la, quanto para produzir conhecimento. Segundo Tripp (2005), ela é um tipo de investigação-ação reflexiva que distingue o papel dos métodos no decorrer do processo. Nela, “(...) os práticos coletam evidências a respeito de suas práticas e pressupostos críticos, crenças e valores subjacentes a elas” (ELLIOTT, 2000, p. 209 *apud* TRIPP, 2005, p.449)

Ainda em nossa primeira conversa, meu orientador me apresentou alguns lugares como possibilidade de campo para realização dessa pesquisa-ação. Como eu estava com vontade de me aventurar em comunidades urbanas, uma vez que as minhas experiências tinham acontecido basicamente em comunidades tradicionais e em bairros rurais do interior paulista, o Gustavo me sugeriu que eu fizesse essa pesquisa-ação na São Remo – favela localizada ao lado da USP, sobre a qual discorrerei mais adiante. Como eu ainda não conhecia o local nem seus moradores e não sabia se eles concordariam com uma pesquisa-ação ali, eu tinha em mente alguns outros lugares que poderiam ser usados como “plano B”, o que, felizmente, não foi preciso.

A sugestão de se fazer essa pesquisa-ação na São Remo veio pois essa modalidade de pesquisa deveria apresentar algumas características. A

escolha pela São Remo tinha como um dos fatores determinantes sua localização, uma vez que eu e meu orientador optamos por um local de fácil acesso, que eu pudesse visitar com frequência suficiente para ele se tornar familiar a mim - uma condição desejável em uma pesquisa-ação. Além disso, o tema a ser escolhido para o desenvolvimento do trabalho deveria inserir-se no tipo de problema tipicamente investigado pelos autores da Psicologia Ambiental. Porém, eu não conhecia o suficiente sobre o local onde pretendia desenvolver a pesquisa. Aliás, eu muito pouco sabia sobre a São Remo. Meus contatos com o local vinham de algumas leituras que havia feito enquanto escrevia o projeto de pesquisa e de algumas conversas que havia tido com meu orientador e com outros professores do Instituto de Psicologia.

Enfim, a escolha do local veio, além da sugestão do meu orientador, de minha vontade de me aventurar em becos desconhecidos e compreender, tanto quanto possível, uma realidade outra e auxiliar na reflexão e na busca por soluções para questões que poderiam ser consideradas como problemas pelos próprios moradores.

A necessidade de uma proximidade física para posterior familiaridade com o local e seus moradores era um ponto muito importante para esta pesquisa-ação específica, uma vez que eu os conhecia muito pouco e era imprescindível conhecer aquele cenário em profundidade, visto que uma pesquisa-ação costuma se utilizar de técnicas para a *melhoria da prática*, o que traz respaldo às ações, tendo em vista o *inicial diagnóstico* dessas *questões*, para posterior problematização e intervenção (TRIPP, 2005). Nesse sentido, a melhoria dessas ações acontece por meio do seu monitoramento e avaliação. Nesse processo, a reflexão é apontada por Tripp (2005) como fundamental em todas as etapas da pesquisa-ação.

(...) a pesquisa-ação sempre começa a partir de algum tipo de problema e muitas vezes se aplica o termo “problema-tizar”, porque esse tipo de pesquisa, em comum com a idéia de Argyris e Schön (1974) de “aprendizagem de dupla mão” na prática reflexiva, trata “o problema” como um problema em si mesmo. (TRIPP, 2005, p. 449)

Entretanto, como eu não tinha uma prática *à priori* ali, a ideia era primeiro compreender a realidade local e averiguar quais demandas surgiriam a partir dos próprios moradores, para depois auxiliar na reflexão e fazer um

planejamento participativo das intervenções que dali adviriam e, então, pensar/monitorar a ação e avaliá-la para a melhoria das práticas subsequentes. Isso porque uma pesquisa-ação inicia-se com um reconhecimento por meio da análise da situação, o que produz uma visão ampla do contexto da pesquisa-ação, das práticas atuais, dos participantes e envolvidos. Como estava pensando em iniciar algo totalmente novo e sabia muito pouco sobre a realidade local, alguns meios de aproximação com esse campo desconhecido foram fundamentais.

Quando eu e meu orientador decidimos pela São Remo como possibilidade de campo ainda discutíamos o projeto. Naquele momento, meu orientador falou sobre um grupo de articulação da extensão do Instituto de Psicologia. Um grupo formado por alguns professores e alunos desse mesmo instituto com o intuito de realizar atividades em sua comunidade vizinha, a São Remo. Seu foco era discutir alguns trabalhos realizados lá e o papel da extensão universitária como um todo. Comecei a participar das reuniões e anotar algumas reflexões que surgiam ali.

A ideia de iniciar a participação no grupo, ainda enquanto estava escrevendo o projeto de mestrado, tinha como objetivo entender um pouco sobre a realidade local na perspectiva daqueles participantes. Naquele espaço ouvi algumas discussões sobre a questão da educação e da quantidade de trabalhos informais que aconteciam na São Remo. Além disso, meu orientador já havia comentado, e nas reuniões do grupo tive um pouco mais de contato, sobre a existência de um projeto de reurbanização da USP no local, em parceria com o CDHU, e esse poderia ser um ponto de fragilidade que poderia investigar e para o qual poderia contribuir. Entretanto, que campo era esse?

A São Remo é uma favela localizada ao lado da USP-Cidade Universitária, em um local onde, na época da construção dessa universidade, algumas pessoas passaram a habitar um espaço desocupado e sem infraestrutura básica. Foi difícil encontrar um relato único sobre o histórico de formação da São Remo. Na “*fanpage*” da comunidade, presente na rede social *Facebook*, diz-se que a São Remo originou-se entre as décadas de 1960 e 1970, período em que diversos trabalhadores migraram do nordeste

brasileiro para trabalhar na construção da Cidade Universitária. No terreno onde ficavam os alojamentos desses trabalhadores, iniciou-se o processo de ocupação com algumas famílias que permaneceram no local após a edificação dessa universidade, construindo suas casas e, conseqüentemente, a São Remo. Muita gente também comprou seu terreno ali, mesmo não estando regularizado.

Além disso, há quem diga que onde é a São Remo hoje era um sítio em que algumas pessoas, que trabalhavam no local, passaram a morar, construir suas casas e ocupar aquele espaço, o que também pode fazer sentido, pois o bairro Butantã, na época, era repleto de chácaras produtoras de chás para exportação. Entretanto, não se pode afirmar qual dessas versões está correta ou se todas elas aconteceram simultaneamente. O fato é que ela está lá, atualmente com mais de 15 mil habitantes.

Ela é composta por terrenos que formam um mosaico de propriedades: há terrenos da USP, do Estado e de pessoas físicas. Em 2012, surgiu uma notícia que foi de grande alerta para os moradores e colaboradores do local; o então reitor da USP anunciou a doação dos terrenos de propriedade da universidade ao Estado para que, em parceria com a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), fizessem sua reurbanização. Isso gerou, na época, insegurança em grande parcela dos moradores, ainda mais que as notícias eram, e ainda são, pouco transparentes e difundidas.

Naquela ocasião, a demolição de suas casas era temida, assim como a retirada de alguns moradores. Em novembro de 2012, houve uma manifestação por parte dos moradores da São Remo, apoiados por estudantes e funcionários da USP, que, além de outras razões, reivindicavam maior transparência quanto à reurbanização da comunidade (MAGALHÃES, 2012).

Essa preocupação, bem como a falta de transparência, pode ser percebida em algumas ações realizadas ao longo da pesquisa-ação em determinados terrenos da São Remo. Falarei sobre elas no capítulo 3; por ora, colocarei um trecho da entrevista de um morador que fala um pouco sobre esse projeto de reurbanização anunciado em 2012. Porém, enfatiza a

insegurança sempre presente em relação à ocupação da favela e ao perigo de ser despejado:

“(...) por exemplo, teve reunião sobre a reurbanização, né, que falaram “Ah! Vai ter reurbanização, vão tirar umas casas.” É... A comunidade se mobilizou mais, né. (...) Isso, acho que foi 2012, 2011, 2012 que começou essa... Na verdade, sempre teve, né. Desde o início “Ah! Vai sair!”, “Ah! Não vai sair!”. (...) então na época dos moradores, a luta pra conseguir água, né, conseguir eletricidade, tem tudo essa... “Ah! Vai sair, não vai sair...”, eles vão na prefeitura pra conversar sobre o terreno, quer tirar, não quer tirar... Então, sempre teve essa coisa de vai sair, não vai sair, mas sempre foi boato, né, então, nessa... 2012, acho que foi 2012, não sei 2012 ou 2013, que falaram que ia ter reurbanização, que iam tirar, que o reitor já estava se mobilizando pra isso, já tinha um projeto pronto pra isso, aí a comunidade se mobilizou, “Peraí, acho que vai acontecer mesmo, né?”. Todo mundo ficou meio assim, mas até agora... Pelo menos agora deu uma esfriada, né. Trocou o reitor... Ninguém fala mais nisso. (...) Então, parece que o pessoal da associação tá conversando, né, pra ver se vai haver... Se for haver uma reurbanização, que a comunidade esteja sabendo, né, que fique sabendo desse projeto e participe, né, da construção desse projeto. Até pra... Porque tem que ser assim, né, não adianta chegar... E se for alguma coisa que a comunidade não vai gostar, não vai querer, né?! Tem todas essas questões aí. Mas eu não sei como é que tá. Faz tempo que eu não converso com o pessoal da associação (...) sobre isso, né. Faz tempo que eu não converso com eles, mas parece que deu uma esfriada.” (colaborador morador, 2014)

E depois descobri que, para a maioria dos moradores, realmente a questão da reurbanização tinha “esfriado”, apesar de as consequências da mesma serem sentidas por algumas decisões sem consulta prévia da comunidade, como discutirei no capítulo 3. Mas, naquele momento, quando Gustavo e eu ainda estávamos delineando o projeto dessa pesquisa-ação, apesar de sabermos sobre a reurbanização, as possíveis inseguranças advindas dela e a relação delicada entre universidade e São Remo, nós não sabíamos o que era inferência e o que era realidade; ou até onde ia a inferência e até onde ia a realidade. Havia a preocupação em saber se o que seria proposto por essa pesquisa-ação era interessante para pelo menos parte dos moradores locais. Mas como saber se o que estava em nosso imaginário condizia com as vidas daquelas pessoas? De que forma transpor o muro, real e imaginário, entre USP e São Remo, e ver se um auxílio nosso poderia ser de interesse para elas, ou se um auxílio delas poderia nos ser concedido? A única forma de sabermos seria nos aproximarmos da população local.

Com o contato mais permanente no grupo de articulação da extensão e depois de ter sido aprovada no mestrado, meu orientador me falou sobre uma rede do Programa Aproxima-Ação do Núcleo dos Direitos da PRCEU (Pró Reitoria de Cultura e Extensão Universitária) da USP. A Rede Aproxima-Ação tinha por objetivo promover o diálogo entre os diferentes projetos desenvolvidos na comunidade São Remo, uma vez que o próprio Programa era responsável pelo diálogo entre a universidade e a comunidade.

A participação na Rede Aproxima-Ação foi algo fundamental para a continuidade desse projeto, uma vez que, como mencionado anteriormente, é imprescindível na pesquisa-ação saber sobre as demandas que a própria comunidade apresenta e não inferir que algo problemático aos olhos de quem vê de fora de fato é visto como algo a ser resolvido pelos moradores. Questões como “por que o problema é um problema? Para quem é um problema?” suscitadas em uma disciplina de mestrado ministrada por Eda Tassara, por exemplo, e muito inspiradas pelos ideais da pesquisa-ação, foram norteadoras e bastante importantes nesse projeto. Era importante ter em mente que a questão da reurbanização, apesar de nos parecer um problema em um primeiro momento, poderia não ser para quem estava vivendo na comunidade.

Sabendo disso e na tentativa de aproximar-me da realidade local, comecei a participar da Rede Aproxima-Ação em fevereiro de 2013. As reuniões aconteciam com uma periodicidade mensal e tinham como intuito articular os diferentes atores/organizações que atuavam na São Remo para que pudessem entender as diferentes problemáticas enfrentadas no local para então pensar e organizar ações que, de alguma forma, tentassem ao menos minimizar tais problemáticas.

Já no primeiro dia de participação, quando me apresentei dizendo que era bióloga, que fazia mestrado em Psicologia Social e que pretendia trabalhar com a São Remo em uma pesquisa-ação, a coordenadora do Programa Aproxima-Ação falou sobre a possibilidade de uma parceria junto às Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), pois elas tinham um projeto com a questão de resíduos sólidos da comunidade. Naquela mesma reunião esse projeto foi apresentado. Tratava-se de parte da atuação delas na São Remo e

tinha como foco a construção de um miniecoponto, como forma de melhorar a situação dos resíduos sólidos no local. Esse projeto fazia parte do “Projeto São Remo” e elas (as ACS) eram a equipe de base e também moradoras locais. Ele estava vinculado ao Centro de Saúde Escola do Butantã (CSEB) e atuava na estratégia de Saúde da Família, sendo assim, era responsável pela saúde da população por meio de ações mais amplas que envolviam e influenciavam o bem-estar social.

O “Projeto São Remo” teve início em 2001 e, com o objetivo de ter um diagnóstico inicial da comunidade, as Agentes Comunitárias de Saúde fizeram um levantamento das problemáticas apontadas pelos moradores no que tange à saúde por meio de um questionário respondido pelos moradores. O resultado desse diagnóstico foi que as principais queixas da população, nesse quesito, eram a gravidez na adolescência e a questão do lixo. Assim, a equipe de ACS se dividiu e metade trabalhou com a questão das adolescentes e a outra metade com a questão do lixo por meio de uma série de atividades (que serão descritas posteriormente). Dentre elas, a elaboração do vídeo “Comunidade em foco: olhar, pensar e agir” e a elaboração do projeto “São Remo, Minha Casa”, o qual contava com parcerias e possuía a intenção de instalar um Mini-Ecoponto, além de realizar trabalhos de conscientização sobre o lixo e as questões ambientais dele advindas.

O projeto “São Remo, Minha Casa” foi idealizado pela equipe do “Projeto São Remo”, em parceria com o Ramo dos Engenheiros Sem Fronteiras (PoliUSP-ESF), com a LOGA (empresa responsável pela coleta de lixo na região) e com a Subprefeitura do Butantã. Ele se estruturava, basicamente, em duas frentes principais: a implantação de um miniecoponto (acompanhado de baias informativas) e campanhas de conscientização da comunidade em relação ao lixo e ao miniecoponto.

Uma possibilidade de tema para atuação e desenvolvimento dessa pesquisa-ação estava posta. Entretanto, ainda me sentia muito crua. Mal conhecia o lugar e as pessoas da São Remo, além disso, sentia que precisava de uma aproximação maior com o campo de pesquisa para decidir se era esse mesmo o tema com o qual poderia trabalhar e se haveria abertura

para um trabalho com ele no local. Portanto, continuei minha participação na Rede Aproxima-Ação, de suas reuniões e discussões.

Paralelamente a isso, ainda vinculado ao Programa Aproxima-Ação, foi iniciado um curso piloto de Educação em Meio Aberto (como já mencionado no capítulo anterior), ministrado por Bia Rocha, coordenadora do programa, juntamente com Gustavo, no qual aulas teóricas e práticas começaram a ser realizadas ainda no primeiro semestre de 2013. Os encontros aconteciam uma vez por semana, geralmente intercalando entre uma ou duas aulas teóricas e uma prática, sendo a segunda a aplicação do que havia sido ensinado na primeira modalidade de aula (teórica).

Inicialmente, foram escolhidos alguns pontos (locais) de observação na São Remo; a ideia era observar e registrar os diferentes atores, acontecimentos e fenômenos do espaço físico e social. Após três visitas desse tipo, foram elencadas as principais problemáticas que pareciam se apresentar no local. A partir dessa lista, optamos, internamente, por trabalhar com a questão de adolescentes mães/grávidas e depois verificamos com alguns moradores locais o que achavam da possibilidade de se trabalhar com tal grupo. Como as respostas foram positivas, iniciamos a segunda etapa do curso, que era a aproximação com os atores escolhidos.

As primeiras aproximações aconteceram com duas adolescentes, por já existir um histórico de relação entre elas, seus familiares, e Bia, em outro projeto que se chamava Avizinhar (que será descrito a seguir). Algumas visitas foram feitas a essas mães adolescentes e iniciou-se uma articulação com as demais mães.

Esse curso piloto tinha como objetivo montar e formalizar um curso de educação em meio aberto com a Guarda Universitária, uma vez que a presença de crianças e adolescentes no campus, algo que já havia acontecido por volta de 1997, com consequências marcantes, estava voltando ao cenário universitário. Assim, com o intuito de esses profissionais estarem mais bem preparados para as situações que poderiam demandar a atuação deles, esse curso estava sendo formalizado.

Do curso piloto, participavam uma aluna e um aluno de graduação da Psicologia, eu e mais duas estagiárias e um estagiário do Programa Aproxima-Ação. Fizemos uma série de visitas ao local e conhecemos muita gente. A presença da Bia foi fundamental para essa abertura e facilidade na aproximação com os atores locais, uma vez que ela já era conhecida por grande parte dos moradores da São Remo, pois atuou com a comunidade durante 15 anos. Esses fatores foram imprescindíveis para o bom andamento desta pesquisa-ação. Foi ela quem, nesse primeiro momento, me apresentou a comunidade, os grupos, as pessoas, explicou-me sobre a existência de algumas tensões e me ajudou a superar as impressões iniciais sobre o lugar e as pessoas. Sentia certo medo e não sabia muito bem o que esperar daquele território estrangeiro a mim.

Era início do meu mestrado. Fui à São Remo pela primeira vez acompanhada da estagiária do Programa Aproxima-Ação para uma reunião com uma ONG e uma pessoa do Paço das Artes. Esta, juntamente com um artista, gostaria de realizar uma intervenção na comunidade.

De dentro da USP dava para ver um muro frio e uma pequena porta. Não sabia muito bem o que esperar. Só tinha visto uma favela antes pela televisão. (Sou de uma cidade pequena do interior paulista onde não há favelas e esse tipo de ocupação era um universo muito distante para mim) (...) Minhas experiências anteriores eram ou em bairros urbanos do interior, quase rurais quando comparados com os bairros daqui, ou em comunidades tradicionais pelo Brasil afora. A diversidade de experiências me ajudou a ampliar minha forma de perceber o mundo, entendendo que existem várias formas de habitar e viver esse mesmo planeta. Ter consciência de que a primeira impressão sobre um lugar e sua população tem muito mais a ver com projeções internas e preconceitos acumulados ao longo da vida do que com a realidade em si foi fundamental, uma vez que reconhecia as limitações da minha primeira impressão e, com isso, buscava compreender aquela cultura para além dos preconceitos, sabendo que parte do que parecia poderia estar contaminada com estigmas introduzidos em minha cabeça ao longo da minha vida.

Enfim, naquele momento, apesar de estar receosa com o que encontraria na São Remo, tive uma boa impressão em meu primeiro contato. Casas coloridas, pessoas sentadas em frente a suas casas, muita vida e movimento nos espaços públicos. Gostei! Era tão diferente da USP e dos bairros de São Paulo com os quais eu tinha tido contato até então. Tive a sensação de ter passado por um portal e adentrado em outro universo. Acredito que simbolicamente, ali é sim outro universo, com suas semelhanças quando comparado com a cidade como um todo – é inegável que existem infinitas relações – mas com peculiaridades que fazem dali a São Remo. (Albejante, E., Relato do Diário Pessoal, fev. 2013)

Apesar de minhas impressões ainda um pouco tímidas em meu relato desse primeiro momento, sei que minha visão com relação a São Remo foi mudando ao longo do tempo. No início, me sentia muito mais insegura, tanto com relação a minha postura, quanto com relação ao que poderia acontecer naquele território. A ideia de que a violência era algo presente e constante em favelas permeava minha percepção não consciente do lugar e reforçava tal insegurança. Negá-la seria imprudente e ingênuo de minha parte, mas achar que trocas de tiros e roubos aconteceriam o tempo todo também seria irreal.

As mudanças com relação à São Remo não estavam apenas no modo como pude passar a vê-la, conhecendo mais a fundo o local, mas também ao longo de sua própria história, relatada de diversas maneiras (visitas a campo, reuniões e entrevistas) ao longo desses dois anos de mestrado. Nesses momentos, as pessoas me falavam como era esse espaço físico, político e simbólico e como ele foi se transformando ao longo do tempo, constituindo o que é a São Remo hoje.

Ruas de terra, barracos precários, mato, muito mato, brejo, uma chácara com um lindo pomar, poucas casas, familiaridade com os outros moradores, lutas por melhorias, infância em que a criança podia ser criança, latas de lixo, a USP sem o muro, lixões, grupos de rap... Enfim, os moradores lembram quando a São Remo era composta por moradias precárias, barracos de madeira, ruas de terra, sem água encanada, nem energia elétrica. As fontes de água eram o riacho doce e um curso d'água que foi aterrado, onde hoje se encontra um campo de futebol. As mulheres iam até esses locais lavar as roupas e buscar água. As crianças brincavam e se banhavam ali e podiam ficar na rua até tarde da noite. Parte desse cenário foi retratado por uma moradora local no poema a seguir:

São Remo que cresci

Olha a menina na rua,
que nada tem a pensar!

Olha o moço da venda,
gritando pro pão vir buscar!

Olha as ruas de barro,
que agora quase não há!

Olha aqueles montes de matos
que hoje mais não há!

Olha as mulheres com latas
d'águas que longe iam buscar!

As casas que antes eram poucas,
hoje não dá pra contar!

Olha as crianças soltas nas ruas
livres e felizes a brincar!

Olha o tempo que passa
que antes não se via passar!

(Kátia Soraia)

Hoje o cenário mudou muito. Houve mudanças positivas e negativas, que serão descritas aqui e ao longo de todo o trabalho. Algumas dessas mudanças correspondem à parte de infraestrutura. Atualmente, todas as ruas são asfaltadas, as casas possuem água encanada, coleta de lixo, captação de esgoto, energia elétrica, dentre outras estruturas básicas de um bairro urbano. Essas mudanças e conquistas aconteceram por meio de muitas lutas realizadas pelos moradores locais, outrora mais articulados. A melhoria dos materiais que estruturam as casas também é bastante mencionada. Entretanto, houve um enorme crescimento populacional. Os moradores que se conheciam já não sabem mais quem é morador e quem está de passagem pela comunidade.

“Ah... Sobre os moradores, eu acho... É que a comunidade cresceu bastante, né. Então, antigamente você conhecia todo mundo, né. (...) Hoje em dia você passa assim, você olha assim e fala: Quem é essa pessoa? Porque a cada dia tá crescendo mais. (...) Então, você não sabe se é morador, se é visitante, se veio pra comprar alguma coisa, se é polícia disfarçada... Então, você não tem mais essa coisa, né, de um diálogo entre os moradores, né. (...) Porque você não conhece ninguém, a pessoa passa a maioria do tempo trabalhando, né, só para em casa final de semana, e final de semana não quer ficar aqui também, quer ir pra outro lugar... Tem tudo isso.” (colaborador morador, 2014)

Isso influencia diretamente a articulação dos moradores que antes eram mais presentes e lutavam por melhorias para a comunidade, como foi o caso das infraestruturas básicas. Entretanto, esse fenômeno de crescimento e certa desarticulação não é algo que atinge apenas a São Remo. Simmel (2005) afirma que, nas cidades grandes, as pessoas apresentam um caráter *blasé* quando comparadas com moradores de cidades pequenas. Ele explica isso pelo fato de nas cidades grandes os estímulos serem constantes e

ininterruptos, assim, seus moradores criam como que uma proteção contra esse bombardeio de informações e contra a importância dada às trocas diretas. Estas, por sua vez, são tão valorizadas que coisas e pessoas se confundem, sendo tratadas com a mesma objetividade, reduzidas a quantidade e não a qualidade. Gonçalves Filhos (1998) também argumenta neste sentido ao dizer que:

Na cidade, vendedores ou compradores, deixamos entre parênteses quaisquer outros traços da vida comum. No campo público, normas privatizantes ganham o caráter de hábito – a consideração da necessidade dos outros deve manter-se abaixo dos esquemas pecuniários. As ações públicas não se cumprem tanto por simpatia ou por dever ético-político quanto por motivos interesseiros. Enquanto concentrados no circuito das relações de compra e venda, o cálculo ocupa com quase exclusividade a consciência dos indivíduos. Apenas entre familiares ou amigos, no retiro dos lares encapsulados, mais ou menos protegidos contra a atração redutora dos mercados, é que as coisas podem reaparecer aquém e além dos preços, circulando gratuitamente segundo sua aptidão não em render mas em satisfazer necessidades fraternas, necessidades vitais ou simbólicas, necessidades do estômago ou do coração (GONÇALVES FILHO, 1998, p.23).

Simmel (2005) ainda discorre sobre a frieza das relações cotidianas dos moradores de cidades grandes, uma vez que eles buscam sua liberdade, assim mantêm as relações cotidianas distantes para que possam ter sua privacidade preservada. “A atitude espiritual dos habitantes da cidade grande uns com os outros poderia ser denominada, do ponto de vista formal, como reserva.” (SIMMEL, 2005, p.582). Isso porque, segundo o mesmo autor, a vida social desses habitantes é repleta de inúmeros encontros ao longo do dia, o que lhes exigiria um esforço inimaginável para conseguir lidar com suas diferentes reações internas em cada contato.

Voltando à discussão do preâmbulo sobre comunidade, a liberdade, no tipo de comunidade de nossos sonhos, é posta em xeque, uma vez que o indivíduo deve seguir o esperado pelas pessoas de seu convívio e este, por sua vez, deve ficar restrito ao círculo de pessoas que comungam de um espaço ou de um grupo: “(...) uma coletividade que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado (...) exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar além de tal lealdade como um ato de imperdoável traição.” (BAUMAN, 2003, p.9)

Bauman (2003) ainda fala sobre a dialética existente entre segurança e liberdade dentro de uma comunidade:

Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade” – e ele é pequeno até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à auto-afirmação” e “à identidade”. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade, significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. (BAUMAN, 2003, p. 10)

Isso porque “a segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito.” (BAUMAN, 2003, p.10). Entretanto, como esse ideal comunitário descrito pelo autor é relatado como inexistente em nossa sociedade atual, ainda mais que praticamente ninguém parece disposto a abrir mão de sua liberdade para obter segurança, a desconfiança passa a permear as relações humanas, mesmo que o outro seja seu próprio vizinho.

Simmel (2005) explica o fator de desconfiança com relação às outras pessoas em virtude desses contatos serem fugazes, assim, tornando o outro um inimigo em potencial e, conseqüentemente, criando nas relações interpessoais uma aversão oculta em se relacionar com desconhecidos. Isso retroalimenta a ideia de que pessoas e coisas se confundem e as trocas se limitam ao universo material, nivelando tudo, pessoas e relações possíveis, ao dinheiro:

Na medida em que o dinheiro compensa de modo igual toda a pluralidade das coisas; exprime todas as distinções qualitativas entre elas mediante distinções do quanto; na medida em que o dinheiro, com sua ausência de cor e indiferença, se alça a denominador comum de todos os valores, ele se torna o mais terrível nivelador, ele corrói irremediavelmente o núcleo das coisas, sua peculiaridade, seu valor específico, sua incomparabilidade. (SIMMEL, 2005, p.581-2)

No caso da São Remo, não diria que as relações interpessoais chegam a esse nível de distanciamento descrito por Simmel, porém, pelo que foi relatado a mim, há sim um processo de distanciamento nas relações entre os moradores ao longo desses últimos anos. O aumento do número de moradores é um fato, assim sendo, a maioria, que antes era conhecida, passa a ser desconhecida. Como algumas ações ilegais dão-se ali, a desconfiança

pode ser ainda maior. Isso fica explícito em parte do trecho já escrito da entrevista de um morador “(...) *Então, você não sabe se é morador, se é visitante, se veio pra comprar alguma coisa, se é polícia disfarçada...*”. Em um espaço relativamente pequeno para a grande e crescente quantidade de pessoas, a tensão parece se fazer presente. Não se sabe ao certo o interesse de cada um, porque não se conhece mais um ao outro.

Como possível consequência, as articulações realizadas pelos moradores para melhorias da comunidade – mais presentes no passado – parecem apresentar dificuldades, segundo o discurso dos moradores atualmente. No início do grupo articulado ao longo dessa pesquisa-ação – sobre o qual será descrito mais adiante – era comum ouvir os participantes dizendo que as pessoas não se importavam com o coletivo, uma vez que cada um queria apenas saber de resolver o seu próprio problema.

Havia uma ideia de que se a frente da casa de um morador não tivesse lixo, estava tudo bem, pois ele não se importaria se a frente da casa do vizinho estivesse cheia de sacolas e ratos. O discurso mudou um pouco ao longo desses dois anos de pesquisa, mas trataremos desse assunto mais adiante. O fato é que parecia haver um impedimento ou uma dificuldade nas articulações desses moradores para a busca por melhorias da comunidade e, talvez, uma das razões para isso seja, além do aumento populacional da São Remo, sua relação intrínseca com a cidade como um todo, na qual esse fenômeno global de nivelar pessoas e coisas, sendo o dinheiro o mediador das relações interpessoais, tem se intensificado, substituindo as relações de caráter mais pessoal.

Pode-se dizer que um exemplo disso é a relação entre USP e São Remo. Os moradores mais antigos da São Remo colocaram seus esforços em trabalhos braçais para construir a Cidade Universitária. Muitos moradores trabalham em empresas terceirizadas que prestam serviços à USP. Porém, ao que parece, o reconhecimento institucional da USP em sua relação com a vizinha São Remo fica restrita ao aspecto econômico.

Muito foi falado sobre a relação entre USP e São Remo. Ao que parece, antes, essa relação era mais “amigável”. Há muitas lembranças dos momentos em que, quando crianças e adolescentes, os entrevistados iam aos

finais de semana à USP brincar, soltar pipa, assistir a shows, participar de eventos, etc. Depois, essa relação também se distanciou.

Ainda na década de 1990, a USP era bastante ocupada, principalmente aos finais de semana, por muitas pessoas dos diferentes bairros próximos à universidade. Os finais de semana eram repletos de pessoas no campus fazendo piquenique, andando de bicicleta, jogando futebol... Enfim, o espaço público universitário era ocupado, como os parques o são atualmente na cidade de São Paulo. Entretanto, começaram a haver alguns problemas com relação à infraestrutura da universidade. Além disso, se acontecesse um acidente com qualquer pessoa que estivesse no campus, a responsabilidade legal seria da universidade. Por isso, a USP resolveu restringir o acesso de toda população paulistana ao campus, construindo um muro de concreto, além de fazer algumas alterações paisagísticas na cidade universitária, como na Praça do Relógio, que deixou de ser um espaço acolhedor e de permanência para ser um espaço de passagem, sem dar muitas condições de as pessoas ficarem por ali.

O muro foi sentido de forma negativa, entre outros grupos paulistanos, pelos moradores da São Remo. Ele foi construído entre 1995 e 1997 e a ele está associada a restrição das opções de lazer, outrora vividas nos espaços da universidade. Isso pode ser percebido em um trecho de uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo de oito de novembro de 1997.

Muro

A adolescente Roselita Pereira, 16, conta que o lazer dos favelados mudou radicalmente após a USP erguer, há dois anos, o muro que separa a favela da universidade. "Antigamente a USP era legal. Dava para passear de bicicleta no bosque. Agora puseram o portão e o muro e perdeu a graça porque a vigilância aumentou." Roselita diz que não visita a USP há muito tempo. "Não dá mais." Ela conta que hoje prefere os bailinhos no salão do bairro e as festas de aniversário. Ela torce pela reabertura do circo-escola. (OLIVEIRA, 1997)

Em entrevista, um morador da São Remo, integrante do grupo Remo Vendo Lixo, também conta um pouco sobre suas impressões com relação ao muro e sua construção aparece associada ao falecimento de um adolescente da São Remo na Raia da USP.

“Acho que foi por volta de 97. (...) que morreu um menino, que fez capoeira com a gente lá no CRUSP, né. E essas crianças que ficavam na USP perambulando, brincando, né. E aí o que aconteceu... Acho que eles estavam nadando na raia, né. Era costume a gente pular lá na raia e ficar nadando, né, ficar brincando tanto na raia quanto no CEPEUSP, né. Como a gente não tinha acesso a isso, então... Nessa época, nesse calor então, vixe! A gente ia pra qualquer riacho que tivesse perto, qualquer poça de água a gente tava dentro. Vamos lá, a gente entrava, né, criança, não tem preocupação com essas coisas, né, então a gente pulava na raia, pulava no CEPEUSP pra nadar... Então, aí numa dessas, parece que ele foi nadar, o segurança foi querer pegar ele, né, e ele acho que tentou atravessar... Até hoje não sabe muito bem o que aconteceu, né, que as crianças correram dos seguranças. As crianças tinham muito medo dos seguranças, né, eles... Ele foi correr, aí acho que ele foi tentar atravessar pro outro lado e não conseguiu. Aí, morreu afogado na raia. Aí teve alguns protestos, né, logo em seguida a esses protestos, começaram a construir o muro. Já tinha uma grade, né, separando a USP da comunidade. Aí, depois desses protestos, começaram a erguer o muro mesmo.” (colaborador morador, 2014)

Em 1998, logo após o falecimento desse adolescente, a USP iniciou um trabalho com as crianças e adolescentes que frequentavam as dependências da Cidade Universitária. Antes do programa, eles iam basicamente brincar naquele amplo local, vizinho a sua comunidade. Cruz (2011) aponta em seu trabalho a relação de crianças em um contexto de periferia na cidade de Manaus. Ela mostra a relação dessas crianças com os espaços através de suas brincadeiras cotidianas e como esses ambientes são restritos e disputados pelos diferentes moradores. Assim, quando hierarquicamente “perdem” o espaço para pessoas mais velhas, as crianças e pré-adolescentes buscam lugares longínquos para se relacionarem socialmente e com o meio através de brincadeiras.

A esses espaços longínquos escolhidos para brincar Fischer ([199-?]) chamou-os de “espaços de errância”; são espaços fora dos limites habituais dos lugares onde vivem. Assim, a errância passa a ser uma nova forma de relação com o espaço, que determina não a pertença ou propriedade do local, mas uma relação provisória de sua utilização (CRUZ, 2011, p. 711).

No caso das crianças e pré-adolescentes da São Remo, a Cidade Universitária é um potencial “espaço de errância”. A coordenadora do Programa Aproxima-Ação, um dos programas do Núcleo de Direitos da PRCEU, relatou que pouco antes de 1998, um grupo de crianças e adolescentes frequentava os espaços abertos da Universidade de São Paulo. Naquela época, ela atuava no Programa Avizinhar, programa da

Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais (CECAE), atualmente extinta. Com a extinção dessa coordenadoria, alguns programas se dividiram em outras instituições da USP, como o ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), a USP Legal e o USP Recicla.

Em sua existência, o Programa Avizinhar tinha uma atuação direta com os moradores do entorno da universidade – principalmente da São Remo – por meio de várias iniciativas. Havia duas frentes principais, uma frente responsável pela articulação de diferentes atores, moradores ou não, que atuavam no local, formando a Micro-Rede São Remo; e outra frente com atividades diretas com as crianças e adolescentes. Nessas atividades diretas os temas variavam de acordo com as disponibilidades que surgiam, procurando sempre atender aos interesses dos jovens e adolescentes da São Remo. Um exemplo dessas “atividades diretas” é o “Grêmio Treinamicro”, uma ação em que primeiramente alguns jovens aprenderam a trabalhar com computadores e, posteriormente, ensinaram outros jovens e adultos sobre aquilo que haviam aprendido.

Entretanto, com a extinção da antiga coordenadoria e com a transferência das pessoas que atuavam no Avizinhar para uma atuação na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, suas ações ficaram restritas, uma vez que ali não mais poderiam atuar diretamente com as crianças e os jovens. Mesmo quando havia possibilidade de atuar mais concretamente, as ações eram barradas pela burocracia universitária. Enfim, com a extinção do Avizinhar, as ações ficaram praticamente extintas. Como forma de manter a atuação nessa relação USP-São Remo, as pessoas interessadas em trabalhar com essa relação conseguiram criar, em meados de 2007, o Programa Aproxima-Ação, que conseguiu uma infraestrutura mínima apenas em 2012. Entretanto, somente em 2014, com a retomada do cenário vivido em 1997, no qual a frequência de crianças e adolescentes no campus, principalmente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), voltou a ser grande e quando algumas relações conflituosas nas relações entre a comunidade USP e esse grupo de pessoas da comunidade São Remo voltou

a ser mais presente, a retomada de uma atuação mais direta com esse público passou a ter respaldo institucional.

Cruz (2011, p. 711) afirma que quando as crianças transpassam seu ambiente de morada e vão a um espaço público conhecido pela cidade e do qual são excluídas, elas enfrentam a dualidade de pertencerem momentaneamente àquele espaço e serem excluídas daquela localidade que é reconhecida como cidade. Portanto, no instante em que brincam no local público reconhecido por todas as camadas sociais, elas pertencem à cidade. Quando voltam à sua comunidade, voltam ao espaço de exclusão. Assim, apesar de pertencerem à cidade por aquele momento, é nesses espaços de errância que as crianças começam a perceber sua exclusão daqueles espaços. Consequentemente, elas passam a delimitar os espaços e fixam fronteiras sociais (CRUZ, 2011 p. 713).

No caso das crianças e adolescentes da São Remo, após o término do Programa Avizinhar, houve uma diminuição da frequência desses moradores no campus, tanto por uma transformação na política de segurança da Reitoria da Cidade Universitária, quanto por uma mudança do poder local da São Remo – conforme relatos colhidos em algumas reuniões com moradores, algumas lideranças comunitárias mais antigas deixaram de morar na comunidade e o poder do narcotráfico local migrou para as mãos de líderes cada vez mais jovens. Entretanto, ao longo de 2014, houve uma reincidência de crianças e adolescentes no campus, o que estimulou algumas instâncias universitárias a voltar às atividades com ações diretas junto a esses atores sociais. No capítulo 3, discorrerei mais sobre tais questões: sobre a atuação da USP como um todo na relação com a sua vizinha São Remo, do Avizinhar e do Programa Aproxima-Ação.

Por ora, cabe ressaltar que, apesar de haver um constante fluxo interativo entre a comunidade USP e a comunidade São Remo, existe uma tensão “dividida” por um muro. O concreto, de fato, não separa totalmente esses dois universos simbólicos. Muitos moradores da São Remo trabalham na USP, uma porção ínfima de estudantes da USP mora na São Remo. Entretanto, USP e São Remo ficam no caminho de suas casas, assim, são ambas utilizadas como passagens. É na USP que alguns poucos moradores

da São Remo (principalmente crianças e pré-adolescentes) veem a possibilidade de lazer. Entretanto, muitas vezes essas visitas são temidas pela universidade, sendo seus vizinhos colocados à margem de tal espaço público.

Histórias de roubos, agressões e outras situações conflituosas entre USP e São Remo também já foram relatadas. Adentrar em tais questões sem a devida atenção e profundidade, porém, poderia fazer com que eu recaísse em estigmas que camuflam ao invés de explicitar a complexidade dessa relação, por vezes trazendo dicotomias irreais, quando o que acontece são fenômenos dialéticos. Além disso, um estudo mais minucioso sobre a relação USP – São Remo demandaria uma pesquisa específica sobre o assunto, o que não foi o objetivo desse trabalho, apesar de esta pesquisa-ação estar permeada por tal relação. Assim, falarei sobre essa relação em vários momentos desse trabalho, porém, sem a profundidade e detalhes que demandariam um estudo detalhado sobre essa relação.

Enfim, por não ter o tempo necessário para adentrar nessa e em outras questões transversais a esse trabalho, mas por saber sobre a importância de não recair em impressões ingênuas, a reflexão e a problematização para compreensão tanto do contexto específico do campo, quanto das teorias e reflexões já amadurecidas por estudiosos da área, foram fundamentais, ainda mais que outros estudos já trazem em si reflexões sobre leis gerais da vida grupal, o que pode ajudar na compreensão de um caso específico.

Um percurso em fatos e pensamentos que mudaram minha forma de ser

Lewin (1975, p.218) afirma que há dois tipos de objetivos de pesquisa: “o estudo das leis gerais da vida grupal e o diagnóstico de uma situação específica.” No caso desta pesquisa-ação, apesar de seu objetivo dirigir-se a uma situação específica, houve a necessidade de uma volta às “leis gerais” por meio de leituras e discussões da bibliografia pertinente.

O contato com essa bibliografia e a dedicação ao estudo dessas leis gerais produziu uma série de mudanças em minha forma de pensar e ver o mundo. Tanto o contato com as pessoas moradoras de periferias de São

Paulo, com as quais não tinha tido proximidade até então, quanto o contato com atores que atuavam e refletiam há tempos sobre populações urbanas em áreas de moradias precárias (inclusive com a própria São Remo) e com conhecimentos teóricos e filosóficos que me eram distantes até então, fizeram com que eu repensasse muitas coisas.

A angústia e a quebra de paradigmas foram constantes durante esses dois anos de mestrado. Ao longo do primeiro semestre, cursei diversas disciplinas que me fizeram repensar muitas coisas, inclusive minha postura diante do projeto. Uma dessas disciplinas tratava sobre a Teoria Crítica. A teoria da Escola de Frankfurt entrou em meu universo intelectual apenas nesses dois últimos anos, mas suas reflexões encontraram profunda ressonância em minhas experiências anteriores e nas angústias e perplexidades que eu trazia nos contatos com outros povos e com outras culturas.

De fato, até 2013, quando iniciei o curso de Mestrado e frequentei uma disciplina em que estes autores eram discutidos, não os conhecia. Ao ser-lhes apresentada, porém, identifiquei em mim mesma contradições que jamais havia reconhecido. Vi-me cambiando de um pensamento binário e causal, lapidado por décadas de formação escolar e universitária, a um pensamento complexo e dialético, no qual os fenômenos apareciam como uma teia de contradições e em que tudo o que era certo poderia ser ao mesmo tempo errado. Tais contradições estavam presentes, sem que eu soubesse, em muitos aspectos de minha própria vida.

Minha formação em Biologia, depois meus estudos em Antropologia, passou a ser repensada sob a óptica das Ciências Sociais como um todo. Essa trajetória por diferentes áreas, como se deu em minha formação, fez-me ter uma tendência a ver o ser humano muito mais como animal do que muita gente o vê nas Ciências Humanas, mas também muito mais cultural e social do que é visto geralmente na Biologia. O corpo genético e biologizado, como muitas vezes é reconhecido pelas Ciências Biológicas, me incomoda. Entretanto, entendê-lo como estritamente cultural e social parece-me ser consequência do distanciamento que nossa sociedade trilhou quando passou por seu processo civilizatório, para atender aos padrões pré-estabelecidos da

“moral e bons costumes” ou da “boa convivência”. Ou, anteriormente a isso, é justamente a partir dessa dissociação entre corpo e espírito/ Ciências Biológicas e Ciências Humanas, que minha angústia e questionamento se apresentam. Será que somos tão distantes da Natureza como pensamos? Será mesmo que a genética pré-determina tantas características humanas? Até que ponto temos domínio de nossa essência animal e até que ponto temos domínio sobre a cultura que nos é (im)posta?

Talvez seja por estarem inseridos nessa lógica de constante atropelo de si mesmos e do mundo ao redor, no qual nossa cultura se insere nos dias atuais, que vejo em muitos trabalhos de Educação Ambiental um tom impositivo. Acabo por não concordar com essa forma de entender a Educação Ambiental e acredito que essa seja uma das minhas grandes crises com essa área da educação. Entretanto, parece que, em um mundo tão distante da natureza, onde o relógio, quando muito, adia as reflexões para as horas após o expediente ou para os finais de semana, essa tenha sido a forma que encontraram de fazer com que a ideologia de “um mundo mais sustentável” atingisse as pessoas. Ou seja, vejo a Educação Ambiental adotar a mesma conduta que nossa sociedade adota para se inserir no cotidiano das pessoas e, talvez justamente por isso, acaba atendendo sua essência de dominação, através do medo, e de consumo, através de uma ação maquiada como algo consciente. Ou ainda promove ações que têm o efeito de tranquilizar a consciência, mas que de fato pouco ajudam e, às vezes, até mesmo auxiliam na temida “destruição planetária”.

Mas, não estaria esse projeto seguindo aspectos de nossa cultura de dominação? Isso porque, como descrito anteriormente, ele foi inicialmente idealizado para atender aos anseios de compreensão da relação entre seres humanos e ambiente, abrangendo as relações identitárias individuais e coletivas no que tange o espaço e a comunidade. Pessoalmente, em meu íntimo, tinha a expectativa de fortalecer as relações entre as pessoas da comunidade e propiciar maior cuidado com o meio circundante e também, no meu ideário, com a natureza. Neste momento, iniciaram-se alguns questionamentos que, ao longo do semestre, ao entrar em contato com diferentes leituras e discussões, passaram a me angustiar: Como inferir que o

cuidado com o ambiente seria um cuidado maior com a natureza? Por que eu pretendia sensibilizá-los para um cuidado maior com essa esfera natural? Não estaria eu inserida numa lógica ambientalista e fora da realidade onde se encontrava o grupo com o qual pretendia fazer a pesquisa? Um paradoxo se fez presente: se, por um lado, eu criticava a dominação presente na sociedade e toda a injustiça social que dela advinha, por outro, eu queria que as pessoas, com quem pretendia trabalhar, cuidassem mais do meio onde viviam e, em especial, ficassem mais “sensíveis” às questões ambientais para um cuidado maior com a natureza. Vejo como um paradoxo porque: não seria querer que as pessoas pensassem como eu, uma forma de dominação?

No contato com essas diferentes reflexões, percebi essa teia de contradições, onde o que de fato queria ser preservado era a espécie humana e não a Natureza. Foi então que comecei a ver pinceladas da hegemonia no discurso ambientalista. Quando iniciei essa pesquisa-ação, acreditava, ingenuamente, que a Educação Ambiental poderia propiciar um sentimento de pertencimento aos indivíduos, o que auxiliaria na análise do enraizamento e, conseqüentemente, haveria um estreitamento das relações interpessoais comunitárias e uma maior luta e cuidado com o local onde viviam, podendo proporcionar o fortalecimento da comunidade e maior cuidado com o ambiente. Pensei nisso porque tinha como perspectiva as minhas ideologias e as projetei como sendo corretas, desejáveis e, quiçá, melhores. Claro que não percebia isso com essa clareza. Eu acreditava estar fazendo um *bem*, como se uma coisa fosse consequência da outra, ou seja, como se sentir-se pertencente significasse maior cuidado com o meio, e como se o maior cuidado com o meio fosse o maior cuidado com a Natureza. Foi então que meu orientador, certa vez, falou algo como: talvez o cuidado maior com o meio signifique, para algumas pessoas, derrubar todas as árvores de uma praça e construir um prédio. Aquilo deu um estalo em minha cabeça.

Mais ou menos na mesma época, durante a disciplina “Conhecimento Científico e Intervenção Social”, a professora Eda Tassara exibiu um vídeo³ sobre o empoderamento de mulheres de uma vila beduína, na Jordânia, por

³ “Solar Mamas - Why Poverty?”: documentário da BBC. Pode ser acessado no link: https://www.youtube.com/watch?v=ON_NQ1HnRYs

meio do ensino da captação de energia solar. Depois de assistirmos ao vídeo, fizemos uma série de reflexões e o que ficou forte para mim foi como a perversidade poderia ser maquiada em algo tão “socioambientalmente correto”. Vou me ater aqui às discussões que se referem mais diretamente à questão ambiental e, pelo menos por ora, deixarei de lado as questões de gênero, dentre outras questões sociais que o vídeo poderia suscitar.

Aquela vila não possuía energia elétrica. A captação de energia solar poderia significar uma série de novos produtos para aquelas tendas de pano que, por sua vez, poderiam tornar-se casas de alvenaria. Aquelas casas poderiam ter, possivelmente antes mesmo de serem construídas, geladeiras e televisões. Consequentemente, as informações passadas pelas mídias entrariam nas casas daquela população. Com a entrada da televisão, uma série de novas “necessidades” poderia ser incorporada por um novo modo de vida que talvez fosse instalado ali.

Não quero que pareça aqui que esse seria o único destino possível daquela população, mas sei que em maior ou menor grau isso costuma acometer as populações. Também não quero posicionar-me contra a energia elétrica em comunidades que ainda não a possuem, seria muito cômodo defender tal ideia. Entretanto, o ponto que me faz refletir e que acredito que exija maior atenção é a velocidade com que essas tecnologias entram em uma cultura e as consequências que elas podem causar. Menciono isso porque mesmo quem convive desde sua infância com esses meios de comunicação nem sempre consegue refletir sobre o que é transmitido e pode acabar sendo manipulado.

Weil (1979) discute as trocas que ocorrem quando culturas diferentes entram em contato. Ela acredita que as trocas de influências são muito importantes – as influências de meios exteriores em meios interiores podem ser muito estimulantes – mas essa troca não deve ser mera *importação*, ela deve sim ser digerida para que os pontos de maior relevância sejam incorporados ao meio interior. A autora afirma que há desenraizamento quando, por exemplo, uma invasão militar se instala em outro país, mas ele é mínimo quando há a miscigenação entre os invasores e a população. Porém, quando esses invasores percebem-se como estrangeiros no território em que

se instalaram ou do qual se apoderaram, o desenraizamento fica muito forte para as pessoas que ali habitam e foram submetidas a tal invasão. “Mesmo sem conquista militar, o poder do dinheiro e a dominação econômica podem impor uma influência estrangeira a ponto de provocar a doença do desenraizamento.” (WEIL, 1979, p.348)

Enfim, não acredito estar errada a incorporação de aspectos de uma cultura por outra cultura, mas ela deve acontecer de forma a suprir suas necessidades, para se aprimorar enquanto tal, não como uma forma de dominação, como acontece em muitos casos de invasão militar ou em outros casos mais sutis, como a influência das mídias que se inserem dentro da casa das pessoas, propagando valores e ideias enviesadas, um modo de vida que desvaloriza os saberes tradicionais e que impõem um modelo de desejabilidade além do possível e viável; um modelo de consumo.

Nesse modelo, muitas vezes, encontra-se a dominação perpassando grande parte das relações da sociedade ocidental, o que evidencia a *humilhação social* (GONÇALVES FILHO, 2007), que se abate sobre amplas parcelas da sociedade. Atualmente, este fenômeno pode ser reconhecido como reflexo de todo o processo histórico, uma vez que, apesar de atingir o indivíduo, a humilhação social o atinge por ele pertencer a determinado grupo, gerando angústia individual, ainda que possa ser compartilhada por diferentes atores do mesmo grupo. (GONÇALVES FILHO, 2007)

Muitas vezes, para minimizar a angústia e na tentativa de se inserir nessa sociedade excludente, as pessoas vítimas do fenômeno da humilhação social incorporam os padrões de desejabilidade informados pela Indústria Cultural e, ao mesmo tempo, sofrem na tentativa de alcançar aquilo que se almeja e que não lhes é acessível.

Essa busca por inserção na sociedade, ainda que de forma não tão consciente, através de bens-materiais expostos na grande mídia como algo desejável para toda a população, também pode ser, por vezes, observada na São Remo. Em entrevista, um morador fala explicitamente sobre o assunto, quando perguntei sobre o motivo para o envolvimento cada vez mais cedo dos adolescentes no tráfico:

“Aí tem a questão do status, né, entre aspas, que aí as meninas veem e “Oh!” tal, né, aquela coisa... Roupas de marca, né. A mídia faz muito isso também, né. Ah! O melhor é quem tem a roupa do ano, o carro do ano, né, quem tem esses bens materiais que a mídia mostra no dia a dia. Então, isso também influencia a cabeça da criança, do jovem, né. Que ele... tem aquilo ali, né, mas por que não tem pra ele? Todo mundo tem isso aí, né, a mídia tá mostrando que tem e porque que não tem, né, então. Eu falo por mim, porque fui criado com a minha mãe, né, 7 irmãos. Minha mãe não podia comprar uma roupa de marca para cada um de nós, né. Um brinquedo de R\$100, R\$200 pra cada um de nós, né, então, tiro por mim, né. Meus irmãos cresceram vendo isso que nem essa época de outubro, de mês das crianças, vê na televisão propaganda de brinquedo, R\$200, R\$300, R\$500, então a criança não sabe disso, né, que você tem que trabalhar, que é caro, né, pra nossos padrões de consumo é muito caro, a criança não sabe disso, então ele quer o brinquedo, né, ele vê e ele quer. Então, chega uma hora que ele vai crescendo e vai se revoltando com tudo isso, né.” (colaborador morador, 2014)

Assim, nem sempre conseguem alcançar o *status* desejado e/ou “desejável”. Uma das consequências disso é o distanciamento ainda maior das pessoas em relação à sua própria natureza, sua individualidade, e em relação à natureza externa, uma vez que o desejável de hoje é atingido através do consumismo. Bauman (2003) discute a questão da identidade na sociedade atual. “‘Identidade’ significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar.” (BAUMAN, 2003, p.21). Isso, porém, gera certa vulnerabilidade dessas identidades individuais, pois experimentam a busca solitária da construção de sua identidade e, quando deparam com seus medos e ansiedades, buscam construir cabides para que possam, em conjunto, pendurar tais sensações. (BAUMAN, 2003).

Talvez, nessa contradição de busca por sua identidade e vontade de compartilhar medos e ansiedades provenientes dessa própria busca, algumas pessoas se apoiem nesses modelos que as mídias dizem ser o desejável. Ainda mais quando a segregação da sociedade não vem dessa busca solitária por sua própria identidade e sim por pressões externas de uma sociedade que exclui e humilha sem que haja um motivo direto para isso, o que, retomando o que foi escrito anteriormente, gera o fenômeno de humilhação social. Esse fenômeno pode ser bastante observado nas favelas, como é relatado em entrevista por um morador da São Remo.

“Fora a falta de oportunidade também, né. Então, cresce num espaço onde tem muita injustiça social, né, a polícia entrando toda hora pra bater, pra espancar, né, pra levar trabalhador. [Conta sobre um episódio em que a polícia quase prendeu a pessoa entrevistada, pois queria prender alguém, nem que fosse um “laranja” – algo relativamente comum na favela] A gente tá sujeito a tudo isso aqui, né. Então, quantos que não foram inocentes, né. Quantos que não estão presos inocentes, né? Então é complicado tudo isso. Então a criança cresce vendo tudo isso, né, gera uma revolta que, que acho que, né, se torna algo maior, vai... uma bola de neve que vai cada vez mais aumentando, chega uma hora que, que estoura, né, acho que... Porque é complicado, né (...) Pra você ver, né, o trabalhador, né, tá sujeito a essas coisas, né. Quem vive na comunidade é assim, né. A abordagem deles, né, aqui é uma coisa, lá fora é outra totalmente diferente. Então, isso que também revolta, né, a juventude. Você vê essas coisas, né. Você vê essas coisas, já morreram alguns jovens, né, que não tinham nada a ver com o crime, chegaram atirando, né, nessa época que tava tendo... Ainda tá tendo, né, alguns assassinatos aí, mas aqui já aconteceu isso, né. Do pessoal estar andando na rua e atirarem e matarem os jovens e ficar por isso mesmo, né. Complicado, complicado. É... Então! Parece até que é... Parece coisa de ficção. Você fala assim... Eu mesmo nunca tinha passado por isso. Sempre que eu saio, que eu fui abordado, né, me revistavam e tal, né, sempre tranquilos, né. Me revistavam... “Não, não tem nada”, né, puxavam meu RG, viam que não tinha nada, que a ficha era limpa e nunca aconteceu isso comigo, né. Tanto é que sempre que eu tô nas abordagens, eu sempre sou tranquilo, falo “não...”, fico tranquilo, na minha, pessoal fala, eu deixo falar, é que eu já tô acostumado também, né, porque crescer aqui, a gente tem que estar acostumado, infelizmente, né. Tem que ser acostumado com isso daí, com a polícia entrando na sua casa sem mandato, revirando as coisas... É assim mesmo! Infelizmente é assim. Aí gera... É o que te falei, né, se o pessoal não tem uma mentalidade, se não tem uma estrutura, uma boa estrutura, sem chances. Complicado... Mas vamos, né, levar a vida adiante. É fico pensando, né, agora com o meu filho... Será que é um bom lugar pra ele viver, será que, né. Ou a gente tenta transformar ou não dá pra se viver aqui, né, porque desse jeito, não tem como. Minha esposa já falou várias vezes... Não, vamos sair daqui, vamos embora.” (colaborador morador, 2014)

Todas essas circunstâncias, em que não se sabe quem são as pessoas que circulam nos espaços públicos onde se vive; em que a polícia abusa de sua autoridade e age de forma recriminadora, mesmo sem ter provas para isso; em que grande parcela da sociedade as estigmatiza pelo simples fato de viverem em uma favela; em que as mídias passam um modo de vida irreal, como se fosse o comum a todos e que dificilmente poderá ser atingido pela grande maioria... Enfim, com tudo isso, as pessoas começam a buscar proteção de diferentes formas. Uma possível consequência disso é o afastamento nas relações das pessoas que passam, cada vez mais, a serem

distantes do seu entorno, tanto dos espaços de relações sociais comunitárias e públicas, quanto do espaço físico, e isso é reflexo de todo esse contexto que se instalou historicamente e que ainda se instala, além de todo o desenraizamento presente em grande parte das comunidades existentes hoje.

Enfim, com o tempo e com o contato com essas diferentes reflexões, percebi que no início do mestrado me aliava a um discurso que trazia uma visão hegemônica, de dominação, maquiada por uma imagem contraditória. O discurso ambientalista dizia trazer consciência quando trazia, muitas vezes, mais ignorância, pois reproduzia uma falsa consciência, uma reflexão limitada, que direcionava o pensamento para aquilo que a própria lógica do sistema queria. Não vou afirmar aqui que toda Educação Ambiental se alia ao discurso ambientalista e que possui essa forma que me parece perversa em sua atuação. Entretanto, parece relevante entender, ainda que brevemente, como surgiu a Educação Ambiental e toda essa preocupação com o ambiente.

Foi na segunda metade do século XX, com o surgimento de movimentos ambientalistas, que a preocupação ambiental passou a ser mais exposta e aparente. Esses movimentos se mostravam como consequência da percepção do aumento da degradação ambiental pós-Revolução Industrial e consequente mercantilização dos recursos naturais. Na década de 1960, as discussões sobre a crise ambiental aumentaram por causa de uma série de eventos, o que iniciou a consolidação da ideia de Educação Ambiental (REIGADA; REIS, 2004).

Desde então, a educação ambiental vem sendo revista, com o surgimento de diferenciações dentro dela. Layrargues (2006) aponta que no Brasil essas diferenciações surgem com o intuito de fortalecer a ideia de mudança social através da educação ambiental. O autor aponta que “(...) só é possível proteger a Natureza se simultaneamente se transformar a sociedade.” (LAYRARGUES, 2006, p.8). Ou seja, enquanto a educação ambiental não trazer consigo a transformação social, ela ficará enfraquecida, reproduzindo o modelo existente e fortalecendo, contraditoriamente, a crise ambiental.

Foi nesse ponto que aquele véu outrora presente em meus pensamentos e ideologias começou a se movimentar e tentar desvelar-se. Finalmente, comecei a perceber que, apesar de sua potencialidade, a Educação Ambiental de hoje, muitas vezes, se pauta por um discurso ambientalista com caráter hegemônico explícito, o que coloca em “xeque” valores mais sutis com os quais este trabalho de mestrado poderia se deparar e ser influenciado. Perceber a possibilidade de adotar um discurso que, muitas vezes, propaga valores e atitudes que mascaram e reproduzem, em parte, o modelo imposto pela Indústria Cultural, deixaram-me perplexa. A intenção de trazer ações que poderiam promover *reflexões* em relação ao modo de vida, às questões do ambiente, aos recursos naturais, muitas vezes poderia acabar trazendo *padrões/imposições*, que, possivelmente, não fariam sentido à população ou, se fizessem, poderiam não trazer a profundidade necessária para uma nova consciência no que se refere às influências do modo de vida sobre o meio com um viés mais reflexivo.

Ao pensar na possibilidade de desenvolver uma pesquisa enviesada, atendendo ao discurso ambientalista de caráter hegemônico, vimos que a escolha pela pesquisa-ação em vez de outra modalidade de pesquisa foi acertada. Isso porque ela propiciaria uma forma de realizar a pesquisa e suas intervenções sem que uma visão de mundo hierarquizante e hierarquizada, na qual muitas vezes mostra-se uma pretensa superioridade ética do meio acadêmico, fosse imposta à população local.

Pode parecer inusitado que a decisão sobre a pesquisa a ser realizada no mestrado partisse deste ponto, da escolha de um método, antes mesmo de eu haver escolhido, propriamente, o objeto. Mas nossa preocupação com as consequências éticas deste trabalho havia assumido tamanha centralidade que pareceu necessário, por um lado, não abrir mão da possibilidade da intervenção, justamente o que me levou a desejar o mestrado em uma área das Ciências Humanas; por outro, garantir que esta intervenção fosse estruturada de tal forma que estas preocupações éticas fossem incorporadas ao próprio processo de trabalho, em cada um de seus passos, obrigando-nos a refletir sobre as consequências de minhas ações a todo momento – daí, portanto, mais um motivo para a escolha pela pesquisa-ação.

Como já mencionado, nessa categoria de pesquisa, busca-se primeiro entender quais as demandas apresentadas e sentidas pela comunidade para então realizar a pesquisa-ação tendo uma dessas demandas como mote. Neste caso, enquanto ainda estava investigando qual tema teria essa pesquisa-ação, foi elaborado um documento pela Rede Aproxima-Ação que continha o histórico de demandas apresentadas pelos moradores da São Remo desde o ano de 1998. Os principais apontamentos foram a questão da educação infantil, pela falta de creches que atendessem a população, e o lixo, que muitas vezes explicitava a falta de saneamento básico no local.

Com o contato mais próximo com atores locais pude perceber que a questão da reurbanização, que outrora parecia ser um tema em potencial para essa pesquisa-ação, já não era algo tão marcadamente preocupante para a maioria da população, como eu e meu orientador imaginávamos em um primeiro momento. Eram a educação infantil e o lixo os principais incômodos dos moradores locais. Sabendo disso, Gustavo e eu conversamos e vimos a questão do lixo como uma possibilidade de tema bastante coerente com o intuito desse trabalho, uma vez que ele tem por objetivo a análise da relação das pessoas com o espaço (físico, simbólico e político) onde vivem. Além disso, minha formação em Biologia, bem como a atuação em Psicologia Ambiental do Gustavo, traz a essa pesquisa-ação um busca por análises e discussões das questões ambientais vigentes em nossa sociedade.

Portanto, com o cuidado para não intensificar em minha atuação aspectos de nossa cultura relacionados ao medo e à dominação, comecei a buscar “grupos de resistência” na comunidade com a temática escolhida. Como as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) já haviam se apresentado como potenciais parceiras para essa pesquisa-ação, iniciei um processo de maior aproximação com elas. Isso porque surgiu de minha parte o interesse em rearticular um grupo com certa diversidade de interlocutores, que foram apontados pelo Projeto “São Remo, Minha Casa” como possíveis apoiadores; entretanto, não sabia se era também de interesse das ACS tal rearticulação.

Durante o segundo semestre de 2013, tentei realizar uma conversa informal com as agentes para ver se haveria tal interesse, porém, elas sempre me remetiam à coordenadora do “Projeto São Remo” do Centro de Saúde

Escola Butantã. Não entendia muito bem por que deveria passar pela coordenadora, se a ideia inicial era apenas saber sobre o interesse delas no projeto. Por vezes, eu e meu orientador pensamos que elas não estavam muito interessadas nessa pesquisa-ação e, por isso, estavam nos ludibriando para que desistíssemos da ideia. Tendo isso em mente, buscamos outra opção. Entramos em contato com uma parceira da organização não-governamental (ONG) Agente/Espaço Girassol⁴, também integrante da Rede Aproxima-Ação, para ver se poderíamos realizar algumas intervenções relacionadas à questão do lixo junto às crianças da ONG. A ONG pareceu disposta e aberta à possibilidade de parceria.

Entretanto, com o passar do tempo, entendemos que a atitude das ACS era algo rotineiro. Como fazia parte do Projeto São Remo trabalhar com a questão do Ambiente, o que inclui como foco principal a questão do lixo, seria importante conversar com a coordenadora do Projeto para que então a participação delas no grupo fosse incluída no cronograma de atividades dessas profissionais. Isso esclarecido, uma nova etapa do trabalho estava prestes a iniciar e será relatada no capítulo a seguir.

⁴ Toda vez que estivermos falando sobre a ONG Agente colocaremos “Agente/Espaço Girassol”, porque, apesar de a ONG denominar-se Agente, ela é conhecida como Girassol pela comunidade, pois esse é um projeto de grande reconhecimento pelos moradores da São Remo. Além disso, uma grande parceria nessa pesquisa-ação é com as **Agentes** Comunitárias de Saúde, o que poderia gerar confusão. Então, quando forem usadas as expressões *Agentes comunitárias de saúde* ou a palavra *agente(s)* com letra minúscula, estaremos nos referindo às Agentes Comunitárias de Saúde. Porém, quando for usada a expressão *Agente/Espaço Girassol*, estaremos nos referindo à ONG.

Capítulo 3

O grupo ou “*Os jardins se borboletam*”

“Significa que os jardins se esvaziaram de suas sépalas e de suas pétalas? Significa que os jardins se abrem agora só para o buliço das borboletas?”
(Manoel de Barros, 1998, p.9)

As descobertas e aproximação desse universo que era apresentado estavam cada vez mais intensas. As redes de contato foram, aos poucos, sendo estabelecidas. Alguns pontos ficaram por fazer, outros tiveram efeitos melhores do que eu e meu orientador imaginávamos. Enfim, o ano de 2014 foi bastante promissor e cheio de conquistas para essa pesquisa-ação. Ele será relatado e discutido ao longo desse capítulo.

Após uma série de contatos informais – ora em momentos em que estávamos na São Remo, durante o curso de educação em meio aberto, ora por meio de alguns e-mails pessoais ou do telefone – em meados de janeiro de 2014, recebi uma resposta via e-mail da coordenadora do Projeto São Remo propondo uma reunião no final daquele mês. Ela também me convidou para participar de uma reunião geral do Centro de Saúde Escola do Butantã alguns dias antes de nossa reunião.

Fui à reunião do Centro de Saúde Escola Butantã (CSEB) e pude ter uma visão panorâmica das atividades dali e de alguns acontecimentos. O que mais me chamou a atenção, e que acredito ser mais relevante para esta pesquisa-ação, foi tanto uma discussão sobre a implantação de um equipamento de saúde em um terreno na São Remo, quanto a apresentação de um vídeo que contou a história do bairro Butantã sob a perspectiva de alguns moradores.

O vídeo era intitulado “Enraizados”⁵ e foi apresentado por um antigo morador da região. Nele pude ver a influência da construção da Cidade

⁵ “Enraizados” – documentário com alguns moradores do bairro Butantã que contam um pouco de sua história. O documentário pode ser encontrado em: <https://www.youtube.com/watch?v=D0-dJQVQmpc>

Universitária e da Chácara do Jóquei no bairro. Tais instituições trouxeram crescimento acelerado à região, além de muitas modificações. Pelo que se conta, antigamente o bairro era repleto de chácaras que produziam ervas para chás, para exportação. O que entra em consonância com o relato da existência de uma antiga chácara na São Remo, no terreno hoje chamado informalmente de Buracanã – nome que deriva de sua topografia íngreme, lembrando as arquibancadas de um estádio, e que termina por uma área baixa e plana, onde se realizavam frequentes partidas de futebol – terreno baldio que, ao que parece, é de propriedade da USP e antigo ponto de acúmulo de lixo, quando ainda não era murado.

O outro assunto da reunião que me chamou a atenção foi a instalação de um equipamento de saúde em um terreno localizado na São Remo, anteriormente ocupado pela SABESP (Conforme indicado na **Figura 1**) e de propriedade da USP. Foi relatado que estava acontecendo uma série de reuniões para a discussão dos diferentes interesses para o local. Havia uma comissão, da qual faziam parte, dentre outros atores, o secretário de saúde, um representante do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU), alguns representantes do CSEB – como as Agentes Comunitárias de Saúde –, e um representante da Associação de Moradores. Fazia parte do projeto de reurbanização da São Remo a instalação de um equipamento público nesse terreno, assim, a universidade doou-o para o Estado com esta finalidade.

Figura 1: Imagem de satélite com polígonos da São Remo, dando ênfase aos terrenos da antiga SABESP e do Buracanã, além da USP.

Porém, os interesses para o terreno eram diversos. A demanda que a comunidade apresentava para ele era, principalmente, a construção de um equipamento de educação infantil. Durante as discussões, e vendo o rumo que as decisões estavam tomando, houve a tentativa por parte da Associação de Moradores de lutar para atender as demandas dos moradores locais, afinal, apesar de o terreno ser de propriedade da USP, ou mesmo de estar na iminência de ser transferido para o CDHU, ele fazia parte do território da favela.

Com isso, a Associação de Moradores entrou em contato com a Universidade para falar sobre as necessidades reais dos moradores para o local. Foi relatado, porém, que o então reitor alegou não ter demanda de crianças para a construção de uma creche, apesar de haver verba para tal. Com isso, uma representante da Associação organizou um cadastro de

crianças moradoras da São Remo que não estavam frequentando creches, conforme cartaz na Figura 2.

Figura 2: Cartaz da Associação de Moradores para cadastro das crianças que não estão sendo atendidas por creches.

Porém, mesmo com todas essas articulações da Associação de Moradores, as instâncias responsáveis do Estado decidiram por construir um equipamento de saúde. Isso posto (porque foi dessa forma mesmo que aconteceu, sem mais delongas), os profissionais do CSEB, vendo as necessidades locais e da região próxima, começaram a negociar que ali fosse construída uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Integral e já possuíam um projeto definido para tal. Nesse caso, haveria atendimento médico de especialistas de suas áreas. O Hospital Universitário, porém, entendia que ali seria necessário construir uma Unidade de Pronto Atendimento, para que fossem triadas as emergências e redirecionadas, quando fosse necessário, para o hospital. A construção foi feita pensando em uma Unidade de Pronto Atendimento, atendendo às demandas do Hospital Universitário. Mas após uma série de lutas políticas, foi conseguido institucionalizar a UBS Integral. Apesar de o prédio estar pronto, até o momento (início de 2015) não foi inaugurado, nem iniciadas suas atividades.

Ainda para o mesmo local, havia o interesse de parte dos moradores na construção de um miniecoponto, uma vez que o terreno é grande e caberia tanto o equipamento de saúde quanto essa central de triagem. Entretanto, pelo que foi relatado, esses equipamentos voltados para essas três áreas – saúde, educação e triagem de resíduos sólidos – não poderiam estar em terrenos tão próximos, pois poderia gerar contaminação. Isso porque as crianças, por serem mais vulneráveis às doenças de uma maneira geral, enfrentariam mais riscos de contaminação se frequentassem um espaço próximo a um local de tratamento de doenças. Já com relação ao miniecoponto, apesar de o correto ser a destinação desses resíduos sólidos limpos, ou seja, sem materiais orgânicos, muitas vezes, são descartados de forma errada pelos usuários do serviço, o que poderia atrair ratos, baratas, entre outros organismos e microrganismos prejudiciais à saúde. Portanto, a instalação de tal equipamento nas proximidades de pessoas em tratamento de saúde e/ou de crianças seria algo perigoso, por essas pessoas serem mais vulneráveis ao contágio de doenças. Apesar de burocraticamente isso não poder acontecer, na realidade local, os pontos de acúmulo de lixo ficam próximos à nova UBS.

Justamente, por existir esses pontos de acúmulo de lixo em locais públicos e por isso gerar vulnerabilidade a doenças, a ideia de instalar um miniecoponto, juntamente com trabalhos de Educação Ambiental nesse sentido, é um anseio de longa data, dentre outras pessoas, das ACS. Em uma das reuniões do grupo Remo Vendo Lixo – grupo junto ao qual desenvolveu-se esta pesquisa-ação, o qual será descrito em detalhes e terá sua constituição esmiuçada nas páginas a seguir – as agentes contaram um pouco sobre alguns problemas que já enfrentaram com o projeto de miniecoponto, em parte por questões relacionadas ao interesse político tanto de moradores locais quanto de pessoas externas que não veem a construção de um miniecoponto como algo interessante, e em parte pela falta de espaço físico, problema constante em uma favela, o que gera disputa por território internamente, como aconteceu no caso do terreno onde estava localizada a SABESP.

As Agentes Comunitárias de Saúde, quando estavam se articulando em torno do projeto “São Remo, Minha Casa”, que envolve o miniecoponto, fizeram um trabalho sobre a contextualização da questão do lixo na cidade de São Paulo, por este ser um problema global. Entretanto, no caso da São Remo, a falta de espaço esteve e ainda está presente. A ideia de se utilizar o terreno da antiga SABESP e o Buracanã, soluções possíveis para este problema, foi, como já apresentado, barrada. Aliás, a falta de espaço é algo muito presente e evidente na favela e, atualmente, esses dois são os únicos terrenos que ainda não estão totalmente ocupados na São Remo. Por haver muitas demandas de melhorias para a comunidade, eles acabam sendo constantemente disputados por diferentes atores e ficam à mercê dos interesses políticos para o local. Como as decisões políticas levaram à construção de um equipamento de saúde no terreno da antiga SABESP, as demandas por educação infantil e pela construção de um miniecoponto foram transferidas para o Buracanã.

Entretanto, parece que, como a população local não é ouvida em suas necessidades, com ações das instâncias governamentais que passam por cima das demandas locais, os moradores tornam-se desesperançosos com relação ao atendimento de seus pedidos. Isso porque para o Buracanã, atualmente o único terreno totalmente desocupado no interior da São Remo, existe um projeto de ampliação do HU, que, portanto, irá atender às demandas da Cidade Universitária e não da população local. Apesar disso, há também manifestações por parte da universidade que afirmam que esse terreno pode ser transferido para o Estado e que haverá instalações que atendem ao projeto de reurbanização da favela.

Como existe um histórico de negligência no que se refere às decisões políticas tomadas em relação ao território, que, na maioria dos casos, não atendem às necessidades locais e sim a interesses políticos ligados à dinâmica institucional da universidade, a população local passa a buscar alternativas por conta própria. Neste sentido, uma possível reação a essa negligência foram algumas recentes tentativas de ocupação do Buracanã. Em meados de outubro de 2014, algumas pessoas tentaram ocupar o terreno, construindo alguns barracos, mas esse movimento logo foi impedido, sendo

ateado fogo às novas ocupações. Conta-se que, naquela ocasião, quem ateou fogo foi um cidadão, morador de um bairro próximo, que alegou ser proprietário do terreno. Dois meses depois, por volta do dia 20 de dezembro de 2014, novamente algumas pessoas tentaram ocupar esse espaço. Não pude acompanhar de perto o que aconteceu, mas, segundo o Band Notícias (2014) e o Diário do Grande ABC (2014), cerca de 300 pessoas, moradoras da favela, ocuparam o terreno em busca de moradia própria, visto que atualmente pagam altas taxas de aluguel. A maioria das pessoas envolvidas na ocupação trabalha em empresas terceirizadas que prestam serviços à USP, com salários e benefícios precários.

Após o ocorrido, a Justiça concedeu liminar de reintegração de posse do terreno, executada pela Polícia Militar, à USP, a qual se posicionou da seguinte maneira em nota:

Esclarecimento da USP sobre terreno invadido e reintegração de posse

A Universidade de São Paulo (USP) esclarece que a liminar de reintegração de posse da área da quadra 10, localizada atrás do Hospital Universitário, foi concedida no último domingo (21/12) e executada na manhã do dia 23/12. Essa ação se coaduna com a responsabilidade de manter a integridade dos espaços que compõem o patrimônio da Universidade, incluindo a área desocupada necessária para as suas atividades.

Não obstante, a USP reconhece a gravidade dos problemas sociais e habitacionais da população, evidentes na área adjacente já ocupada da Comunidade São Remo. Por isso, participa do desenvolvimento de ações de reurbanização, em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal da Habitação, bem como com a Secretaria Estadual do Planejamento, que tem por objetivo oferecer à comunidade do entorno infraestrutura habitacional, de saúde e de educação. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2014)

Ou seja, se por um lado a universidade reconhece que existem problemas graves no local e se coloca como parceira em ações de reurbanização, por outro, parece que o diálogo entre os moradores, com suas demandas, e as instâncias políticas que decidem o futuro desses escassos locais “vazios” é ineficiente, uma vez que, até o momento, as decisões não atendem às necessidades dos habitantes locais.

Enfim, os moradores da São Remo enfrentam uma série de dificuldades e, muitas vezes, ficam à mercê de decisões e interesses políticos alheios à sua vontade e sobre os quais não têm participação. Para agravar a

situação, as questões econômicas globais e do entorno também influenciam diretamente suas vidas. Não vamos adentrar em tais questões, porque fogem ao escopo do trabalho, mas é evidente o aumento no custo de vida local. A São Remo possui uma localização privilegiada, próxima da Universidade de São Paulo e, conseqüentemente, de uma série de serviços públicos e equipamentos urbanos (como acesso ao transporte público) que facilitam, e encarecem, suas vidas. Além disso, a especulação imobiliária é crescente na região. Uma possível consequência disso pode ser, no futuro, a desocupação “pacífica” desse território, uma vez que é frequente a marginalização de pessoas com baixa renda para locais longínquos e sem acesso a infraestrutura básica.

Milton Santos (1993,96) define o conceito de *sítio social* observando que a “especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um *sítio social* [grifo original] ao sítio natural e a disputa entre atividades e pessoas por dada localização. (...) Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros, mais valorizados. Por isso são atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo.” (VILLAÇA, 2001, p.141).

Pelo que tem se mostrado pela observação das decisões políticas que, na maioria das vezes, negligenciam as demandas locais, parece possível suspeitar que a instalação de equipamentos urbanos nas proximidades da São Remo busca atender muito mais à sociedade do entorno, seja USP ou moradores com cada vez mais recursos, do que os moradores da favela. Um reflexo disso é a desconfiança instaurada com relação à política local e às promessas de políticos externos que buscam votos em época de campanha eleitoral e que, depois, pouco ou quase nada fazem para a melhoria da comunidade.

Um exemplo de tal desconfiança foi percebido durante uma reunião do grupo, quando uma integrante, não moradora do local, mencionou a possibilidade de contato com algum político para se conseguir a concessão

de um terreno para a construção do miniecoponto. A recusa foi quase instantânea por parte de alguns moradores. A ideia de entrar em contato com algum político veio quando foi mencionado que existe a possibilidade de se pleitear parte do terreno do quartel, vizinho à comunidade, o qual tem uma grande área que parece não estar ocupada no momento.

Pelo discurso durante a reunião, o principal receio era de que a ideia fosse apropriada por políticos que, posteriormente, poderiam se autopromover em suas campanhas sem ter feito muita coisa para ajudar. E, se por um lado é possível compreender a apreensão e, até mesmo, certa repulsa na ajuda de políticos para a conquista desse espaço, por outro, às vezes parece que a atuação da sociedade fica enfraquecida, quando atitudes como as mencionadas anteriormente com relação à SABESP e ao Buracanã se fazem presentes.

Enfim, algumas angústias se fazem presentes: com tantas decisões nas quais os contatos pessoais e políticos superam as reais necessidades da população, até que ponto é possível confiar que as articulações dos moradores serão suficientes para tais conquistas? Ao mesmo tempo, que democracia é essa em que vivemos sem sermos escutados? As ações dos movimentos políticos estão aí para nos mostrar que às vezes é possível, que unindo forças, podemos conquistar mais coisas. Apesar dessa potencialidade, por que tão pouco é feito e conquistado? Onde está a voz do povo e suas conquistas? Tais indagações parecem reflexos vivos de uma série de negligências que enfrentamos; quando pouco, ou quase nada, podemos contar com o Poder Público para que cumpra sua função; e isso parece tornar-se mais evidente e mais agudo quando nos deparamos com demandas locais muito claramente articuladas e que exigem ação; talvez esta clareza seja uma das vantagens da realização de uma pesquisa-ação em um contexto como o que foi escolhido para o presente trabalho. Abordar problemas ambientais urbanos de forma abstrata, ou discutindo-os em seus aspectos globais, tem importância crucial em um momento de percepção de grave crise ambiental, mas pode diluir a percepção da relação entre esses problemas e a vida cotidiana. A pesquisa-ação, por obrigar o pesquisador a centrar sua análise no nível psicossocial dos problemas que discute, tem o

condão de apresentá-los e discuti-los na dureza concreta do dia-a-dia. As soluções têm de ser buscadas e aplicadas, e, portanto, testadas em suas possibilidades reais. Parceiros e adversários apresentam-se como entes reais, e mesmo que sejam instituições ou organizações abstratas, aparecem muitas vezes materializados em figuras pessoais que se sentam à mesa de discussão para acordar, resistir, aconselhar, deliberar. Nesses contextos, torna-se clara a sensação de absurdo produzida pela ausência de apoio das instâncias de onde tal apoio seria mais esperado, especialmente dos poderes públicos, daqueles órgãos e instâncias responsáveis pela garantia dos direitos mínimos da população. Apesar disso, eu e meu orientador acreditamos que uma das lições que a participação neste projeto permite tirar é a de que vale a pena tentar, articular e buscar por melhorias. Portanto, nossas ações continuaram.

Após a reunião geral do Centro de Saúde Escola Butantã, a coordenadora disponibilizou meu acesso aos materiais elaborados pelas Agentes Comunitárias de Saúde, onde estavam registradas suas atividades desde 2001 (início do Projeto São Remo), pois assim, poderíamos compreender melhor suas atividades antes de nossa reunião no final daquela mesma semana. Com a leitura dos materiais, pude compreender que parte das atividades das ACS era trabalhar com a questão do ambiente, uma vez que o Projeto São Remo está inserido no Programa de Saúde da Família e trabalha, além das questões diretas da saúde, com o território.

Alguns dias depois, em nossa primeira reunião, na qual, além de mim, participou parte das Agentes Comunitárias de Saúde e a coordenadora do Projeto São Remo, foram apresentadas suas atividades pessoalmente. O “Projeto São Remo” teve início em 2001, contando com 12 Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Para ter uma atuação mais efetiva na comunidade, um diagnóstico inicial foi realizado pelas Agentes Comunitárias de Saúde, no qual elas aplicaram um questionário nas casas dos moradores da São Remo.

Entre outras perguntas, elas questionavam quais eram os principais problemas relativos à saúde no local e as respostas mais recorrentes eram a gravidez na adolescência e o acúmulo de lixo nas ruas. A partir de então, elas

se dividiram em duas frentes, uma atuando com a questão da gravidez na adolescência e a outra com a questão do ambiente e, mais especificamente, com o lixo.

Uma série de ações foi realizada como oficinas, palestras e mutirões. As oficinas ainda acontecem e têm como principal público-alvo as crianças. Elas são realizadas, entre outros lugares, no Espaço Girassol, juntamente com peças teatrais.

Além disso, no início do “Projeto São Remo” foi feito um mapeamento dos pontos mais críticos de acúmulo de lixo. Após esse mapeamento, foi criada uma comissão de meio ambiente com 12 integrantes, sendo 6 ACS e 6 outros moradores não vinculados ao CSEB. O objetivo dessa comissão era organizar reuniões mensais (coordenar, fazer pauta e relatórios) e encaminhar as propostas deliberadas pelos moradores. Além disso, as Agentes Comunitárias de Saúde organizavam as reuniões das subcomissões, que se constituíam da divisão dos membros dessa comissão nos pontos de acúmulo de lixo identificados pelo mapeamento. Assim, as subcomissões aconteciam localmente e, em suas reuniões, discutiam problemas e soluções da questão do lixo e as especificidades de seus locais. As subcomissões tiveram como ensejo inicial uma epidemia de dengue que ocorreu no local devido à água parada nos lixos acumulados. Algumas ações foram propostas e realizadas:

- Limpeza do Córrego "Riacho Doce".
- Remoção do lixo e do entulho acumulado no espaço público, seguida de utilização desses espaços com benfeitorias para a comunidade.
- Coleta diária de lixo e instalação de caçambas para entulho.
- Ações Programáticas Integradas (limpeza, adequação e conservação dos locais: Av São Remo, entre R. Pires Brandão e R. Baltazar Rabelo; Esquina da R. Catumbi com Av. São Remo; Buracanã; R. Sebastião Eugênio de Camargo; Esquina Av. São Remo e Corifeu; Córrego "Riacho Doce". Com participação do setor público, entidades que atuam na comunidade e a população).

Além dessas ações, as agentes participaram do Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), que tinha o seguinte foco descrito nos documentos do projeto:

(...) a conscientização de moradores locais da Av. São Remo, de comerciantes grandes e pequenos e dos demais moradores da São Remo. Pretendiam apoiar a melhoria da qualidade de vida, a melhoria do espaço público da comunidade, a diminuição do acúmulo de lixo, a diminuição do número de roedores e insetos e a geração de renda. Além disso, pretendiam combater a falta de interesse pelo bem comum, o desconhecimento do processo de destinação de resíduos e o desrespeito com o meio ambiente.

Com uma verba do PAVS, as ACS conseguiram editar um vídeo chamado “Comunidade em foco: olhar, pensar e agir”⁶. Nesse vídeo, elas mostraram a problemática do lixo na São Remo, como os pontos de acúmulo de lixo, a opinião de alguns moradores e, ao final, imagens de um antigo ponto de acúmulo após uma intervenção realizada por elas. Paralelamente à elaboração do vídeo e com todas as discussões que foram realizadas durante as reuniões da comissão de meio ambiente, foi consolidado o projeto chamado “São Remo, Minha Casa”.

Como descrito anteriormente, o projeto “São Remo, Minha Casa” foi idealizado pela equipe do “Projeto São Remo”, em parceria com o Ramo dos Engenheiros Sem Fronteiras (PoliUSP-ESF), com a LOGA (empresa responsável pela coleta de lixo na região) e com a Subprefeitura do Butantã. Ele tinha por objetivo a implantação de um miniecoponto (acompanhado de baias informativas) e campanhas de conscientização da comunidade em relação ao lixo e ao miniecoponto. Esse projeto, porém, esbarrou na falta de espaço para a construção do miniecoponto. O terreno onde a SABESP se localizava era uma possibilidade para tal projeto, mas caiu por terra quando o equipamento de saúde foi instalado ali. Outro ponto possível era o chamado “Buracanã”, aquele terreno anteriormente citado, desocupado, de propriedade da USP, que tem algumas tentativas de ocupação pelos próprios moradores e por pessoas de fora, mas que também parece já ter planos voltados para interesses específicos da instituição de ensino superior.

Foram o projeto de miniecoponto e os anseios das ACS de implantá-lo que primeiro me colocaram em contato com elas, durante uma reunião da

⁶ Encontrado no site do Centro de Saúde escola Butantã, no seguinte link: <http://www2.fm.usp.br/cseb/mostrahp.php?origem=cseb&xcod=Projeto%20S%20E3o%20Remo&dequem=P%E1ginas%20Internas>

Rede Aproxima-Ação da qual participei. Por vezes, senti que esse mesmo projeto trouxe desânimo às ações e aos grupos das ACS sobre o ambiente. Não que essas ações tenham parado ou que não tenham surtido efeito. Se forem comparadas as imagens do vídeo “Comunidade em foco: olhar, pensar e agir” à realidade de hoje, em relação aos pontos de acúmulo, é possível perceber uma melhora em certos locais. Apesar de o problema não se haver extinguido, alguns pontos de acúmulo deixaram de existir.

Enfim, muitas ações foram realizadas pelas ACS e tiveram efeitos positivos na comunidade. Mesmo assim, quando conversamos no início de 2014 senti uma descrença muito forte por parte de algumas agentes que participaram das ações de meio ambiente desde seu início. Não é para menos. Ao ver que suas vozes são silenciadas, mesmo quando se faz parte de uma instituição de poder, como o CSEB; vendo que mesmo as pessoas que em princípio possuem maior poder na instituição não são escutadas; vendo que os interesses políticos parecem estar muito além da possibilidade de intervenção local, atendendo às necessidades de poucos agentes com interesses específicos; vendo seus amigos e familiares, ou mesmo os enfermos atendidos por elas, não terem suas necessidades básicas para uma vida minimamente desceite sendo supridas... Não é para menos. Segundo Gonçalves Filho (1998), o exercício da palavra só pode acontecer fora da violência, apesar de ela própria (a violência) buscar seu significado na palavra. O autor complementa: “A violência e a palavra, lembra Hannah Arendt, excluem-se mutuamente. A violência interrompe a cidade, área dos falantes, interrompe a cidadania, área dos dialogantes. A cidadania interrompe a violência.” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 9).

Mas onde reside a voz da população não escutada? Onde está a voz de quem sofre de uma violência velada e naturalizada? Violência esta que deixa marcas invisíveis aos olhos nus, mas marcadamente perceptíveis quando se convive com a população? Gonçalves Filho (1998) ainda aponta que no mundo dos pobres, faltam os materiais da cultura, mas seu fundamento pode estar ali, quando há gente se reunindo e se recebendo, possibilitando, inclusive, iniciativas para que tenham a parte material. “O poder humano é efeito da reunião não-violenta dos homens.” (GONÇALVES

FILHO, 1998, p. 12). A falta de poder entre os pobres é problema político, é falta de reunião e essa carência não se restringe aos pobres, ela permeia todos que moram na cidade dividida. Todos são fracos fora da cidade igualitária, pois nas cidades industriais não se precisa de cidadão – caso das cidades igualitárias – elas precisam reproduzir a desigualdade, produzir mercadorias; e cidadãos não são produzidos, eles se reúnem “(...) na igualdade, na palavra e no poder repartido.” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 12)

O poder da instituição universitária aliada a outras instâncias estatais, no caso da decisão para o uso dos únicos terrenos sem edificações na favela, falou mais alto do que as vozes da comunidade. Os interesses do projeto de reurbanização foram priorizados face aos interesses da comunidade. Por um lado, o terreno era de propriedade da universidade e é compreensível que se leve em consideração os seus interesses. Entretanto, existe uma função da universidade pública que é muito pouco reconhecida pelas agências financiadoras e que, ao mesmo tempo, deveria ter papel tão importante quanto o ensino e a pesquisa. Estou falando aqui da extensão.

Muito pouco é feito como retorno à população, comparativamente ao que é produzido como conhecimento científico. E mesmo sabendo que esse conhecimento poderia ser parte desse retorno, na maioria dos casos, ele tem formato de artigos científicos alimentando, muitas vezes, os próprios conhecimentos acadêmicos e ficando quase que restritos a esse público. Além disso, fica explícito o quão pouco é valorizada a extensão quando se nota os parâmetros para pontuações dos programas de ensino e pesquisa feitos pelas agências de fomento.

Como possível consequência de tal desvalorização, os projetos de extensão universitária ou são deturpados, atendendo ao setor privado, ou acontecem por causa do grande esforço de alguns professores, alunos e funcionários. Assim, não é de se admirar que uma instituição como a USP, onde são criados muitos conhecimentos nas áreas das ciências humanas e sociais que defendem e apoiam as comunidades marginalizadas, não dê voz necessária aos moradores de sua comunidade vizinha. Isso fica evidente quando uma decisão política, como a construção de um equipamento urbano

para a teórica reurbanização daquela favela, quase não escuta e não atende às reais demandas locais.

Enfim, o retorno que poderia ser dado tanto à São Remo, quanto à USP, uma vez que a extensão pode auxiliar na produção de conhecimento e no ensino universitário, fica muito aquém de sua potencialidade, ainda mais quando decisões políticas atendem às demandas de uma minoria privilegiada.

Assim, quando ações são tomadas de forma mais autoritária, como o projeto de reurbanização, pouco discutido com os moradores da São Remo, ou como a construção do muro e a restrição do acesso da comunidade externa à USP às instalações públicas, não é de se surpreender que produzam um sentimento de exclusão e, por vezes, de revolta naqueles que não são reconhecidos como cidadãos.

Como foi relatado anteriormente, a Cidade Universitária apresentou-se por muito tempo como uma possibilidade de lazer para as pessoas da São Remo. Nas reuniões e entrevistas, muito se reclamou da falta de opções de lazer, sendo ela associada à restrição de entrada e circulação no campus da USP. Nas lembranças dos participantes, era possível perceber certo saudosismo, quando os moradores contavam das atividades que aconteciam, dos piqueniques na Praça do Relógio, das brincadeiras também nesse espaço, dos eventos que aconteciam na USP e para os quais os moradores eram convidados. Atualmente, o acesso dos moradores da São Remo à Cidade Universitária fica muito restrito.

“A USP, né, sempre foi nosso quintal né, aqui na comunidade né... Então, a gente tinha a USP como lazer de final de semana, ia pra USP pra soltar pipa, é... Cuidar de carro também. Conseguia algum dinheiro pra jogar fliperama, mais essas coisas né... Pra gastar no dia a dia. [...] Aí que ergueram o muro, que é pra, né, separar mesmo a comunidade da USP. E eles foram aos poucos tirando essa... o acesso, né, dos moradores a USP, aos poucos foi acontecendo isso, né. Quando eu era pequeno, ia pra Praça do Relógio, onde tinha várias pipas, né, tinha acesso livre, né. Então podia todo mundo ir, brincar, ficava a tarde inteira, sábado e domingo a tarde toda empinando pipa lá, brincando lá. Então, aos poucos eles foram tirando isso daí. Fecharam a USP aos finais de semana. Já aconteceu de a gente ir no final de semana, portão aberto, a gente ir, um grupo de meninos assim, pra brincar mesmo, jogar bola, aí o segurança falar “Não! Volta! Pode voltar. Dá meia volta e volta.” E a gente tinha que voltar. Então... Uma universidade pública, né, que a gente não podia ter acesso, não podia entrar é... É triste isso.

[...]Então, hoje, né, ainda tem... Tem umas restrições, né, tem o acesso... Eles queriam restringir o acesso da comunidade também, né, então se você for, vier pelo portão do HU aos finais de semana você vai ver que está fechado o portãozinho ali. Tá fechado. Ele tinha acesso da comunidade a USP. Você tem que dar a volta e ir no portão do HU lá em cima pra poder passar. Eles fecharam também o lá de baixo, próxima a Dona Eva, então, eles fecharam. Só que a comunidade, né, tirou a cabine lá de segurança, falou: “Não! Não vai fechar, não”. Aí deixaram aberto, né. Mas eles fazem isso, né, eles querem proibir o... Isso, tá certo, acontece várias coisas lá, né, assaltos, roubos, né, muitas coisas que aconteceram no ano passado, ano retrasado, envolvendo pessoas daqui, né, da comunidade, né. Então, é isso, né. Eles restringem achando que a causa do problema é isso, né. Então, vamos... Ao invés de dar acesso a cultura, a informação, a educação... Eles preferem, né, segregar do que ajudar, né, nessa construção. Isso porque a maioria dos moradores, né, ajudou a construir a USP, né. Meu pai trabalhou na construção da prefeitura, então... E até hoje, a maioria dos moradores trabalha na USP, né, principalmente nas terceirizadas. Então, fazem parte do processo de construção, né, de tudo que tem ali na USP, né. Então, não é valorizado, né. Não é visto dessa forma, complicado.” (colaborador morador, 2014)

Como forma de melhorar essa relação, já existiram alguns projetos voltados para as crianças e adolescentes da São Remo na USP. Como o projeto de capoeira, parceria do Projeto Avizinhar, relatado no Capítulo 2 e mencionado na entrevista abaixo.

“Acho que eu tava com 8... 8, 9. Aí, em 97 eu entrei na capoeira, comecei a fazer capoeira... [...] Aí eu conheci o projeto “Minha História”, que era um projeto do Departamento de História com o CEACA, que é o Centro de Estudos de Aplicação da Capoeira, que na época tinha uma sede lá no CRUSP, né. Então, o que que a gente fazia, as crianças iam pra História. Na verdade, as crianças ficavam no prédio da História, a gente ficava na História guardando o carro, né. Aí, o que que aconteceu. O pessoal do Departamento de História falou, “vamos dar algumas atividades pras crianças fazerem, né... Começar inclui-las”, né. Aí... Dentre essas atividades, tinha essa de capoeira, aí a gente se reunia lá e descia pro prédio do CRUSP. Descíamos pro CRUSP pra fazer a capoeira. Começou sendo uma vez por semana, aí depois foi aumentando, né... Duas vezes por semana... Depois teve uma época que a gente ia a semana inteira, segunda a sexta, não, segunda a sábado, na verdade. Aí, de lá pra cá, sempre a gente mudou de espaço, mas sempre praticando aí na capoeira.” (colaborador morador, 2014)

Atualmente, alguns profissionais, que outrora trabalhavam no Programa Avizinhar, trabalham no Programa Aproxima-Ação, que continua tendo como objetivo atuar na relação entre USP e São Remo. Entretanto (como já discutido no Capítulo 2), apesar de haver grande vontade das pessoas que trabalham no programa, as ações são restritas, uma vez que a

atuação direta com a população local é restringida pela burocracia da instituição. Com isso, entre os anos de 2013 e 2014, as ações ficaram mais vinculadas às articulações de atores e projetos da USP e da São Remo do que a ações mais diretas.

Apesar disso, nesses mesmos anos, as pessoas do programa puderam atuar mais diretamente em alguns casos, como o Curso Piloto de Educação em Meio Aberto, relatado no Capítulo 2, e como o Curso de Educação em Meio Aberto com a Guarda Universitária. A decisão por reestabelecer esse curso com a equipe de segurança do campus aconteceu aliado a um cenário que estava voltando a ser recorrente, conforme discutimos no capítulo 2. A presença de crianças e adolescentes no campus, a relação por vezes sem limites e conflituosa (fosse por parte dos estudantes, fosse por parte desse grupo morador da São Remo), gerou a necessidade de um trabalho mais estruturado da universidade para lidar com esses problemas.

Como já discutido ao longo desse trabalho, a USP pode ser vista por essas crianças e adolescentes como espaços onde podem se relacionar socialmente e com o ambiente por meio de brincadeiras. Durante as reuniões do grupo Remo Vendo Lixo, os moradores da São Remo me relataram que, com a restrição do acesso ao ambiente universitário e consequente distanciamento da relação USP – São Remo, as opções de lazer ficaram mais restritas para parte da população, uma vez que os espaços físicos da favela são exíguos por eles mesmos. Nessas reuniões, alguns moradores relacionaram isso a algumas formas de lazer que se tornaram mais frequentes. Dentre elas estão o aumento do número de bares na comunidade, bem como os bailes funk cada vez mais frequentes, ocasionando o aumento do consumo de álcool e de drogas no local.

Nas duas reuniões do grupo Remo Vendo Lixo de outubro de 2014, esse assunto veio a pauta com mais frequência. Isso porque, aos sábados, durante a noite, estavam acontecendo bailes funk em uma rua da comunidade, o que atraía muitos adolescentes e jovens de fora da São Remo.

Por causa disso, muitos moradores instalaram portões em suas vielas, pela incidência de pessoas urinando, usando drogas e mantendo relações sexuais nas partes mais escuras das vielas. Como forma de inibir essas

ações em ambientes mais escuros, algumas pessoas se dispuseram a deixar as velas mais iluminadas, colocando postes de luz, porém, houve relatos de que as pessoas que frequentavam o baile quebravam as lâmpadas.

Além de uma reação à falta de opções de lazer, o contato com os moradores deixa claro que parte da comunidade deseja de fato essas festas. Em uma reunião envolvendo os pais das crianças que frequentavam o Espaço Girassol, o mesmo assunto veio como exemplo de algo que incomoda os moradores da São Remo. Eles alegaram que não eram contra a festa em si, mas que ela poderia acontecer em um lugar onde o barulho não ficasse tão alto para os moradores que moram próximos das ruas e vielas onde ela costumava ser realizada. Pelo que foi relatado, os bailes têm crescido e atraído cada vez mais gente.

À partir daí, ainda nas reuniões do grupo, conversamos um pouco sobre algumas questões que incomodavam e como os moradores pouco estavam conseguindo atuar para diminuir tais incômodos. Relataram que antigamente havia leis internas na São Remo para que houvesse mais respeito na convivência entre os moradores, mas que, aos poucos, essas leis estavam se modificando, o que, por vezes, levava a situações nas quais parte dos moradores se sentia desrespeitada. Essa “mudança de leis internas” era sempre muito vinculada à idade das pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e à ausência de lideranças do narcotráfico que, como acontecia outrora, eram moradoras da favela. Nos relatos dos participantes, a consequência disso tudo, da mudança de leis internas, da diminuição da idade das pessoas envolvidas no narcotráfico, bem como da ausência de lideranças mais velhas no local, era um sentimento cotidiano de desrespeito por parte dos moradores, que não existia antigamente. Um participante chegou a desabafar: “A São Remo está tão sem dona...”. Assim, disseram que, apesar de a minoria dos moradores ser envolvida em atividades criminais, o restante dos moradores parece não ter voz para realizar ações de melhorias para a comunidade e que o diálogo entre os moradores não envolvidos no “movimento” (atividades criminais) e os moradores envolvidos está mais escasso e distante atualmente.

“(...) E é aquilo, né, a São Remo já foi melhor, né, com relação à violência, e já foi pior também, em relação à morte (...) Via essas coisas de violência, né, notícia de violência era muito rotineiro de pessoas que morreram aqui. Hoje em dia acontece, mas é mais esporadicamente, né, mais difícil acontecer, né, e acho que o pessoal do movimento... Tem muito jovem no movimento, na verdade, né, eles estão entrando no movimento cada vez mais, no mundo do crime, cada vez mais cedo. Então, você dá uma volta aqui pela comunidade, você vai ver que, vai perceber que tem muito jovem fumando um baseado, né, mais moleque. Antigamente não, antigamente você passava (...) se o cara ia fumar um baseado, se tinha criança na quadra, ele não ia na quadra, ia pra outro lugar... Então, “Ó, sai daí, tem criança”... Então, ele se escondia, né. Hoje não... Hoje passa na rua, qualquer hora do dia, né, qualquer momento, eles estão usando, tão fumando e tão cheirando, né. Então, tá muito mais visível pra quem mora aqui na comunidade isso aí, muito mais banalizado. (...) Eu acho que foi um processo. Um processo que foi acontecendo, então o que acontecia, é... Os mais velhos, né, eram tidos como espelho, né, os ditos malandros, os malandrões, como espelho pra quem ia crescendo e quem ia crescendo ia se aproximando cada vez mais, né, essa juventude foi se aproximando cada vez mais cedo desse pessoal. (...)Então, acho que aos poucos, né, foi se banalizando, foi se tornando tão normal que a juventude foi se aproximando, foi entrando aos poucos, e aí um via o outro entrando, né, o amigo entrando e falava: “Ah! Isso aí é legal.” Aí tem a questão do status, né, entre aspas, que aí as meninas veem e “Oh!” tal, né, aquela coisa... Roupas de marca, né. A mídia faz muito isso também, né. Ah! O melhor é quem tem a roupa do ano, o carro do ano, né, quem tem esses bens materiais que a mídia mostra no dia a dia. Então, isso também influencia a cabeça da criança, do jovem, né.” (colaborador morador, 2014)

Ou seja, hoje, se alguém reclamar com outra pessoa que está usando drogas próximo a uma criança, a pessoa, na maioria dos casos, não dará ouvidos, seja ela somente usuária ou envolvida no “movimento” também. A ideia aqui não é de colocarmos um grupo como culpado, mas de explicitar como a falta de articulação entre os moradores e como a ausência de lideranças que outrora existiam (sejam elas envolvidas ou não no “movimento”) traz uma falta de comunicação e gera rivalidades na própria comunidade.

Isso não significa que uma comunidade precise, necessariamente, de pessoas que pensem da mesma forma e queiram as mesmas coisas. Pensar assim seria ter uma visão bastante romantizada e ingênua, uma vez que isso não acontece nem em comunidades menores, nem em grupos com poucas pessoas, onde, mesmo neles, são necessários intensos debates para se chegar a um acordo. Porém, essa falta de articulação afeta diretamente a vida

de todos os moradores dali, uma vez que, como já foi relatado, muitas decisões políticas passam por cima dos diferentes quereres locais e, se os moradores locais não unirem suas forças para conquistar o que é necessário para a coletividade, a voz dos poucos que se manifestam será calada e massacrada pelas vontades de alguns, detentores de poder.

Isso tudo é colocado, pois, como já dissemos, não seria justo eleger um único grupo como culpado de tudo. Não parece mais culpado o traficante do que a polícia, quando adentra na comunidade em busca de alguém para prender, sem ao menos saber se de fato foi aquela pessoa quem cometeu o crime (como vivenciou um dos entrevistados); nem é mais culpado do que empresas que exploram o trabalhador sem dar salários decentes e condições dignas de trabalho; nem é mais culpado do que o governo que toma decisões não em prol da população, mas em benefício próprio e de poucos agentes político-econômicos que concentram o poder na metrópole; nem é mais culpado do que as mídias que mostram, diariamente, um ideal de vida irreal, direcionando valores e relações sociais para fins de consumo irracional.

Parece uma história sem começo nem fim. Uma teia em que as influências estão por todos os lados, mesmo daqueles vistos de forma positiva por grande parte da sociedade. A questão, porém, é que todo esse cenário de busca/disputa pode acabar influenciando as relações no dia-a-dia dos moradores dali. Isso pode ser um dos motivos para a descrença nas atitudes que influenciam diretamente aquilo que é comum a todos, aquilo que é público – ou que deveria ser – além de outras questões que se relacionam com a articulação e/ou desarticulação política da população.

Início do trabalho

Essa descrença na participação de outros moradores para pensarmos a questão do lixo parecia estar presente no início dessa pesquisa-ação, enquanto entrava em contato com diferentes atores para a constituição do grupo. As primeiras pessoas com quem conversei a respeito, como dito anteriormente, foram as Agentes Comunitárias de Saúde, pelo longo trabalho

que elas já haviam realizado com a questão e por terem sido elas a me apresentar esse tema como potencial mote desta pesquisa-ação.

Em nossa primeira reunião, realizada em 31 de janeiro de 2014, foi-me apresentado “pessoalmente” o Projeto São Remo e conversamos sobre minhas intenções com relação a essa pesquisa-ação, explicando esta modalidade de pesquisa e colocando meus interesses e preocupações. Houve interesse de ambas as partes por uma parceria e pela rearticulação de um grupo para a discussão da questão do lixo na São Remo. Combinamos uma saída a campo em que as ACS apresentariam, sob a perspectiva delas, a questão do lixo na comunidade.

Na semana seguinte à reunião, nos encontramos em frente ao Circo Escola (uma entidade que atende às crianças no contra-turno da escola para atividades de arte-educação) e descemos a rua onde ficam o campo de futebol e a quadra. Nesta rua existem dois pontos onde há depósito de lixo. Em ambos, há construções de alvenaria para depósito do lixo a ser removido pela empresa que faz a coleta. Em uma dessas construções, onde há mais acúmulo, a “casinha” é dividida em duas partes (Figura 3), uma onde as pessoas colocam seus lixos domésticos e a outra onde são colocados entulhos. Foi relatado que nem todos os entulhos ali depositados são provenientes das casas dos moradores locais, pois já foram vistas, mais de uma vez, pessoas entrarem na São Remo de carro, deixarem seus entulhos ali, e saírem de volta para seus locais de origem.

Figura 3: Foto de um dos pontos de acúmulo da rua da quadra e do campinho.

Mais abaixo, na mesma rua, existe outra construção de alvenaria para despejo do lixo. Esta, porém, é mais organizada. As ACS comentaram que os moradores das casas mais próximas ao local cuidam daquele espaço, muitas vezes lavando a construção após a retirada de lixo pelo pessoal da coleta. Esse é o mesmo ponto que aparece no filme “Comunidade em Foco: Olhar, pensar e agir”, já mencionado, após uma intervenção. Um local muito bem cuidado, ao lado da escada que leva à Praça Maria Joana.

Depois, seguimos pela Rua Catumbi. Ali havia poucas sacolas de lixo. O que chamava a atenção, porém, era a quantidade de carros abandonados. Os moradores já haviam comentado sobre a questão dos carros abandonados e alguns problemas a ela relacionados, sendo um deles a impossibilidade da passagem do caminhão de coleta de lixo em alguns pontos, o que dificultava a retirada de lixo e agravava o acúmulo em certos locais. Nessa mesma rua, na esquina entre a Rua Catumbi e a Av. São Remo, havia um ponto de grande acúmulo (Figura 4), tanto de lixo doméstico quanto de entulho. A quantidade de resíduos dali era tanta que quase ultrapassava o muro do quartel, vizinho à comunidade.

Figura 4: Ponto de acúmulo de lixo na Rua Catumbi, próximo a esquina da Av. São Remo, no muro que faz divisa com o Quartel.

Dali, seguimos pela Av. São Remo, onde existia um cenário bastante heterogêneo. Carros abandonados, pessoas morando em alguns desses carros, pessoas viciadas em álcool se encontrando, alguns catadores e uma enorme quantidade de material reciclável já separada e bem organizada,

algumas suspeitas de contrabando e comércio de produtos ilícitos, peruas com crianças indo e vindo da escola, mães esperando seus filhos, muita gente entrando e saindo da favela, caminhões manobrando para descarregar suas mercadorias no Roldão (mercado atacadista localizado ali). Enfim, uma infinidade de pessoas convivendo e situações acontecendo simultaneamente naquele pequeno espaço.

Os materiais recicláveis separados e muito bem organizados pelos catadores ficavam próximos ao muro da antiga SABESP. Foi relatado que alguns catadores vendem seus produtos contatando compradores que vão até o local com seus caminhões e retiram esses materiais. Apesar de ser bem organizado, esse procedimento fica no plano individual. O mesmo acontece em outros pontos da comunidade. Existem algumas pessoas e, até mesmo, famílias que retiram toda sua fonte de renda desses materiais. Porém, pela falta de espaço, acabam, muitas vezes, utilizando certos espaços públicos para triar, organizar e depositar esses materiais, no âmbito mais individual.

Ainda na Av. São Remo, mas um pouco mais à frente desse quarteirão do muro da antiga SABESP e dessa grande diversidade de atores, existe outro importante ponto de acúmulo de lixo. Neste caso, de entulho. Ele fica atrás do Roldão, no muro que faz divisa com o Buracanã e ali, todo tipo de entulho é descartado. A coleta desse entulho é feita por um trator e um caminhão. Certa vez, presenciei a retirada de entulho e, quando o caminhão estava em sua capacidade máxima, ele e o trator foram embora. Entretanto, mais da metade do entulho que estava ali depositado, ficou. Talvez, por não caber mais naqueles maquinários, talvez por ter acumulado aquele entulho por um tempo maior do que o habitual, ou talvez por ter sido maior o acúmulo naquela semana. Não podemos dizer ao certo, porque não o acompanhamos.

Entretanto, os moradores disseram que essa coleta, a de entulho, deveria ser feita uma vez por semana, mas nem sempre isso acontece, ocasionando maior acúmulo. Em algumas vezes em que estive na São Remo, vi o local totalmente limpo, mas o depósito de entulho e acúmulo neste ponto é constante, por vezes, não durando mais de um dia sem esses materiais. Nesse ponto também acontece a mesma situação mencionada em um dos locais de acúmulo da rua do Circo Escola, ou seja, pessoas de fora da São

Remo, não moradoras do local, vão até lá e deixam seus entulhos, depois saem, o que agrava o problema.

Próximo dali, subindo em direção ao Circo Escola, em frente à antiga SABESP, há dois pontos com caçambas onde o caminhão de lixo recolhe os materiais de toda a comunidade. Um fica na esquina com a Av. São Remo. O outro fica em frente à antiga SABESP. São esses os pontos aos quais o caminhão chega para fazer a coleta. Nos demais pontos, os coletores, também funcionários da LOGA (empresa responsável pela coleta de resíduos domésticos do local), passam com um carrinho coletando os materiais e levando até as caçambas. Na época, a coleta acontecia todos os dias, menos aos domingos.

Mais de uma vez foi dito que acontece muito de os coletores passarem recolhendo o lixo e logo depois os moradores colocarem mais sacolas, que só poderão ser recolhidas no dia seguinte, passando a noite no local, o que atrai animais como ratos e baratas. Além disso, muitos moradores não colocam suas sacolas de lixo em locais destinados a isso, como as “casinhas” de alvenaria na rua do campo de futebol e as caçambas na entrada da São Remo. No interior da favela, muitas vezes nas entradas de algumas vielas, os moradores depositam seus resíduos, onde outros pontos de acúmulo (menores, porém, que também atraem ratos, baratas e outros vetores de doenças) se formam.

Sobre o acúmulo nas entradas das vielas, como já mencionado anteriormente, era comum ouvir o relato de que as pessoas limpam apenas o interior de suas casas, não tendo o mesmo cuidado com a parte externa. Mais uma vez, uma postura mais individual do que coletiva parece estar presente na rotina dos moradores da São Remo. Isso gera certa frustração por parte das ACS, uma vez que várias iniciativas foram realizadas, mas com pouca aderência dos moradores, o que, para elas, é reflexo de tal comportamento.

Talvez seja muito simplista atribuir a falta de participação em eventos, como os realizados pelas ACS, à postura mais individualista. Certa vez, um morador me falou um pouco sobre as ações realizadas pelas agentes e, apesar de ter tido vontade de participar, estava em um momento em que seu modo de vida não permitia sua presença nas intervenções. Porém, essa

questão do público *versus* o privado, do coletivo *versus* o individual, aparece com certa frequência em discursos e observações: garagens particulares instaladas em calçadas, depósito de materiais recicláveis em locais públicos, triagem de materiais recicláveis em uma antiga pracinha, depósito de resíduos domésticos em horários inapropriados (após a coleta), carros abandonados obstruindo a passagem de caminhões, carros estacionados ocasionando o mesmo problema, o medo da apropriação de uma praça (a Praça da Amizade) para fins privados, a articulação de um grupo no cuidado com determinado espaço e sua apropriação posterior, a limpeza até a porta de casa ou, no máximo, até a viela, sendo o acúmulo de lixo na rua não sentido como seu próprio problema também, o esgoto entupido que atinge algumas casas ficando sob responsabilidade dos moradores das casas atingidas, apesar de o problema ser ocasionado por mais vizinhos, entretanto, não havendo uma parceria com os demais moradores.

Enfim, mais de uma vez a questão de que as pessoas acabam pensando muito mais no privado do que no público veio à tona. Assim, os moradores, de uma maneira geral, parecem pensar sua responsabilidade até a porta de suas casas ou, no máximo, até sua viela; a rua e o bairro não fazem parte de suas casas e, portanto, não são problemas deles; é como se, na visão dos moradores, “tá limpo meu tapete, então, tudo bem” (fala de uma participante do grupo). Incomoda aos próprios moradores essa falta de espírito coletivo. Entretanto, é difícil alinhar as diferentes demandas, valores e crenças ao “bom senso”. Contrariamente ao que aconteceria em uma comunidade, como aquela descrita por Bauman (2003) em que o entendimento seria sempre compartilhado por seus diferentes membros, de forma intuitiva, no caso de nossa sociedade, seria necessário um amplo trabalho em busca de um consenso que, segundo o mesmo autor, “(...) não é mais do que um acordo alcançado por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, um produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade, e murros ocasionais.” (BAUMAN, 2003, p.15). Enfim, não é fácil alinhar as diferentes opiniões e ideias de soluções. Por outro lado, existem algumas pessoas que agem em prol do coletivo, como uma moradora

que varre, às vezes até lava, a viela depois que a empresa da coleta passa recolhendo o lixo e um senhor que faz a mesma coisa na rua da igreja.

Entretanto, parece que a representatividade política dos moradores, de uma maneira geral, é frágil. A Associação de Moradores vem tentando se reconstituir nesse último ano, após um longo mandato do antigo presidente. Tive pouco contato direto com a Associação, então seria temerário analisar em detalhes sua situação específica. Porém, diversas vezes me foram relatadas situações de um passado não muito distante em que a percepção de alguns moradores era de que ela deixava a desejar, privilegiando alguns grupos em detrimento de outros e agindo de forma pouco democrática e participativa. A esperança veio quando, em 2014, uma nova chapa assumiu e, pelo que me foi relatado, passou a organizar as pendências anteriores para então poder atuar mais efetivamente com relação às necessidades da comunidade.

Enfim, apesar dessa forte tendência de trazer o plano individual à frente do plano coletivo (presente não só na São Remo, mas na sociedade ocidental como um todo), existiam e existem algumas lideranças na São Remo que trouxeram benefícios à mesma, como Luis Viotti, uma importante liderança, que, há muitos anos, organizou, junto às mães, um espaço para receber as crianças, uma vez que já naquela época a falta de vagas em creches constituía um problema importante. Ele, porém, voltou para o nordeste e não vive mais na São Remo. Entretanto, existem outras pessoas bastante atuantes que poderiam ajudar em ações para melhoria da comunidade. Porém, parece não haver articulação dessas pessoas com as demais em ações que visem melhorar os problemas comuns a todos. Com isso, problemas, como a questão do lixo, estão postos e a pouca articulação entre os diferentes atores da São Remo acaba restringindo as transformações e enfraquecendo as ações, sejam elas em intervenções diretas ou em cobranças dirigidas ao Poder Público.

Abordarei mais adiante a articulação do grupo para essa questão específica – a questão do lixo – e como ainda falta fazer novas articulações, inclusive com essas lideranças acima apontadas. Entretanto, antes disso, vou terminar de descrever a situação dos resíduos sólidos na comunidade.

Em abril de 2014, em uma de nossas primeiras reuniões do grupo Remo Vendo Lixo, fomos novamente a campo para ver os pontos de acúmulo de lixo. Naquele momento, havia seis pontos de acúmulo (Figura 5). Um desses pontos ficava na rua de trás do Roldão. Outro ponto na Rua Baltazar, em frente à antiga SABESP. Uma senhora catadora separava recicláveis e os deixava ali. Nesse mesmo local, a Associação de Moradores pretende estipular o ponto das peruas escolares. Além disso, nessa região, existe uma questão com os caminhões que abastecem o Roldão, tanto pelo fluxo, quanto por haver caminhões estacionados, o que impede a entrada e saída de carros, bem como o próprio caminhão da coleta de resíduos domésticos, o que atrapalha o fluxo da comunidade e a coleta de lixo.

Figura 5: Imagem de satélite com indicações dos pontos de acúmulo de lixo na São Remo.

Ao que parece, há os seguintes tipos de lixo: lixo doméstico (recicláveis, orgânicos e não recicláveis); entulho (resto de construção e móveis antigos); carros abandonados; e recicláveis organizados pelos catadores. Atrás do Roldão há, em sua maioria, entulho e um pouco de lixo doméstico também. Em frente à SABESP e no muro lateral da SABESP há lixo reciclável organizado pelos catadores. Na Rua Catumbi há a maior concentração de carros abandonados e entulho. No ponto mais abaixo da rua do campinho (ponto de acúmulo D na Figura 5) há lixo doméstico e no ponto

E em frente ao Alavanca⁷ há dois grupos (divididos) de lixo: doméstico e entulho.

Posto que a questão era de fato uma problemática visível e perceptível não só a mim, mas também aos moradores, cabe voltar a falar sobre a articulação do grupo.

Depois daquele dia em que saí com as ACS para vermos a situação do lixo na comunidade, agendamos uma reunião em que conversaríamos um pouco mais longamente sobre o grupo. Fui encontrar com as ACS em uma reunião na Igreja Católica localizada na São Remo na semana seguinte. Acertamos que iríamos fazer a próxima reunião no CSEB, que elas tentariam entrar em contato com as pessoas que outrora participaram do grupo que discutia a questão do lixo e que eu também entraria em contato com algumas pessoas.

Na reunião, iríamos apresentar o vídeo feito por elas sobre o lixo na São Remo “Comunidade em foco: olhar, pensar e agir” e elas iriam contar um pouco sobre a história da São Remo e sobre as ações que elas haviam realizado com relação à questão do lixo no local. Além disso, assistiríamos a outro vídeo sobre uma iniciativa realizada em um bairro da periferia de uma cidade do sul do país, no qual uma ONG e os moradores locais realizavam a coleta de resíduos domésticos orgânicos para fazer compostagem.

A partir desse encontro, o grupo começou a se constituir, aos poucos. Durante todo o ano fizemos um total de quinze reuniões entre março e novembro de 2014. A periodicidade variava entre reuniões mensais e quinzenais, de acordo com a disponibilidade e as demandas que surgiam.

Os assuntos levantados durante as reuniões eram variados e se repetiram ao longo do ano. Assim, optei neste trabalho por organizar os dados provenientes dali e de outros momentos (como entrevistas, participação de outros grupo e observações) em quinze temas. Alguns deles já foram

⁷ O Alavanca era um projeto que atendia no contra turno escolar a crianças, mas que esteve fechado durante o segundo semestre de 2013 e todo o ano de 2014. Na última reunião do grupo Remo Vendo Lixo de 2014, disseram que suas atividades voltariam em 2015, mas não saberei dar maiores detalhes sobre o projeto, pois acabei não tendo muito contato com ele.

abordados anteriormente nesse trabalho e outros ainda serão retratados e discutidos adiante. O que dificultou, porém, a análise do material e sua categorização, foi a forte conexão entre um tema e outro. A questão levantada nessa pesquisa-ação – o problema do lixo na São Remo – veio permeada de inúmeras outras questões que influenciaram direta ou indiretamente a articulação do grupo em si e/ou a reflexão sobre o problema levantado.

Além dos temas, dividi as reuniões de 2014 do grupo em três processos, que se inter cruzam em suas características, mas que se mostram mais proeminentes em determinados momentos. No primeiro, houve um momento de consolidação do grupo, de seus objetivos, do histórico/diagnóstico da questão do lixo e dos atores envolvidos, que durou até abril/ maio. No segundo processo, com início já no momento em que o grupo se consolidava, uma série de ideias de ações começou a surgir e a ser organizada para uma avaliação do que seria possível realizar. O terceiro processo foi a organização para se colocar algumas dessas ideias em prática, que teve início em julho.

Nesse primeiro processo tivemos o encontro inaugural com a minha participação, a participação das ACS e de três pessoas da ONG Agente/Girassol. Pareceu-me que a participação dos profissionais da Agente/Girassol deu outro ânimo para o início desse grupo, uma vez que mais atores locais estavam interessados na proposta. Já no mês subsequente, novos atores começaram a participar do grupo. Anteriormente ao segundo encontro, tivemos uma reunião da Rede Aproxima-Ação, com a participação de alguns parceiros como ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), a ONG Agente/Girassol, o Paço das Artes e pessoas do próprio Programa Aproxima-Ação, na qual falamos sobre o grupo que se iniciava – de lá surgiram mais alguns interessados. No encontro seguinte do grupo Remo Vendo Lixo, a sala ficou repleta de gente com vontade de participar e cheia de ideias. Houve participação de um total de treze pessoas integrantes das seguintes instituições: Centro de Saúde Escola Butantã, Programa Aproxima-Ação, Instituto de Psicologia, Agente/Girassol e ITCP da USP.

Em maio, o grupo conseguiu efetivar uma parceria com a LOGA, por meio do contato feito pelas Agentes Comunitárias de Saúde. Apesar de a

empresa ser um agente externo à comunidade e de ser um agente do setor privado, o que poderia trazer interesses bastante específicos nessa participação, notei que durante todo o ano de 2014 essa parceria foi positiva, uma vez que ali tivemos a possibilidade de um diálogo mais frequente para compreendermos melhor a logística e o serviço que a empresa prestava ao município e, mais especificamente, à São Remo. Além desse canal de diálogo que estava se abrindo, a representante da empresa também sempre esteve bastante disposta a contribuir com as ações do grupo e propor algumas ações por parte da empresa.

Através da LOGA, conseguimos o contato com a INOVA, empresa responsável pela coleta de entulhos no local, também conveniada à prefeitura. Entretanto, apesar de eles sempre mostrarem-se abertos a uma participação no grupo, puderam comparecer apenas à reunião de novembro, que foi nossa reunião de encerramento do ano de 2014, e que será relatada mais adiante. De toda forma, estabelecer mais uma parceria que atua diretamente com a questão foi muito importante e visto de forma positiva pelo grupo.

Além dos atores anteriormente mencionados, buscamos estabelecer outras parcerias como com a Associação de Moradores, o Circo Escola, o Quartel, alguém do Engenheiros Sem Fronteiras da POLI-USP, os moradores que eram lideranças atuantes (mencionados anteriormente), dentre outros moradores. Entretanto, seja pela dificuldade de entrar em contato com algumas pessoas, seja pela pouca disponibilidade das pessoas nos horários estabelecidos da reunião, conseguimos pouca aderência de novos integrantes para a participação direta do grupo. Mesmo assim, houve participações esporádicas de alguns atores em determinados encontros, bem como o aumento gradual de parcerias, como será relatado posteriormente.

A vontade e a necessidade de envolver mais atores, principalmente os moradores, sempre estiveram presentes em nosso grupo. Talvez mesmo como reflexo disso, nas primeiras reuniões, quando o grupo se iniciava, sentia que existia algum desânimo por parte das ACS com relação ao envolvimento e à participação efetivos de outros moradores. As tentativas anteriores

pareciam haver tolhido as esperanças de um novo grupo e de ações que, de fato, pudessem resolver ou, ao menos, minimizar a problemática do lixo.

Em uma das primeiras reuniões, enquanto as ACS contavam a história de como havia surgido a iniciativa de trabalhar com a questão do lixo e as ações já realizadas, elas relataram que houve vários momentos de muito empenho e outros bem desanimadores, pois, apesar de haver a participação de parte dos moradores nas ações, elas ficavam com a sensação de que o trabalho com relação à questão do lixo era entendido pelos participantes como apenas obrigação delas, e não de responsabilidade de toda a comunidade, como as agentes acreditavam ser.

Aliado a isso, elas falaram que apesar de ser possível perceber algumas mudanças positivas no cenário da São Remo, no que diz respeito à questão do lixo, do início de suas atividades até aquele momento elas entendiam que, de uma maneira geral, o problema havia piorado muito. Elas acreditavam que havia mais entulho e lixo orgânico nas ruas, além do número crescente de carros abandonados. Por conta disso, ficava a sensação de que, para os moradores, aquela paisagem havia se tornado "normal". Assim, com todo esse desenrolar das ações e pela frustração sentida e percebida como falta de compromisso, parecia existir, neste início do grupo, certo receio de não haver adesão e participação por parte dos moradores em ações futuras.

Entretanto, conforme mais pessoas foram se agregando ao grupo, outras visões sobre como esta problemática se constituiu ao longo do tempo foram expostas. Foi dito por alguns participantes, por exemplo, que antes o lixo ficava espalhado pelo meio da comunidade e que, depois, passou a concentrar-se em pontos onde havia caçambas, mais nas entradas da São Remo. Portanto, para alguns participantes que ingressaram no grupo, foi entendido como algo positivo não haver mais tanto lixo nas partes internas da São Remo. Porém, foi mencionado que, com o aumento da população, houve também aumento da produção de lixo e que as caçambas não suportavam mais a quantidade de lixo produzida, tornando os locais de depósito, pontos de acúmulo.

Ao longo das reuniões, o aumento da população era algo colocado em pauta com certa frequência, desta vez relacionado à questão do aumento de

resíduos produzidos. Esse aumento é também ligado pelos moradores ao acesso mais fácil à compra de mercadorias – antes, o acesso a bens de consumo era algo mais restrito e depois das mudanças econômicas das décadas de 1990 e dos anos 2000, a possibilidade de parcelamento das compras em lojas como as “Casas Bahia” tornou a compra de produtos, como móveis, mais fácil. Isso gerou, por um lado, um discurso de que a qualidade de vida dos moradores da favela melhorou, tanto pelo maior poder aquisitivo quanto pelas novas estruturas das casas. Por outro, houve reclamação por parte de alguns participantes em relação ao consumismo resultante e ao entulho consequente da adoção desse estilo de vida.

Novamente aparece a questão da busca por bens de consumo e todo esse fenômeno que atinge grande parte de nossa sociedade, discutida no capítulo 2. É evidente como a maioria das relações se pauta por aparências, em que o ter é privilegiado em detrimento do ser. Segundo Fromm, “a grande diferença entre *ser* e *ter* é a que se estabelece entre uma sociedade centrada sobre as pessoas e uma sociedade centrada sobre as coisas.” (FROMM, 1982, p.38-9)

Aliado a essa cultura de consumo, encontra-se o fenômeno do individualismo, que se reflete na falta de solidariedade face ao coletivo, mencionada inúmeras vezes em nossas reuniões. Em consequência disso, pairava certo desânimo tanto pela descrença na participação ativa dos demais moradores com a questão do lixo, como pelo aumento populacional e pelo aumento do consumo, com consequente crescimento na quantidade de entulhos e lixos, consequências de fenômenos que fogem a nossa possibilidade de intervenção como grupo.

Mesmo com esse cenário, a vontade de mudança parecia maior e algumas ideias começaram surgir logo nas primeiras reuniões. Uma das primeiras propostas foi a possibilidade de criar um vídeo que comparasse as imagens de 2004/2005 do vídeo feito pelas ACS, com imagens atuais, 10 anos depois. Uma ação de reflexão junto aos moradores tendo como ponto de partida uma “árvore sobrevivente” de um plantio realizado há alguns anos surgiu como ideia complementar. Também um dia de mutirão para limpeza do bairro com música, vídeo, fantasia – pensando tanto no aspecto de ação

(limpeza) quanto na reflexão. Reuso do óleo de cozinha para fazer sabão. Enfim, enquanto esse diagnóstico e o histórico tanto da comunidade quanto das ações das ACS eram relatados e discutidos, uma série de ideias começou a surgir. Combinamos, então, que iríamos fazer uma tempestade de ideias (*brain storm*) na primeira reunião que aconteceria na sede da Agente/Girassol, sucedendo uma volta pela comunidade para a identificação de pontos de acúmulo de lixo (já mencionados anteriormente) e para ter um panorama geral com relação à questão desses resíduos.

Muitas ideias complementaram os primeiros *insights* mencionados acima e compuseram a “tempestade de ideias”. Durante três reuniões trabalhamos tanto as ideias que haviam surgido nas primeiras reuniões, quanto novas ideias que surgiram nas reuniões seguintes⁸. Depois, começamos a ver cada item, agrupando aqueles que eram semelhantes e/ou complementares e passamos a ver sua viabilidade, bem como se seria uma ação de curto, médio ou longo prazo.⁹

As diferentes ideias nos remetiam sempre à questão do que foi chamado de conscientização, uma vez que uma ação seria muito pouco efetiva se os moradores pouco participassem ou não fizesse sentido a eles.

Isso encontra ressonância em minhas intenções iniciais, ou seja, a busca por trabalhar com Educação Ambiental e posterior contato com a Psicologia Ambiental. No capítulo 4 contaremos um pouco mais sobre esse meu percurso e anseios que me trouxeram a essa pesquisa-ação. Agora, porém, cabe lembrar alguns aspectos, mencionados no capítulo 2, dessa procura e inquietação que me trouxeram aqui.

A busca pela pesquisa-ação veio pela vontade de realizar algo que fizesse sentido, dentro de um trabalho de Educação Ambiental, mas que considerasse genuinamente as vontades e saberes das pessoas do local. Como no início eu muito pouco sabia sobre o conceito de enraizamento, acreditava que poderíamos promovê-lo por meio de um estreitamento das relações sociais e políticas dos moradores da comunidade. Não havia

⁸ A consolidação da “Tempestade de Ideias” com todos os itens pode ser vista no Anexo B.

⁹ O início do processo de agrupamento e avaliação de cada ideia pode ser visto no Anexo C.

pensado, porém, que essa poderia não ser a vontade dos moradores e sim a minha própria, o que entrou em total contradição com minhas crenças de atender necessariamente as vontades dos moradores locais e não aquilo que imaginava ser o ideal. Enfim, com o passar do tempo, tanto no contato com a comunidade, quanto no contato com diferentes pessoas no meio acadêmico (fosse através de leituras teóricas ou não), pude perceber minhas inconsistências e o fato de intuitivamente termos escolhido a pesquisa-ação como modalidade de pesquisa me auxiliou, particularmente, tanto no entendimento de minhas contradições, quanto numa escuta mais atenta das reais necessidades e vontades das pessoas que participavam do grupo.

Posto isso, com o tempo, pudemos perceber que certas ideias que surgiam nas primeiras reuniões pareciam envolver mais o grupo do que outras, como o mutirão de limpeza, algumas oficinas, a panfletagem, o vídeo e um treinamento proposto pela LOGA. Em junho, representantes da LOGA organizaram a apresentação de um treinamento onde explicavam toda a logística da empresa, além de nos apresentarem algumas informações adicionais com relação ao lixo na cidade de São Paulo. Desse treinamento, participaram vinte e três pessoas das seguintes instituições: CSEB (as agentes comunitárias de saúde), Agente/Girassol, Associação de Moradores, LOGA, Igreja da Saúde, Instituto de Psicologia e Pastoral da Criança.

Nele, entendemos que a empresa era responsável pela coleta de lixo domiciliares (orgânico e reciclável) e da RSS (Segregação dos resíduos de saúde). A LOGA possuía a concessão por 20 anos e iniciou o trabalho junto à prefeitura de São Paulo em 2004. Ela atendia 13 subprefeituras no noroeste da cidade e coletava cerca de 6 mil toneladas de lixo por dia na região. A empresa fazia a coleta com caminhões menores nos domicílios e levava os resíduos para uma estação de transbordo, onde cada dois caminhões e meio enchem uma carreta que transporta os resíduos para os aterros sanitários. A empresa era responsável por dois aterros que já atingiram sua ocupação máxima, que são o Aterro Bandeirantes, no qual há reaproveitamento do biogás e o tratamento do chorume, e o Aterro Vila Albertina, que encerrou suas atividades em março de 1993 e para o qual pensavam em algum projeto, como a construção de um parque.

No caso da São Remo, foi apresentado que a coleta se iniciava às 7 horas da manhã. Ali, a empresa recolhia apenas os lixos domésticos orgânicos. Na época desse treinamento, estavam testando a instalação de carrinhos elétricos para recolhimento do lixo, mas um deles foi quebrado e, posteriormente, viram que o motor não tinha força suficiente para suportar o peso do lixo no relevo do local. A empresa também falou sobre a questão dos carros nas ruas que impediam a passagem do caminhão para realização da coleta. Uma pessoa do grupo e uma pessoa da Associação de Moradores disseram que já haviam protocolizado um pedido e enviado um ofício à Prefeitura para a retirada das carcaças abandonadas de automóveis nas ruas da São Remo e receberam, em resposta, a informação de que elas seriam retiradas em julho (de fato, os carros foram retirados posteriormente).

Nesse encontro a empresa também informou sobre como o descarte é feito de forma errada e explicou como se deve embrulhar o vidro quando está quebrado; como animais mortos não devem ser descartados nos lixos domésticos, e como alguns tipos específicos de lixo (como remédios vencidos e placas de raio-x) devem ser levados a hospitais para que sejam descartados junto aos Resíduos de Saúde, com destinação específica, uma vez que podem conter metais pesados, prejudicando não apenas o ambiente, mas também a saúde das pessoas.

Após diversas explicações sobre a atuação da LOGA, conversamos sobre a possibilidade de fazermos uma panfletagem para que essas informações fossem transmitidas aos moradores locais e, assim, houvesse melhor funcionamento da coleta, tanto para a empresa, quanto para a comunidade. Uma grande vantagem desse treinamento foi a participação de novos atores, pois assim pudemos estabelecer o contato para futuras parcerias.

Em julho, mês seguinte ao treinamento realizado pela LOGA, estava prevista a retomada da avaliação das propostas apresentadas na “tempestade de ideias”. Porém, houve o convite de parar com as discussões e análises das ideias consolidadas para poder partir para a ação. A demanda veio de uma agente e logo foi acatada pelo grupo, pois estavam ansiosos para atuar em ações práticas e não mais ficar discutindo a respeito sem fazer

algo concreto. A sensação era de que se não houvesse uma ação concreta, o grupo ficaria desanimado e perderia forças, e, conseqüentemente, que a realização de pelo menos uma das ideias ali propostas daria ânimo para o grupo continuar e novas ações serem realizadas.

Enfim, interrompemos a avaliação dos itens da “tempestade de ideias”. Entretanto, deixamos as folhas com as ideias penduradas na parede, porque assim teríamos a possibilidade de “visitá-las” com os olhos. Demos continuidade àquela reunião falando sobre o que seria interessante fazer a partir dali e elegemos algumas ações para serem realizadas nos próximos meses.

A representante da LOGA comentou sobre uma oficina de reciclagem que a empresa oferece nas comunidades e houve interesse em participar dessa atividade. Ela também nos lembrou sobre o EcoMóvel (carro com algumas mesinhas, vídeo, onde pode haver interação com moradores, principalmente crianças, em ações de educação ambiental) e disse que poderia disponibilizá-lo. Outro ponto levantado foi o de realizar uma oficina concedida pela LOGA com as crianças do Espaço Girassol ainda em julho, bem como outra oficina com as mesmas crianças realizada por um educador desta ONG.

Em agosto, a ideia era que o EcoMóvel ficasse, durante um sábado, nos arredores da quadra. Ainda para o mesmo mês, existia a ideia de realizar a panfletagem informativa sobre a coleta do lixo, da qual participariam as ACS e coletores da LOGA. Foi mencionado que existe uma equipe da INOVA que faz panfletagem e tentaríamos fazer uma parceria nessa ação. Um ponto levantado foi que, para a panfletagem, seria interessante entender melhor qual o itinerário da coleta e, assim, informar aos moradores o horário ideal para eles colocarem o lixo na rua para, então, não haver lixos na rua durante a noite. Em setembro, pensamos em realizar um mutirão de limpeza de algum espaço coletivo, mas, naquele momento, ainda tínhamos alguns pontos indefinidos como: o mutirão deveria ser de grande porte, como forma de chamar a atenção dos moradores, ou faríamos vários mutirões pequenos para mobilizar os moradores aos poucos? O que faríamos nesse dia? Combinamos que discutiríamos melhor o mutirão na próxima reunião, em agosto.

Na reunião de agosto, pela primeira vez, tivemos a participação de uma moradora da São Remo, que participa do Delinearte, projeto de artesanato realizado pela ONG Agente/Girassol com mulheres moradoras da São Remo. Explicamos um pouco a ela sobre os objetivos do grupo e começamos a falar sobre as ações que haviam sido realizadas. Em julho, houve duas oficinas com as crianças do Espaço Girassol: uma em que uma equipe contratada pela LOGA criou, junto com as crianças da comunidade, brinquedos a partir de materiais recicláveis (Figura 6), e outra em que o tema do lixo foi abordado por um educador do Espaço Girassol e, a partir dessa conversa, alguns desenhos foram feitos pelas crianças do projeto.

Figura 6: Oficina de fabricação de brinquedos a partir de materiais recicláveis.

A panfletagem, que seria realizada pelas ACS junto à LOGA, com o intuito de informar os moradores sobre a coleta, como horários para depósito do lixo anterior a sua retirada, não aconteceu no mês de agosto e nem do decorrer de 2014. Houve uma questão de agenda que dificultou essa ação. Porém, pareceu-me que ao longo do ano de 2014, algumas características do

itinerário e da logística da coleta de lixo na São Remo foram se modificando. Escrevo “pareceu”, porque foram apresentadas algumas alternativas para a coleta de lixo na São Remo, experimentadas durante o ano, que nos eram relatadas durante as reuniões, como o uso de carrinho elétrico e, posteriormente, a substituição por um caminhão de menor porte, mas, segundo o relato de alguns moradores, a frequência da coleta havia diminuído ao longo do ano e, quando perguntamos aos nossos contatos da empresa, inicialmente, eles disseram que nada havia sido alterado no processo de coleta. Talvez por uma falta de comunicação interna deles, a pessoa com quem travávamos contato não sabia dessas mudanças, uma vez que ela sempre se mostrou bastante parceira nas ações e discussões do grupo. Aliado a isso, durante o ano, conhecemos três pessoas diferentes como responsáveis por aquela região, pois esta função, na empresa, sofria grande rotatividade.

Enfim, não é possível indicar com clareza o que aconteceu na política interna da LOGA e com relação às decisões tomadas pela empresa para explicar tais mudanças. Porém, é possível afirmar que, apesar de minhas suspeitas iniciais, a empresa constituiu-se uma parceira efetiva do grupo, conforme já foi relatado, e que algumas mudanças sentidas como positivas pelo grupo aconteceram ao longo do ano, vinculadas às decisões da empresa. Um ponto a ser destacado em relação a isso é que a desconfiança de coletivos sociais e políticos em relação à participação de parceiros da iniciativa privada deve ser pensada caso a caso. Para a resolução do problema do lixo da São Remo, por exemplo, esta aproximação com um agente do setor privado foi não apenas produtiva, mas fundamental para que o trabalho desenvolvido pelo grupo se realizasse adequadamente.

Em uma das primeiras reuniões do grupo, foi informado que seriam instalados alguns carros elétricos na comunidade para facilitar a coleta de lixo. Esses carrinhos iriam transitar pelas ruas internas da comunidade, recolhendo o lixo depositado ali e, posteriormente, iriam depositá-lo em alguns pontos onde o caminhão de lixo conseguisse passar e fazer a coleta. Porém, na mesma semana em que se instalaram os carrinhos, um deles foi depredado por um grupo de crianças, mesmo ele estando dentro de um

estabelecimento fechado. Esse fato foi relatado durante uma das reuniões e algumas pessoas presentes se prontificaram a conversar com esse grupo de crianças para que isso não acontecesse mais. Na ocasião, também pensamos em fazer algumas atividades com elas, com o intuito de trazer uma reflexão sobre a questão do lixo, bem como mostrar toda a trajetória pela qual os resíduos passam até chegar ao aterro sanitário. Essa ideia, porém, não foi levada adiante.

Com a instalação dos carrinhos elétricos, o número de coletores que atendiam ao local diminuiu, com a justificativa de que esses equipamentos facilitariam o trabalho, não havendo mais necessidade de manter a mesma quantidade de funcionários. Entretanto, após alguns meses, a empresa resolveu não mais utilizar os carrinhos elétricos no local, alegando que o relevo da São Remo forçava muito o motor das máquinas, sendo, inclusive, perigoso utilizar essa tecnologia, uma vez que a declividade e o peso dos resíduos poderiam fazer com que o motor desse meio de transporte parasse de funcionar e acabasse atingindo alguém que, por ventura, estivesse passando por perto.

Nesse momento, primeiro semestre de 2014, as coletas costumavam acontecer diariamente, menos aos domingos. Em nossa primeira reunião de agosto, no dia 14, foi visto que os carrinhos elétricos haviam sido substituídos por caminhões menores, que – pelo menos teoricamente – conseguiriam passar em algumas ruas no interior da favela. Nesse mesmo dia, os moradores também contaram que a coleta estava acontecendo apenas às terças, quintas e sábados. Naquela reunião, as pessoas da LOGA que participam do grupo não puderam estar presentes. Na reunião seguinte, no dia 28 de agosto, os representantes da LOGA nos falaram que a coleta continuava sendo diária, com exceção do domingo. Entretanto, também informaram que o caminhão, mesmo ele sendo menor, não estava conseguindo passar por algumas ruas da São Remo, por haver muitos carros estacionados, tornando o espaço da rua insuficiente para o seu trânsito.

Esses carros aqui mencionados são carros de propriedade de alguns moradores e em pleno estado de uso, diferentemente dos carros abandonados anteriormente mencionados como um tipo de lixo. Sobre eles

(carros abandonados), houve uma grande conquista, pois aqueles carros abandonados, que também atrapalhavam o fluxo do caminhão, haviam sido removidos. Não sabemos ao certo quem solicitou essa retirada. Uma pessoa do grupo havia se prontificado a fazer a solicitação pelo site da prefeitura e uma representante da Associação de Moradores também estava se articulando para que eles fossem removidos, conforme mencionado anteriormente nesse capítulo. Além disso, os carros abandonados não eram incômodos apenas ao grupo ou à associação, mas também a outros moradores e, portanto, pode também ter sido algum outro grupo de pessoas da comunidade que se incomodou com aquela situação e solicitou sua retirada. Havia, porém, alguns grupos de moradores que tinham interesse na presença daqueles carros abandonados, mesmo eles ocupando espaço e não apenas deixando o aspecto da comunidade menos agradável, mas também juntando animais como ratos e baratas. Naqueles carros, por vezes, alguns objetos eram escondidos. Os veículos também poderiam ser reutilizados por mecânicos do local. Entretanto, sua retirada foi sentida como uma conquista não só pelos participantes do grupo, que comentaram a respeito em reuniões, mas também por outros moradores, que, inclusive, fizeram um canteiro com plantas no local onde costumava haver muitas carcaças de carros para que o velho cenário não voltasse a existir. Isso, porém, gerou certo conflito com alguns moradores que viam benefícios naquelas carcaças, pois atearam fogo a esse novo canteiro. Apesar de eu não ter podido acompanhar tão de perto os detalhes do que aconteceu, posso afirmar que a retirada das carcaças aconteceu e que, apesar de não ter agradado aos moradores da São Remo em sua totalidade, deixou grande parte deles satisfeita.

Entretanto, os outros automóveis, aqueles em condições de uso e estacionados em ruas não muito largas, continuavam a atrapalhar a passagem do novo caminhão, menor, que faria a coleta da parte interior da comunidade. Segundo o que pude depreender das reuniões, esses caminhões deveriam passar com a mesma frequência de antes, porém, o caminhão maior (que passava apenas nas caçambas que ficam na entrada da São Remo), passaria às terças, quintas e sábados. Segundo os moradores,

porém, a coleta passou, no segundo semestre, a realizar-se em frequência menor, como já relatado.

Em meio a todas essas mudanças, a panfletagem acabou não acontecendo. Talvez justamente por isso. O que, afinal, foi bom, pois o intuito dela era informar e deixar claro quando, como e onde as pessoas deveriam depositar seus resíduos domésticos e, com todas essas alterações, as informações estariam defasadas e poderiam produzir confusão ao invés de clareza. Mesmo assim, a ideia é que a comunicação das informações (panfletagem) entre empresa e moradores seja uma ação constante, uma vez que novas mudanças poderão acontecer no futuro.

Ainda em agosto, começamos a intensificar as discussões com relação ao mutirão, visto que essa era uma das ações propostas que mais motivava as pessoas do grupo, pois, além de ser uma intervenção que agiria diretamente rumo a uma melhora na questão do lixo, ela também poderia trazer mais visibilidade em relação às discussões do grupo e, conseqüentemente, à problemática do lixo.

A ideia do mutirão estava presente desde as primeiras reuniões. Começou com uma ideia de fazermos um dia de mutirão para limpeza do bairro com música, vídeo, fantasia; pensando tanto na parte de ação (limpeza) quanto de reflexão. Conforme as reuniões e discussões foram acontecendo, com novas ideias surgindo, ainda no primeiro semestre de 2014 pensamos que essa poderia ser uma ação contínua, enquanto o lixo fosse um problema na comunidade, uma vez que esse trabalho demandaria uma constante reflexão, pois resolver, ou ao menos amenizar o problema do lixo, envolveria uma mudança de hábito na vida das pessoas. Vale lembrar que essa é uma questão atual que atinge a todos os níveis sociais, não apenas a São Remo, e é decorrente de uma série de hábitos e modos de vida que adotamos ao longo da história.

Seria de grande riqueza adentrar em como os hábitos de nossa sociedade foram mudando ao longo da história de nossa civilização para chegarmos onde estamos hoje, tendo o lixo como um problema em praticamente todos os agrupamentos humanos. Entretanto, isso demandaria uma pesquisa específica, impossível de ser levada adiante aqui com a profundidade

necessária. Por isso, remeto o leitor interessado ao trabalho de Ricardo Abussafy de Souza (2013), intitulado “O lixo e a conduta humana: a gestão dos insuportáveis na vida urbana”, que estudou especificamente este tema.

Em nosso trabalho, porém, eu e meu orientador estamos mais atentos às questões psicossociais que envolvem a rearticulação do grupo em torno de uma problemática, no caso, o lixo na São Remo. Portanto, vamos nos ater ao processo de formação do grupo e suas ações subsequentes, bem como dialogar com alguns fenômenos psicossociais que percebemos estarem implicados em tal questão.

Posto isso, entendo que, naquele contexto, o mutirão e ações de reflexões a ele aliado deveriam ser algo contínuo, até que, ao menos utopicamente, atingissem a vida das pessoas em tal nível que, em suas mudanças de hábito, não houvesse mais pontos de acúmulo de lixo, houvesse redução na produção e reciclagem do lixo, bem como as pessoas tivessem outras atitudes como a compostagem de seus resíduos sólidos e reutilização de determinados resíduos hoje em dia descartados. Além disso, ainda utopicamente, alguns fenômenos, como o pensamento mais coletivo, poderiam estar mais presentes no cotidiano dessa população e da sociedade como um todo. Porém, supor isso é pensar de acordo com uma utopia determinada e não ver o que de fato acontece e o que a população almeja.

Por ora, constatamos no grupo que o mutirão poderia estar aliado a outras ações, também propostas em nossas reuniões do primeiro semestre de 2014, e acontecer periodicamente. Assim, pensamos inicialmente em juntar a ideia do mutirão ao dia da panfletagem (com as informações da coleta); ao “Ecomóvel” da LOGA (podendo tanto ele estar nas proximidades no dia do mutirão, quanto estar presente em algum dia que o antecederesse para ajudar na divulgação); às informações que auxiliariam na articulação de diferentes atores (como a atuação do Roldão na coleta de óleo de cozinha usado); à filmagem de novas ações para um futuro vídeo do processo dessa questão na comunidade (pensando na continuação do vídeo anterior “Comunidade em foco: olhar, pensar e agir.”); à apresentação de alguns vídeos como aquele anteriormente citado feito pelas ACS; dentre outras informações como as doenças relacionadas ao lixo, bem como estatísticas com relação a essas

doenças ocorridas na São Remo, constatando a realidade local dos últimos anos.

Com o passar do tempo, porém, acabamos pensando que essas ações poderiam acontecer de forma mais separada, porém tendo como ideal um fio condutor que as ligasse, ainda que de forma indireta. Assim, começamos a pensar mais diretamente no mutirão e algumas perguntas norteadoras começaram a fazer parte de nossas discussões: faríamos um mutirão grande para chamar a atenção e/ou vários mutirões pequenos para mobilizar os moradores aos poucos? O que faríamos nesse dia?

Na primeira reunião de agosto falamos sobre a importância de marcarmos uma data para o mutirão. Pensamos que outubro seria melhor que setembro para podermos nos organizar melhor. Decidimos que teríamos o dia 18 de outubro como meta para a organização do mutirão, que se iniciaria às 9h00, tendo a Agente/Espaço Girassol como local de concentração. Entretanto, ainda restavam algumas dúvidas que suscitavam nossa discussão sobre essa ação: seria um mutirão de Limpeza! Mas quem convidar? Como ser visível? Usaríamos o vídeo “Comunidade em Foco”? Faríamos um vídeo? Onde faríamos o mutirão? Adotaríamos uma praça ou uma rua? A partir desses pontos, decidimos que seria interessante pensar primeiro no local onde esse mutirão poderia ser realizado. Concluímos que tanto o campo quanto a quadra eram locais dos quais alguns grupos de pessoas da comunidade já cuidavam e para os quais já planejavam ações, apesar de termos observado que a questão do lixo também era um problema naquela região da São Remo. Vimos que seria importante nos encontrarmos mais vezes para definirmos melhor as ações do dia do mutirão. Entretanto, alguns pontos já foram colocados e definidos naquela primeira reunião de agosto.

A ideia era começarmos com um local menor, onde faríamos um “projeto piloto”, adotando uma rua ou uma viela. Faríamos, além da limpeza, algo que chamasse a atenção, que transformasse o lugar, trabalhando com a parte estética para assim tornar o local mais agradável. Algumas ideias, como

colocar uma lixeira, fazer *graffiti*¹⁰, estêncil, encapar poste com crochê, mosaico, fazer vasilhinhos com garrafas pet, surgiram nesse dia, com o objetivo de tentar utilizar o máximo de materiais do lixo para essa intervenção. Por fim, pensamos na importância de nos reunirmos quinzenalmente a partir de então para refletirmos mais sobre o que faríamos nesse mutirão/projeto piloto.

Na reunião seguinte, saímos para andar pela São Remo em busca de locais potenciais para a intervenção. Primeiro fomos à viela de uma das ACS para ver se seria interessante fazer uma intervenção ali ou nas proximidades. Entretanto, as vielas daquela rua pareciam bastante organizadas e pensamos que poderíamos visitar outros lugares potenciais. Vimos outras vielas, mas ficamos ainda de considerar outros locais potenciais para uma ação desse tipo.

Na mesma reunião, conversamos mais assiduamente sobre dois pontos implicados em um mutirão. O primeiro sobre a lixeira. Inicialmente, pensamos que seria importante colocar uma lixeira na viela, onde as pessoas, ao invés de depositar seu lixo em um ponto de acúmulo no chão próximo à sua entrada, poderiam depositar seus resíduos em locais específicos para isso. Entretanto, a falta de espaço também é uma realidade nas vielas. Se, por um lado, nas vielas não existem grandes espaços para se colocar lixeiras, por outro, o lixo, muitas vezes, já ocupa esse espaço. Além disso, talvez a lixeira não comportasse a quantidade de lixo descartada pelos moradores da viela, ou os moradores de outras vielas passassem a jogar seu lixo na lixeira da viela vizinha, não cabendo todo o lixo depositado, agravando a situação, ao invés de melhorar. Ou ainda, as pessoas talvez não respeitassem a lixeira e jogassem o lixo fora dela. Além disso, conversamos sobre a importância de verificar com a LOGA qual tipo de lixeira poderíamos usar para que a coleta do lixo fosse completa, pois não adiantaria colocarmos uma lixeira que os coletores da LOGA não conseguissem acessar. Enfim, era necessário pensar em todo o processo, desde o envolvimento dos moradores, para que fosse feito algo que contribuísse com eles (e não se tornasse mais um problema),

¹⁰ Uso aqui a forma de escrita *graffiti* em vez de grafite ou grafito, como é considerada a forma correta nos dicionários da língua portuguesa no Brasil, pois é assim que os artistas escrevem para nomear sua arte.

até a coleta realizada pela LOGA, que daria destinação final àqueles resíduos.

Outro ponto levantado e discutido na reunião foi a ideia de fazermos um mutirão no quarteirão que fica atrás do Roldão, no muro do Buracanã, grande ponto de acúmulo e de coleta de entulhos. A ideia proposta foi tirar todo o entulho que existe ali e pintar vagas, onde os carros que hoje ficam parados nas ruas menores da São Remo pudessem estacionar. Neste caso, faríamos uma parceria com a INOVA e com a CET para a construção desse estacionamento público. Discutimos sobre o receio de que essas vagas fossem apropriadas para fins privados, como aconteceu em outras localidades da São Remo, bem como a necessidade de envolver mais atores, uma vez que naquela região transita muita gente. Também discutimos que de fato essa intervenção poderia trazer melhorias significativas para a São Remo, como, por exemplo, maior segurança para as crianças que voltam da escola nas peruas. Concluímos que, apesar de ser uma ideia interessante, precisaríamos de mais tempo para amadurecê-la, podendo ser o foco de um mutirão futuro.

Na primeira reunião de setembro, conversamos muito sobre a importância de envolver mais gente nas ações do grupo, principalmente no mutirão. A partir de então, iniciamos uma conversa sobre de que forma envolver mais gente. Uma participante da Agente/Girassol lembrou que no último sábado de cada mês realizava-se a apresentação de um grupo de música no Espaço Girassol. Empolgamo-nos com a possibilidade de pensarmos em uma ação nesse dia. A ideia era convidar todas as famílias dos integrantes de todos os projetos, ou seja, as famílias do Espaço Girassol, do MOVA, do Delinearte e assim por diante e pensamos em uma proposta para esse dia. O objetivo, além de envolver mais pessoas nas ações do grupo, era tanto obter informações sobre o que as estava incomodando com relação ao lixo, quanto saber quais ideias essas pessoas tinham para solucionar a questão. A estrutura do evento contava com uma abertura para manifestação dos participantes do grupo Remo Vendo Lixo, momento em que as ACS falariam sobre como começaram as discussões sobre a questão do lixo, falariam sobre

o grupo e apresentariam o vídeo que haviam produzido (“Comunidade em foco: Olhar, pensar e agir”).

Depois, haveria uma divisão das pessoas em grupos menores – para que as pessoas pudessem ficar mais à vontade para falar sobre o que pensavam e dar tempo de mais gente falar – tendo um integrante do grupo Remo Vendo Lixo como mediador da conversa. Nesses grupos, a ideia seria montar um “muro das lamentações”¹¹, com tijolinhos de papel, onde as pessoas escreveriam o que as incomodava na comunidade com relação ao lixo. Quando terminasse essa primeira etapa, faríamos a “árvore dos sonhos”¹², com propostas do que poderia ser feito para melhorar a situação atual. Por fim, todos os grupos voltariam a se reunir com os demais grupos e juntaríamos os “tijolos” e as folhas de cada árvore, montando um grande “muro das lamentações” e uma grande “árvore dos sonhos”. Posteriormente, abriríamos espaço para algumas falas de quem quisesse compartilhar algo no grupo maior. Por fim, falaríamos sobre o mutirão e convidaríamos as pessoas a participar (ver anexo D).

Ainda nessa reunião de setembro, houve outra ideia para o mutirão que estava programado para outubro. Como teríamos pouco tempo para realizá-lo e esse encontro com os pais seria muito próximo ao dia programado para o mutirão, surgiu a ideia de fazermos no dia 18 de outubro de 2014 um mutirão/oficina de *silk* em camisetas brancas, tanto para que no dia do mutirão pudéssemos ter uma identidade visual (todos com camisetas iguais), quanto para amadurecermos as ideias anteriormente discutidas e assim pensarmos nos pontos do “muro das lamentações” e da “árvore dos sonhos” que seriam levantados pelos familiares dos participantes dos projetos da ONG no encontro descrito anteriormente.

¹¹ O “muro das lamentações” é uma ferramenta utilizada em trabalhos com grupos para se entender as problemáticas enfrentadas no local. Assim, as pessoas começam uma discussão sobre o que incomoda em determinado espaço coletivo e elegem alguns pontos para escrever em “tijolos” de papel, que serão afixados por todos os participantes do grupo em um “muro”, podendo este ser feito de cartolina ou outro material.

¹² A “árvore dos sonhos” é uma ferramenta utilizada em grupos em que se desenha uma árvore e onde as pessoas, após discutir sobre as problemáticas de um local, pensam em soluções para a mesma e colocam na árvore. Geralmente essa atividade sucede o “muro das lamentações”.

Entretanto, nessa primeira reunião de setembro, nem as ACS, nem as pessoas da LOGA estavam presentes. Portanto, entramos em contato com todos por e-mail, expondo a proposta e consultando-os a respeito disso. As pessoas que estavam presentes nessa reunião não tiveram respostas dos demais. Era um momento de muitas instabilidades, com pessoas de férias e com uma longa greve da USP acontecendo simultaneamente. Enfim, não é possível indicar definitivamente quais foram os motivos pelos quais a participação foi menor, e acelerar as ações passando por cima da opinião do coletivo não era nosso foco. Portanto, decidimos que essa atividade de exibir o vídeo e elaborar a “árvore dos sonhos” e o “muro das lamentações” aconteceria separadamente, em atividades dos educadores da ONG, bem como na reunião de pais que aconteceria no início de outubro.

Na segunda reunião do mês de setembro, as equipes da ONG Agente/Girassol nos relataram a decisão de adiar essa ação do encontro anteriormente mencionada e a ideia de envolver as pessoas beneficiadas pela ONG, bem como os pais e responsáveis pelas crianças que participavam do Espaço Girassol, uma vez que essa ação, em menor escala, poderia se encaixar nas próprias atividades da ONG. Assim, seriam realizados alguns encontros facilitados pelos próprios educadores da Agente/Girassol, sendo que se alguém do grupo pudesse e quisesse participar, poderia conversar com os educadores e atuar no momento da atividade. A ideia era que essa atividade acontecesse antes da próxima reunião do Remo Vendo Lixo, no dia 09 de outubro.

Sobre o mutirão, foi retomada a ideia de adotar uma viela para ser nosso “projeto piloto”. Foi aventada uma viela que poderia apresentar condições físicas adequadas para nossa intervenção e dirigimo-nos até ela para conhecê-la. A viela visitada foi a “Roberto de Barros”. Nela, existia um ponto de acúmulo embaixo de uma escada. Ali, havia um saco plástico bem grande para facilitar o trabalho dos coletores. Pensamos em algumas possibilidades de ações para o local, mas antes de definir o que seria feito, tínhamos que verificar quem eram os moradores dali e se havia interesse por parte deles também. A quantidade de pessoas/famílias moradoras da viela poderia ser obtida no banco de dados do CSEB. Assim, pedimos às ACS que buscassem

tais informações para, posteriormente, entrarmos em contato com aquelas pessoas. Um ponto interessante sobre essa viela é que era um ponto de concentração de *graffitis* de autoria de artistas cujas obras estavam espalhadas por toda a São Remo (Figura 7). Foi por volta dos meses de agosto e setembro que esses trabalhos foram iniciados e alguns moradores do grupo comentaram sobre o apreço que tiveram pelo mesmo.

Figura 7: Fotografia de na viela Roberto de Barros após a intervenção de *graffiti*.

Na reunião seguinte, em outubro, a equipe da ONG relatou o encontro com os pais das crianças do Espaço Girassol para a construção do “Muro das Lamentações” e da “Árvore dos Sonhos” (Figuras 8 e 9). No encontro, havia entre 15 a 20 pais presentes; eles foram divididos em três grupos para a elaboração tanto do muro quanto da árvore. Depois foi mostrado o vídeo “Comunidade em Foco”, feito pelas ACS, e, por fim, houve uma conversa. Parte dos pais disse que a situação do lixo melhorou e parte disse que piorou. O “Muro” consolidado nesse encontro tinha pontos muito semelhantes aos que nós levantamos e discutimos em nossas reuniões, sendo este um sinal bastante positivo para nós.

Figura 8: Foto do "Muro das Lamentações" elaborado pelos pais das crianças que frequentam o Espaço Girassol.

Figura 9: Foto da "Árvore dos Sonhos" elaborada na atividade junto aos pais das crianças que frequentam o Espaço Girassol.

A necessidade de abrir mais o grupo, envolver mais gente, foi novamente levantada. A conversa com os pais na Agente/Girassol foi uma tentativa de aproximá-los dessa discussão e parece ter havido abertura por parte deles

para um maior envolvimento nas discussões e ações, o que nos pareceu bastante positivo. Entretanto, a questão, naquele momento, era definir melhor o que e onde seria feito o mutirão. As informações sobre a quantidade de moradores da viela Roberto de Barros foi obtida por uma ACS com a pessoa responsável pela estatística do CSEB. Lá estavam cadastradas 54 famílias e 169 pessoas. Também foram levantados outros locais como possíveis para a intervenção, como a viela 10, pois ela apresentava 4 saídas, muito lixo e buracos que atrapalhavam a acessibilidade, e a viela 5, pela grande quantidade de lixo ali acumulada.

Nesse momento do grupo, aconteceu algo que me chamou muito a atenção. Apesar de as discussões estarem caminhando e de estarmos nos aproximando de uma ação direta com relação à questão do lixo – com envolvimento de mais moradores e pensando mais ativamente em possibilidades dessa ação de mutirão – uma nova necessidade começou a aparecer no grupo. Algumas pessoas manifestaram o desejo de ampliar as discussões e falar sobre as outras problemáticas da São Remo. Assim, a preocupação com alguns espaços conquistados anteriormente e que estavam sendo perdidos, como a Praça da Amizade e a Bibliocombi (uma biblioteca montada dentro de uma combi que fica estacionada ao lado do bar de uma liderança local); além disso, a questão do baile funk, anteriormente relatada, eram temas que constantemente ressurgiam em nossas reuniões.

Por que será que essa necessidade surgiu nesse momento? Seria o grupo um espaço onde as pessoas estavam se sentindo mais à vontade para articular e propor mudanças? Seria a necessidade de uma articulação algo antigo e não realizado? O que poderia ter dificultado essas articulações no passado? Seria uma fuga, mudando o foco por, inconscientemente, terem medo de as ações não darem certo? Não tenho como apresentar respostas certas e definidas para tais questões, mas posso afirmar que a sensação era de que, cada vez mais, o grupo estava forte e tentar trazer outras problemáticas para nossa discussão parecia uma prova disso.

Com o fortalecimento do grupo e para que ele se fortalecesse ainda mais, sentimos a necessidade de constituir explicitamente uma identidade para ele. Um nome foi sugerido ainda no primeiro semestre de 2014, por meio de troca

de e-mails e de um grupo no *Facebook*, porém, foi acatado apenas em setembro de 2014, quando a necessidade de uma identidade começou a surgir. Outra ideia foi a de criarmos um logotipo que seria seu símbolo, no qual pudesse haver uma brincadeira com o nome Remo Vendo Lixo. Isso não ficou consolidado até o final de 2014. Porém, realizou-se uma atividade coordenada por um educador do Espaço Girassol com as crianças participantes de projetos desenvolvidos pela ONG em que a questão do que é um logotipo foi trabalhada e, posteriormente, as crianças desenharam logotipos para o nosso grupo.

Figura 10: Fotos do dia em que colocamos os desenhos das crianças em alguns pontos de acúmulo nas vielas.

Na segunda reunião de outubro, o educador do Espaço Girassol trouxe os trabalhos feitos pelas crianças como possibilidades de logotipo para nosso grupo. A partir deles, pensamos em expô-los pela São Remo. Para que essa exposição acontecesse era necessário digitalizar, preparar e colocar os desenhos em diferentes pontos da São Remo na reunião seguinte.

Priorizamos alguns pontos viciosos, ou seja, onde se acumulam lixo, e que tivessem de médio a grande fluxo de pessoas.

Na reunião seguinte, preparamos os desenhos (escaneados), colocando papel *contact* para protegê-los em caso de chuva, e saímos para colocá-los em alguns pontos estratégicos da comunidade (Figura 10). Nessa mesma reunião, uma moradora que participa do Delinearte comentou que colocou uma placa na viela de sua casa indicando os dias em que os coletores passavam, para que as pessoas depositassem o lixo apenas nos dias corretos. Então, fomos ver a placa feita por ela e colamos alguns desenhos próximos à placa. Também colocamos desenhos em mais dois pontos: um, em uma viela próxima àquela onde morava a autora da placa, e outro, no local onde pretendíamos fazer o projeto piloto.

Um fato curioso aconteceu entre outubro e novembro de 2014. Duas vielas tiveram intervenções semelhantes à que pretendíamos fazer; uma delas, inclusive, era aquela na qual pensávamos agir inicialmente e onde, no fim, colocamos alguns desenhos das crianças.

A primeira ação desse tipo aconteceu em outubro, em uma viela na Av. São Remo – ponto no qual costumava haver acúmulo de sacolas de lixo – onde os moradores retiraram o lixo, deixando o local limpo, assentaram muitos vasos e afixaram uma placa, orientando os moradores para que não mais colocassem lixo ali (Figura 11). Tentamos descobrir quem havia realizado aquela ação, mas sem sucesso. O curioso foi que, semanas depois, o mesmo tinha acontecido na viela Roberto de Barros. Lá, ficamos sabendo que havia sido uma moradora da viela, que sempre limpa aquele local após a retirada de lixo, e um jovem. Após a intervenção dos próprios moradores, a viela ficou como apresentada na Figura 12, a seguir.

Figura 11: Intervenção feita pelos moradores em outubro de 2014.

Figura 12: Foto da viela Roberto de Barros após intervenção dos moradores.

O depoimento de uma das Agentes Comunitárias de Saúde, pessoa que viu e compartilhou conosco essas duas conquistas, foi que ela sempre desejou que a comunidade, que cada morador, enxergasse a questão do lixo como problema e que, naquele momento, ela estava começando a perceber ações dos moradores neste sentido. “O que deixa feliz é que eles estão se incomodando e eles estão fazendo uma ação.” (*colaborador morador, 2014*) Essas ações trouxeram ainda mais ânimo ao grupo. Além disso, perceber que

tanto as questões que nós havíamos apontado como problemas, como as pessoas pensarem em soluções semelhantes às nossas, era algo bastante gratificante ao grupo como um todo, pois parecia haver sintonia entre as formas de enxergar a situação e pensar em soluções. Além disso, parece-me, como descreverei mais no capítulo 4, que foi por ter dado a devida atenção aos detalhes trazidos pelos próprios moradores, às demandas, às ideias, que essa pesquisa-ação encontrou ressonância em ideias tidas pelo grupo e ações realizadas por moradores que não participavam dele. Essa sintonia parece reflexo tanto de uma postura que tive pessoalmente, pautando-me tanto por princípios éticos quanto por princípios da pesquisa-ação, quanto da participação ativa dos integrantes do grupo, que conheciam e puderam expressar suas ideias de acordo com a realidade local.

Enfim, a empolgação era grande e, apesar de a reunião seguinte ser a última do ano, havia perspectivas de continuidade do grupo. Para o encerramento de nossas atividades em 2014, combinamos que faríamos uma confraternização. Como uma pessoa da Agente/Girassol havia apresentado as ações do grupo em um evento da ONG, ela se dispôs a apresentá-las novamente para nós, para que pudéssemos fazer uma retrospectiva do ano. Além disso, pretendíamos fazer uma avaliação e agendar a primeira reunião de 2015.

Para nossa surpresa, a nossa última reunião estava repleta de gente. Pessoas que há muito tempo tentavam participar, como os representantes da INOVA, bem como novos atores que estavam trabalhando com a mesma temática na São Remo entraram em contato e novas parcerias foram estabelecidas. Na última reunião do ano, 18 pessoas lotavam a sala, uma das reuniões com maior participação até então. Além das ACS, da equipe do Agente/Girassol, minha, de uma moradora e da LOGA, havia também três representantes da INOVA e mais três pessoas do Projeto GeoCasa São Remo, um projeto incubado pela Cooperativa Poética, que tinha por objetivo

executar intervenções de biomoradia pautadas pela Permacultura e pela Agricultura Biodinâmica.¹³

Como havia novos parceiros, fizemos uma apresentação de cada pessoa presente, bem como seu histórico de envolvimento com a questão do lixo na São Remo e com o grupo. Uma pessoa da ONG Agente/Girassol fez a apresentação das ações do grupo em 2014 e, a partir daí, fizemos uma avaliação e, ao mesmo tempo, conversamos sobre novas possibilidades e ideias para ações futuras. Algumas falas marcantes das ACS como forma de avaliação de 2014 foram:

“Fiquei muito feliz nesse ano, porque, por mais que as ações a gente não tenha conseguido fazer, a própria comunidade tá fazendo.”

[Fala um pouco sobre a vida moderna, sobre a falta de quintal nas casas] “É legal ver que a pessoa tá incomodada.”

“Então, não é em vão... É lento o processo.”

Foi muito gratificante e surpreendente ter terminado o ano assim, com tantas esperanças nas falas de um grupo de pessoas que, outrora, parecia tão desanimado. Com tanta empolgação e com a presença da INOVA, surgiu a ideia de fazermos um mutirão ainda em dezembro, no qual as guias seriam capinadas e pintadas, bem como os entulhos seriam todos removidos, em uma parceria desta empresa com a LOGA. Sugerimos que mais pessoas se envolvessem, como nós do grupo e outros moradores. Entretanto, por questões burocráticas (em caso de acidente, essas empresas seriam responsabilizadas), as empresas preferiram que não houvesse envolvimento da comunidade nessa ação direta. Porém, solicitaram que essa ação fosse amplamente divulgada na comunidade para que as pessoas colocassem seus entulhos nos locais apropriados antes da data prevista.

O grupo como um todo sentiu a necessidade de envolver mais os moradores, talvez em ações paralelas. Teríamos pouco tempo para organizar uma ação como essa ainda em 2014, entretanto, com essas novas parcerias,

¹³ O Projeto possui uma residência na São Remo com práticas que buscam a sustentabilidade, como a captação e tratamento de água.

poderíamos pensar em ideias e articulações para novas ações, como o mutirão anteriormente pensado e ainda não realizado.

Além desses novos parceiros anteriormente mencionados, houve também o contato, por e-mail, com uma moradora que conduz um projeto com o intuito de atuar, junto ao poder público, na melhoria sanitária com relação à questão do lixo na São Remo. Ela pareceu bastante disposta em ser parceira, mas por uma falha na comunicação, não pôde comparecer naquele dia. Mostrou-se, porém, disponível para contatos futuros de parceria.

Enfim, o que ficou forte nessa reunião foi perceber que existe muita gente querendo agir para a transformação do lugar, para melhorar as condições da comunidade. Parece que o problema era mais a falta de um espaço onde as pessoas pudessem se encontrar, ter novas ideias e trocar saberes, do que a falta de vontade em si. Saímos da reunião empolgados com novas possibilidades de ações e parcerias para 2015 e agendamos a primeira reunião para o início de fevereiro. A partir daí, espero (e sei que não sou a única) que novos capítulos possam surgir dessa reunião de pessoas.

O que fica evidente, porém é como tais discussões anteriormente apresentadas dispararam uma reflexão sobre o papel do pesquisador ou, no caso, da pesquisadora, em uma pesquisa-ação. Por isso, escrevi o próximo capítulo buscando mostrar pontos que me pareceram importante em minha atuação para que parte dessa pesquisa desse certo e pontos de fragilidade, com os quais precisei lidar em minha vida acadêmica ao longo de 2013 e de 2014.

Capítulo 4

Meu papel enquanto pesquisadora ou “*Um passarinho me árvore*”

O passarinho me transgrediu para árvore. Deixou-me aos ventos e às chuvas. Ele mesmo me bosteia de dia e me desperta nas manhãs.

(Manoel de Barros, 1998, p.9)

Ao longo desses dois anos de mestrado, muitas situações aconteceram, muitas reflexões borbulharam em minha cabeça e transformaram minha forma de pensar, dentre elas, qual o papel de uma pesquisadora em campo, no trabalho com uma comunidade, seus desafios e conquistas. Por isso, eu e meu orientador decidimos que seria importante ter um capítulo com uma reflexão sobre o papel de um pesquisador em um tipo de pesquisa como esse, pautado em situações vividas ao longo desses anos.

Quando iniciei o mestrado, como já dito diversas vezes nos capítulos anteriores, eu não conhecia a comunidade com a qual pretendia trabalhar. Porém, o trabalho com grupos de pessoas não me era totalmente desconhecido. Na realidade, desde pequena tive interesse e me envolvi em trabalhos voluntários com comunidades; eles, em sua maioria, eram bastante assistencialistas, mas naquela época eu não tinha muita noção disso. Essa noção, aliás, fui ter tempos depois, quando já atuava profissionalmente com comunidades tradicionais. Entretanto, já naquela época era incômodo perceber tamanha discrepância de oportunidades que pessoas de diferentes classes sociais possuíam, o que tornava interessante para mim esse tipo de trabalho.

Mesmo tendo esse ímpeto por trabalhar com pessoas, decidi cursar Biologia, por também ser apaixonada pelas questões do ambiente. Entretanto, em meio a uma série de crises com relação ao curso, durante um campo de estágio em Cananéia (litoral paulista) no qual trabalhava com golfinhos, percebi que queria atuar no âmbito social e não com outros animais.

Foi durante um cafezinho na casa de um pescador que isso ficou claro para mim. Já estava em meu terceiro ano de graduação e naquele momento eu já deveria ter em mente o meu projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Quando voltei do campo para a cidade onde morava, pensei muito sobre minhas escolhas e decidi sair do estágio e buscar áreas em minha universidade que trabalhassem com populações humanas. Foi então que me encontrei com uma professora (que posteriormente foi minha orientadora) que trabalhava com a questão de gênero e sexualidade. Conversamos e propusemos um projeto de TCC com uma comunidade indígena de Rondônia (RO).

Lá, tive contato direto com uma série de desafios. O tempo era outro! Mesmo indo de avião de São Paulo a Porto Velho, demora-se mais de um dia para chegar até a aldeia. Mas antes de ir até lá, passei por Guajará-Mirim, município onde se localiza a aldeia, onde tive longas conversas com pessoas bastante envolvidas na questão indígena e entendi uma série de questões sobre as quais outrora tinha uma percepção mais ingênua, dentre elas, a relação conflituosa entre pesquisadores e populações tradicionais e a importância da autonomia de povos indígenas.

Quando fui até RO, achei que estava certo que realizaria minha pesquisa, mas quando cheguei, soube que a comunidade não tinha se decidido se deixaria ou não eu fazer minha pesquisa lá; permitiram, porém, que eu ficasse um tempo na aldeia para passear e conhecer. Depois, entendi que eles também queriam me conhecer para então ver se permitiriam que eu fizesse uma pesquisa ali. Isso porque muitas pesquisas com eles ou em outras aldeias haviam sido realizadas sem que as pessoas dali tivessem obtido qualquer retorno, o que, por vezes, gerava um sentimento de serem usadas como “meros objetos de pesquisa”.

Foi nesses pequenos desafios que uma percepção mais sensível, mais empática, começou a surgir em mim – relatei-os brevemente porque tiveram uma influência direta na minha forma de agir e pensar não apenas na vida como um todo, mas, no caso desse trabalho, principalmente em relação a minha postura frente à comunidade São Remo e em relação a meus interesses e motivações éticas.

Assim, quando iniciei esse projeto de pesquisa, ainda não sabia se ele seria aceito pela comunidade e estive aberta para aceitar sem muitas frustrações uma resposta negativa (caso diferente com relação à pesquisa de TCC; lá eu estava preparada para uma possível demora, mas não estava preparada para receber um “não”). No mestrado, ainda mais por não ter tido nenhum contato prévio com as pessoas da São Remo, eu sempre busquei deixar explícito que aquele era um projeto que só poderia ser realizado se fizesse sentido às pessoas moradoras locais. Mesmo porque, eu não tinha intensão de ficar na cidade de São Paulo após o término do meu mestrado, o que poderia gerar um conflito ético, que incluía tanto o retorno para a comunidade quanto a autonomia dela para prosseguir com o trabalho.

Explicarei melhor os meus motivos, mas, para isso, parece interessante resgatar um ponto sobre a vivência que tive em meu projeto de TCC. No contato com pessoas que já atuavam com a questão indígena, muito foi me falado sobre a autonomia desses povos e o real interesse deles com relação a uma intervenção local. Isso porque ao longo de anos muitos projetos sociais aconteceram – tanto com essas populações tradicionais quanto com outras – sem muitas vezes se ter uma leitura profunda das necessidades reais da comunidade em questão, o que não fica restrito a projetos de cunho prático e direto com as populações, mas também a projetos de pesquisa.

Trata-se, assim, de pessoas que muitas vezes estavam realmente querendo melhorar a situação de uma população que enfrentava algum tipo de problema, mas se utilizavam de suas próprias percepções e leituras, míopes com uma visão etnocêntrica, sem conseguir ouvir e ver o que era entendido pelos “beneficiados” como problema real e o que não era entendido como tal. Ou, por vezes, compreendiam as demandas reais, colocadas como problema pela própria população, mas levavam soluções que nem sempre condiziam com os quereres locais. Uma das consequências disso eram projetos lindos, prontos e abandonados.

Um exemplo disso são hortas comunitárias feitas em zonas rurais para melhorar a qualidade alimentícia de uma população. Já ouvi mais de um caso de uma pessoa ou organização desenhar um projeto para uma comunidade, conseguir verba e engendrar esforços para realizá-lo, deixá-lo belo e pronto

para que a comunidade (aquela romântica, descrita no preâmbulo) cuidasse e todos usufruíssem da horta. Em muitos desses casos as hortas findavam abandonadas, ou porque apenas uma ou duas famílias se apropriavam da horta, cuidando e não querendo que seus esforços fossem aproveitados pelas demais famílias, o que, muitas vezes gerava conflito e posterior abandono, ou porque as pessoas já sabiam que poderia gerar conflito (afinal, quanto cada um cuidaria e, depois, quanto cada um recolheria da horta?) e nem colocavam seus esforços ali, ou ainda porque uma horta comunitária naquela localidade não foi uma intenção que fez sentido aos moradores dali e, portanto, ninguém se disporia a cuidar da mesma. Para quem é de fora e se esforçou para que, no caso, a horta fosse materializada, a situação poderia ser vista como desleixo, preguiça e, talvez, até mesmo egoísmo. Mas, para mim, vejo como problema, nesse caso, uma vontade tão grande em ajudar, que falta ouvir as soluções que a própria comunidade pode trazer.

Todo esse anseio por mudar a realidade de um local, buscando a melhoria da qualidade de vida de uma população, muito presente em projetos sociais existentes, pode, por vezes, trazer um caráter de poder e dominação ocultos. Como já discutido no capítulo 2, no início desse projeto eu quase caí nessa armadilha de poder e dominação. Não que eu almejasse um status como esse; pelo contrário, não queria assumir uma centralidade no grupo, nem, muito menos, que ele dependesse de mim para existir. Porém, vi que estava caindo nessa armadilha quando minhas ideologias começaram a ter destaque nesse projeto.

Na época, o grupo Remo Vendo Lixo ainda não tinha se estruturado, mas minhas ambições eram que as pessoas participantes dele pudessem ter um olhar mais voltado para as questões ambientais, para um cuidado com a Natureza, reduzindo o lixo na redução de consumo. Depois, percebi que estava inserida em uma cultura burguesa de saber, como se aquela minha ideologia fosse melhor que outras ideologias que poderiam existir ali. Com isso, não cheguei a sonhar com a tal “horta comunitária”, pois já sabia de outras experiências que não tinham dado certo, ainda mais que uma horta exige bastante cuidado; mas sonhei com formas de reduzir o lixo como composteiras, minhocários, reciclagem, articulação com os catadores de

materiais recicláveis, dentre outras tecnologias alternativas que poderiam melhorar a qualidade de vida do local e, ainda, contribuir para a diminuição (ainda que irrisória) do impacto ambiental que acontece na cidade de São Paulo.

O mais curioso para mim foi que, mesmo eu tendo a preocupação inicial nesse trabalho de fazer algo que fizesse sentido para a população local, quase tropecei no mesmo erro que já havia visto em outros locais; e foi preciso de um alerta de meu orientador e uma série de disciplinas no curso de pós-graduação, que mexeram profundamente comigo, para ver essas pinceladas inconscientes de dominação e poder em minha postura e sei que, por maior cuidado que se busque ter, não sou a única a ter esse tipo de deslize.

Isso porque estamos inseridos em uma cultura que, na maioria das vezes, percebe as pessoas com mais estudo, que estão mais próximas do saber científico, como detentoras do conhecimento, mas se esquecem que existe um saber local, que pode borbulhar em criatividade e trazer soluções mais coerentes com a realidade do lugar e que, por vezes, passam despercebidas àqueles que não vivem o cotidiano daquela comunidade.

Não significa, porém, que quem vai trabalhar com uma comunidade deve se isentar em ideias e não trazer seu saber técnico-científico à população. O perigo, porém, é que esse saber se imponha sobre os outros saberes existentes ali. Com isso, se fizer mais sentido para a população uma solução e não outra, a solução elegida pelos moradores deve, em minha opinião, prevalecer sobre a solução ideal de alguém que não mora ali e não entende com a mesma profundidade a realidade local. Cabe ao ator externo, porém, trazer suas ideias e buscar a reflexão sobre todo esse contexto. Quando esse diálogo acontece e existe espaço para os moradores se colocarem e contraporem suas opiniões às propostas feitas por agentes externos, elegendo uma solução e não outra, creio que quem não mora no local aprende muito mais sobre a realidade dali e quem é do local tem a oportunidade de entrar em contato com outros saberes também.

Apesar de ter caído nessa armadilha, onde minhas ideologias começaram a querer falar mais alto do que as vontades e saberes locais,

tinha escolhido a pesquisa-ação desde o princípio desse trabalho porque sabia que ela exigiria de mim uma constante reflexão sobre minhas atitudes e formas de pensar, e também exigiria a participação ativa das pessoas envolvidas, o que diminuiria o risco de impor minhas vontades sobre a vontade dos moradores. Enfim, ela parecia a mais coerente metodologia para meus ideais de atuação enquanto pesquisadora, uma vez que eu queria atuar diretamente com uma população e queria que a pesquisa trouxesse um retorno direto a ela. Além disso, era intrínseca à pesquisa-ação a escuta, a identificação de um tema como problema para posterior intervenção pela própria comunidade e, portanto, a participação ativa das pessoas envolvidas e interessadas pelo tema.

Entretanto, todo esse arsenal para uma participação efetiva da comunidade em uma pesquisa-ação não garante que as pessoas que poderiam se envolver na pesquisa de fato se envolveriam. Por isso, buscamos, eu e meu orientador, desde o início do mestrado, parcerias com pessoas que já atuavam no local e que poderiam nos auxiliar no estabelecimento de uma relação com a comunidade.

Nesse território, onde eu era estrangeira, ainda não sabia muito bem com quem essa parceria poderia ser estabelecida e com quem uma parceria seria mais prejudicial do que positiva. Por isso, no começo, quando conhecia alguém que atuava ali, sempre buscava ouvir e perceber as impressões daquela pessoa sobre a São Remo, mas anotava como sendo a percepção daquela pessoa, sem julgar, nem tomar como verdade absoluta.

Não sei se foi uma questão de sorte, mas acabei me encontrando com pessoas com muita vontade de melhorar de fato a comunidade e com elas estabeleci algumas parcerias, como mencionei nos capítulos anteriores. No início, em minha aproximação com o campo, a presença da Bia (Beatriz Rocha, coordenadora do Programa Aproxima-Ação) foi fundamental. Ela, como eu, não era moradora local, entretanto, tinha anos de atuação ali e era conhecida e respeitada por muitos moradores pelo trabalho que havia realizado. A presença dela abriu muitas portas para mim. Se eu não tivesse uma figura como ela ao meu lado, que acreditasse nas propostas dessa pesquisa-ação e que estivesse disposta a ir a campo comigo e me apresentar

às pessoas certas, possivelmente o trabalho não teria caminhado da forma como caminhou. Chegar a um campo desconhecido sem nenhum contato prévio e buscar parcerias é uma tarefa muito mais difícil, em termos da obtenção de aceitação, do que quando você encontra alguém disposto a ajudar e a apresentar pessoas com as quais seu trabalho possa ser desenvolvido.

Acredito também que minha postura inicial, na primeira reunião do Programa Aproxima-Ação, quando conheci a Bia, ajudou nesse acolhimento. Quando falei que pretendia fazer a pesquisa na São Remo enfatizei que, antes de mais nada, queria me certificar de que as pessoas moradoras da comunidade também teriam interesse no tema da pesquisa, que de fato estava em aberto, uma vez que dependeria dos interesses e demandas locais. Acredito que o fato de eu ter e mostrar essa abertura e flexibilidade com relação à investigação, onde a participação e a escuta dos moradores eram fundamentais ao seu andamento, gerou abertura para que uma relação de confiança se iniciasse e uma parceria acontecesse.

A partir da Rede Aproxima-Ação pude conhecer e estabelecer mais parcerias. Sempre que era possível, buscava participar de alguma ação ou projeto que era desenvolvido na São Remo e, assim, buscava estreitar parcerias e conhecer mais a realidade local.

Aos poucos, fui entendendo, tanto quanto possível, a complexidade local. A questão do lixo já tinha sido apontada como problema naquela primeira reunião da Rede Aproxima-Ação, mas queria ver se era entendida como problema por mais moradores da comunidade e compreender o contexto onde se inseria e onde queria me inserir. O olhar atento, o treino de uma escuta sem julgamento proporcionado pelo curso de educação em meio aberto, mostrar-me disponível e estar preocupada em ouvir as demandas levantadas pelos próprios moradores para depois decidir o tema desta pesquisa-ação foram fundamentais. O interregno de um ano entre a primeira insinuação do tema do lixo naquela reunião e sua efetiva escolha como tema do trabalho deveu-se fundamentalmente à preocupação em não impor aos moradores uma preocupação que não fosse compartilhada, de alguma maneira, também por eles. Isso obrigou-me a uma longa preparação em dois

níveis: por um lado, em nível pessoal, por meio do estudo sistemático da literatura sobre o assunto e da imersão na realidade local; por outro, por meio da costura de parcerias, muitas vezes sem qualquer relação direta com este trabalho, cuja intenção era a de permitir-me aproximar-me de agentes locais cujo auxílio, posteriormente, na forma de envolvimento político direto com o Remo Vendo Lixo foi fundamental para sua existência.

Como já relatado e discutido, a questão do lixo não era o único problema apontado pela população local, mas ele parecia de fato ser algo que a incomodava muito. Aliás, a questão do lixo é incômoda não apenas para a São Remo, mas para várias cidades do Brasil e do mundo. O lixo é um problema contemporâneo, reflexo de uma série de questões sociais, como o modo de vida, conforme já foi discutido anteriormente. Mas ele estava ali, naquela parcela da cidade de São Paulo, com diversos reflexos da metrópole e, o mais importante, visto como problema pela maioria dos moradores.

Assim, eu e meu orientador decidimos que esse poderia ser o tema dessa investigação e iniciamos contatos com pessoas que já tinham se mostrado interessadas em trabalhar com o tema. A Bia nos remeteu diretamente às Agentes Comunitárias de Saúde, pois elas já trabalhavam com a questão do lixo, tinham um projeto pronto para a instalação de um miniecoponto e já tinham articulado um grupo que discutia e pensava em soluções para a questão do lixo na São Remo.

Quando iniciamos os contatos com elas, como descrito anteriormente, houve algumas falhas em nossa comunicação e, por vezes, tivemos a sensação de que algumas das ACS não queriam muito que essa ideia tivesse continuidade, pois era como se a estivessemos nos apropriando de sua ideia de articular um grupo para pensar e discutir a questão e, posteriormente, desenvolver soluções correspondentes. Isso estava dentro de nosso imaginário e, ao que parece, não condizia com a realidade. Porém, sempre buscamos deixar explícito que fazia parte da metodologia de uma pesquisa-articulação articular um grupo para a discussão e para a busca de soluções com relação a um problema local.

Assim, sempre enfatizamos que não estávamos trazendo algo totalmente novo à comunidade, e que inclusive, elas próprias já tinham tido

essa ideia e a realizado, e que nós pretendíamos apenas auxiliar na rearticulação de um grupo com o mesmo propósito, o que, para nós, era ainda mais interessante, uma vez que não fomos nós, “estrangeiros”, “acadêmicos”, que viemos com uma ideia nova e iluminada, concedendo-a aos “humildes favelados”. Óbvio que não. Aquela ideia já tinha surgido ali e isso se torna uma evidência de como um grupo fazia, de fato, sentido àquelas pessoas, não tendo uma carga negativa de “dominador-dominado”; “pesquisador-objeto de pesquisa”.

Posto isso, no início do grupo buscava assumir um papel de animadora. Tanto eu quanto as ACS entramos em contato com possíveis parceiros, agendamos reuniões e pensamos as pautas das primeiras reuniões. Eu comecei a assumir algumas responsabilidades burocráticas como enviar e-mails para lembrar sobre as reuniões e fazer o registro e compartilhá-los também via e-mails, isso porque a parte do registro eu já tinha que fazer, pois eles serviriam (e serviram) como dados de minha pesquisa e os lembretes eram, além de uma ajuda, um modo para que eu me sentisse mais segura de que as reuniões aconteceriam.

Mesmo sabendo que a questão do lixo era identificada como problema pela comunidade e que o grupo era uma solução a que outrora a própria comunidade havia chegado, eu ficava insegura se o grupo daria certo, se as reuniões aconteceriam, se de fato era de interesse das pessoas um trabalho como esse. Lembro que no começo, na véspera de cada reunião, eu ficava preocupada se as pessoas participariam da reunião ou não, mesmo porque essa participação era um termômetro para mim. Se não houvesse participação das pessoas, isso poderia significar que eu não havia entendido direito o que os moradores pareciam entender como “problema”, o que, pra mim, seria frustrante uma vez que, como já discutido, buscava compreender, ouvir, e não impor aquilo que eu acreditava ser um problema. Além disso, uma reunião esvaziada poderia significar que minha postura nas reuniões não estava adequada para que houvesse abertura e, portanto, a participação ativa das pessoas.

Claro que o funcionamento e andamento do grupo não dependiam apenas de mim, mesmo porque éramos um *grupo*, mas como a proposta de

rearticulação do mesmo estava atrelada ao meu projeto de mestrado, minha postura e percepção poderiam influenciar positiva ou negativamente no andamento daquele espaço coletivo e, por isso, ficava atenta a detalhes que poderiam ser indícios do que estava bom e do que eu poderia melhorar em minha atuação. Isso tudo porque era um aspecto fundamental para a avaliação do trabalho a continuidade do trabalho após o término de meu mestrado – se este trabalho fizesse realmente sentido aos moradores, ele continuaria mesmo após o término dessa pesquisa-ação. Portanto, era fundamental que todos os integrantes do grupo se sentissem pertencentes e responsáveis pelo andamento do mesmo; porém, acreditar que um grupo poderia iniciar com esse espírito de equipe consolidado, seria ingenuidade minha.

Então, durante as reuniões, sempre que uma decisão precisava ser tomada (e, por vezes, algumas pessoas se direcionavam a mim como quem solicita uma resposta), eu procurava “jogar” de volta para o grupo. Por mais que eu tivesse ideias e opiniões a respeito de algum ponto, buscava sempre ouvir antes de me expressar. Claro que às vezes minha espontaneidade aparecia e eu emitia minha opinião ou ideia antes de outras pessoas se expressarem, mas existia o cuidado para ouvir antes de falar e, mesmo quando falava antes de ouvir, colocava minha opinião como mais uma sugestão dentre tantas que ali apareciam. Enfim, buscava deixar explícito que, apesar de meu interesse particular com relação ao grupo, eu não queria ter uma centralidade ali e que eu desejava que ele fosse tão interessante para os outros quanto era para mim, caso contrário, não teria sentido sua existência, uma vez que na pesquisa-ação emancipatória a participação dos atores sociais é ativa e de suma relevância, pois assumem a responsabilidade das transformações da prática e, quando há um agente externo ao meio social pesquisado, ele tem o papel apenas de moderador das discussões, auxiliando os atores a problematizar e a modificar suas práticas. “Vale frisar que a responsabilidade pelo desenvolvimento do trabalho, bem como pelas mudanças, é sempre assumida pelo grupo como um todo” (JORDÃO, p.7, [s.d.]).

Além disso, não foi apenas minha postura cuidadosa para que houvesse respeito e escuta com relação aos outros participantes que garantiu a consolidação do grupo, a possibilidade de realizar uma pesquisa-ação e a continuidade do grupo mesmo após o término do mestrado, foi também a postura das pessoas envolvidas no grupo que proporcionaram o sucesso dessa pesquisa-ação. Isso porque os moradores se colocavam bastante nas reuniões, assumiam e compartilhavam suas ideias, emitiam suas opiniões nas discussões, enfim, mostravam-se com uma postura bastante pró-ativa. Talvez, se eu me deparasse com um grupo mais passivo, a autonomia desejada não fosse alcançada. Ou ainda, se aquele tema não fosse de real interesse dos moradores, não houvesse tamanho envolvimento, como houve.

Além disso, aos poucos, novas parcerias foram estabelecidas. Como já foi relatado no capítulo 3, a presença da ONG Agente/Girassol já na segunda reunião deu outro ânimo às ACS, a mim e, conseqüentemente, ao grupo. Depois, a cada parceiro novo que surgia, o grupo parecia se fortalecer, e isso aconteceu ao longo de todo o mestrado. Quando o grupo já estava mais consolidado, os integrantes passaram a colocar não apenas suas opiniões e ideias sobre a questão do lixo, mas também suas percepções para a melhoria do próprio grupo. Assim, já em julho de 2014, poucos meses depois do início das reuniões do grupo, houve a proposição de uma das pessoas do grupo de que fizéssemos algo mais prático e não ficássemos apenas em discussões teóricas, pois foi colocado que se o foco fosse mais refletir sobre o tema do que agir, poderia gerar um desânimo dos integrantes. Por isso, iniciamos algumas ações, como já mencionado no capítulo 3. Outro ponto colocado pelos integrantes que mostraram uma preocupação com o grupo em si foi a vontade de ampliar as articulações e expandir o grupo, adentrando cada vez mais na comunidade, envolvendo os moradores.

Ao mesmo tempo em que me mostrava disponível ao que fosse preciso, busquei, aos poucos, me distanciar um pouco das ações e decisões. Entretanto, eu estava muito envolvida e, às vezes, era difícil não me colocar mais ativamente. Porém, conversando com meu orientador, chegamos a um consenso de que seria importante para o grupo ser cada vez mais autônomo e caso eu assumisse muitas responsabilidades no grupo, posteriormente, ele

poderia ficar muito dependente de mim. Pensamos em algumas formas para que se desse meu distanciamento, ele, inclusive, sugeriu que eu deixasse de participar de algumas reuniões, mas não consegui. O que fiz foi não participar das atividades propriamente ditas, apesar de ter muita vontade de estar presente.

Outra forma de deixar o grupo seguir e trabalhar o meu desapego foi uma conversa que tivéssemos logo depois de minha qualificação. Nela, expus meus desejos, anseios e preocupações. Falei que a cidade de São Paulo era muito inóspita para mim e que eu pretendia ter uma vida no campo, o que significava minha ausência no grupo e minha mudança de São Paulo após meu mestrado; contei sobre meu desejo pessoal de que o grupo continuasse independentemente do meu mestrado; falei que me via como secretária do grupo quando enviava os e-mails lembrando sobre as reuniões, quando fazia os registros das mesmas e que não poderia mais assumir essas responsabilidades; disse, assim, que, se também fosse de interesse deles a continuidade do grupo, seria bom que, aos poucos, outras pessoas assumissem as tarefas desse papel.

Enfim, da mesma forma que houve uma aproximação com a comunidade no início dessa pesquisa-ação, houve uma fase de distanciar-me. Um momento ainda novo a mim, que ainda estou elaborando. Já aconteceram duas reuniões em 2015, enquanto finalizo a parte escrita dessa pesquisa-ação, que não entraram nesse trabalho e, ao que parece, a tendência é que elas continuem, felizmente, e que eu deverei estar mais distante, infelizmente. As pessoas do grupo até brincaram que eu não conseguiria deixar de participar do grupo depois do meu mestrado. De fato, é um pouco difícil, para mim, desapegar-me de algo que ajudei a construir e ver seus frutos, mas a vida tem me direcionado para outros e novos desafios.

Mais de uma vez ouvi sobre como pesquisadores vão até uma comunidade, fazem suas pesquisas e depois “abandonam” ou não dão retorno à comunidade. O fato de eu não poder estar presente na continuidade do grupo não significa um desinteresse no desenrolar e no futuro da comunidade. Para mim, a maior satisfação desse trabalho é saber que o grupo irá continuar as atividades mesmo após a pesquisa ter se encerrado.

Acredito que esse foi o melhor “retorno” que eu poderia propiciar com essa pesquisa-ação, mas, também farei uma apresentação do trabalho não apenas em minha defesa de mestrado (para qual todo o grupo será convidado), mas também uma apresentação de minhas análises em uma reunião específica para isso.

Acho que não preciso nem dizer que muitos laços afetivos foram construídos ao longo desses dois anos e esses poderão sim continuar independentemente de mestrado ou do grupo. Conheci pessoas que levarei comigo, em minha história de vida e em meu coração.

Considerações finais ou por que fui trabalhar onde não fui chamada?

*Aprendo com abelhas do que com aeroplanos.
 É um olhar para baixo que eu nasci tendo.
 É um olhar para o ser menor, para o
 Insignificante que eu me criei tendo.
 O ser que na sociedade é chutado como uma
 Barata – cresce de importância para o meu olho.
 Ainda não entendi por que herdei esse olhar para
 baixo.
 Sempre imagino que venha de ancestralidades
 machucadas.
 Fui criado no mato e aprendi a gostar das coisinhas
 do chão –
 Ante que das coisas celestiais.
 Pessoas pertencidas de abandono me comovem:
 Tanto quanto as soberbas coisas ínfimas.
 (Manoel de Barros, 1998, p.17)*

Em maio de 2014, quando as reuniões do grupo já estavam acontecendo, recebi um e-mail bastante emblemático, por meio da Rede Aproxima-Ação. Na reunião anterior àquele e-mail eu havia comentado sobre um trabalho de mestrado em que a autora analisa a restrição de espaços de lazer de crianças da periferia de Manaus e coloca como, por vezes, esse grupo infantil busca espaços públicos na cidade para brincar. Como algumas pessoas tinham se interessado pelo texto, encaminhei o mesmo ao grupo de e-mails da rede.

Na sequência, uma professora da USP se despediu das pessoas por esse meio de comunicação virtual, uma vez que não mais participaria da Comissão Acadêmica, na qual ela representava o Programa Aproxima-Ação e, em seguida, foi enviado o tal e-mail bastante simbólico a meu ver, como discutirei mais adiante. Ele não foi nominal a mim, mas veio na sequência de e-mails trocados após eu enviar o texto que havia comentado em reunião.

O remetente era uma pessoa, ela também, bastante emblemática, que nunca cheguei a conhecer pessoalmente. Alguém que sempre se coloca

como liderança da São Remo, que a representa em diferentes instâncias, mas que parece ser um tanto polêmica em sua forma de expressar-se. Tomo a liberdade para falar isso não apenas pelo teor do e-mail em si, mas por ele condensar o sentido de muitas situações que me foram relatadas ao longo desses dois anos de pesquisa.

Início esse capítulo tratando deste e-mail, pois, na época, ele causou-me certo desconforto – o remetente dizia que não iria permitir que ninguém da USP usasse a população da São Remo como cobaia. Sei que ele não representa a opinião da maioria das pessoas de lá, como muitas vezes me repetiram durante os encontros. Mas também sei que esse pensamento existe e entendo que há motivos para ele existir.

Por muitos anos, pesquisadores de universidades, de uma maneira geral, fizeram pesquisas em locais como a São Remo, com populações alijadas de condições adequadas de vida, privadas do direito pleno à cidade e mesmo do respeito aos direitos mínimos garantidos pela Constituição, sem consultá-las a respeito do quanto seus interesses eram contemplados ou mesmo respeitados por tais pesquisas, ou se elas desejavam tomar parte. Por vezes, nem sabiam que estavam participando de uma pesquisa. Aliado a isso, a falta de retorno sobre o que havia sido pesquisado para as pessoas que tinham participado da pesquisa, bem como uma postura de superioridade diante de outras pessoas de fora do círculo acadêmico, também gerou esse histórico de desconforto principalmente por parte da população pesquisada.

Não sei quais foram os motivos específicos para que essa pessoa pensasse assim, mas sei que abusos de poder na relação USP-São Remo existiram e existem, infelizmente. Ao mesmo tempo, vedar a possibilidade de uma pesquisa ou uma atuação universitária na comunidade também não parece algo salutar: é responsabilidade da universidade pública dar um retorno à comunidade como um todo por meio da extensão, mesmo porque, é pelos impostos pagos pela população que a universidade se mantém. Além disso, se considerarmos que o autoconhecimento de um povo em condições de modernidade se faz em grande medida, para o bem ou para o mal, por meio do discurso científico – o qual é produzido fundamentalmente na academia – vedar o contato entre universidade e o restante da sociedade

pode de fato criar obstáculos para que um povo consolide sua autonomia e, em um horizonte utópico, a possibilidade de sua emancipação em relação às forças de dominação e subjugação. Porém, o que se vê hoje é muito mais uma extensão unilateral que mais atende às demandas do mercado do que às reais necessidades da sociedade. Isso se reflete, como dito no capítulo 3, em um sistema no qual a extensão não é valorizada no próprio meio acadêmico, uma vez que as exigências em torno dos professores, alunos e funcionários são muito altas, mas focam na “produção” de artigos científicos, não valorizando as ações de extensão, principalmente, mas não só, por parte das agências de fomento.

Acreditamos na importância de se fazer uma pesquisa que não “alimente” apenas o próprio meio acadêmico, mas que também contribua para a busca da sociedade, ou, ao menos, de uma população específica, pela emancipação das formas de dominação e desigualdade. Por acreditarmos nessa importância, optamos, como dito anteriormente, pela pesquisa-ação, que abre caminho para uma pesquisa em que uma intervenção possa ser realizada. Ademais, a pesquisa-ação pressupõe compreender as reais demandas de um local para então intervir, e não chegar ao local com algo pronto, sem saber dos interesses e necessidades ali existentes. Ao longo da pesquisa, obtivemos vários indícios de que houve o acolhimento necessário por parte da comunidade para que lhe fosse possível expor aquilo que era um incômodo real. Parece-nos também haver indícios de que soubemos ouvir as demandas levantadas e acatar uma em especial cuja transformação, conquanto parcial, estava ao nosso alcance.

Dentre esses indícios, eu gostaria de destacar a continuação do grupo mesmo após o término do presente mestrado. Particularmente, considero esta a minha maior conquista. Por vezes, cobrava-me insistentemente, até as raíças da insegurança, para não apresentar uma postura autoritária ou que fizesse parecer ao grupo que minha participação implicava considerá-lo um balão de ensaio para teorias psicossociais em pesquisa-ação. Desde o início, se é que se pode adotar tal linguagem, o teste final da validade de meu trabalho tinha caráter ético e um critério empírico bastante claro: a possibilidade de que este trabalho expressasse uma relação entre iguais – aí incluída a pesquisadora –

dependia de sua continuidade independentemente de minha presença como animadora das reuniões. Na tentativa de minimizar minha influência sobre o grupo, tivemos algumas ideias, como buscar que o registro fosse feito de forma coletiva, ou que houvesse um rodízio em sua escrita, e não que ficasse atrelado a minha pessoa, como já mencionado anteriormente. Por demandar mais tempo e trabalho, esse ponto ainda está sendo trabalhado, aos poucos, e parece estar tendo continuidade, por uma pessoa ter assumido essa responsabilidade. De toda forma, para minimizar essas angústias, certa vez, coloquei essas questões explicitamente em uma reunião, conforme reproduzo a seguir:

Relato Reunião do dia 25 de setembro de 2014

***** Grupo + Mestrado***

Conversamos um pouco sobre nosso grupo e sobre o meu mestrado também. No dia 24/09 ocorreu minha qualificação, um momento em que as pessoas que estão fazendo o mestrado apresentam seu projeto e o que foi feito até o momento para uma banca com dois professores e com o orientador. Nesse momento, a banca oferece uma série de sugestões que podem ser realizadas até o final do mestrado. Se alguém tiver curiosidade, depois posso contar com mais detalhes. Mas um ponto importante que conversamos na reunião passada foi com relação ao meu papel nesse momento e contamos um pouco para a Janaína [funcionária nova da Agente/Girassol] sobre como o grupo iniciou. Falamos que a discussão sobre a questão do lixo vem de muito tempo atrás, que as Agentes Comunitárias de Saúde já realizam um trabalho com a questão desde 2002, mais ou menos. Também falamos que já existiu um grupo que discutiu essa questão e que foi feito um projeto de miniecoponto, mas que o projeto “esbarrou” na falta de um espaço propício para a implantação do miniecoponto. Entretanto, as atividades de educação ambiental continuam sendo realizadas.

Com relação ao mestrado, a ideia foi e continua sendo realizar uma pesquisa-ação, que tem como objetivo realizar algo que seja de interesse da comunidade e que, ao mesmo tempo, trabalhe com o conhecimento acadêmico. Assim, a ideia é que tanto a universidade, quanto a comunidade se beneficie com o projeto, mesmo porque é papel da universidade tanto a

produção de conhecimento, quanto a formação de pessoas e o retorno à comunidade (o que a gente chama de tripé: ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO). Enfim... Conversamos um pouco sobre o meu papel no grupo. Inicialmente a ideia foi de ajudar a rearticular um grupo que já existiu, desde então busco auxiliar tanto nessa rearticulação quanto com ideias e conhecimentos que podem ser úteis (assim como as demais pessoas do grupo fazem). Nesse momento, me sinto em um papel de secretária, por escrever os relatos/registros de cada reunião, além de fazer a comunicação sobre as datas das reuniões. Entretanto, como comentei em outros momentos, não sou de São Paulo e não pretendo continuar aqui depois do meu mestrado, que acaba no início do ano que vem. Por isso, na reunião falamos sobre a importância de se pensar na estrutura do grupo a partir de agora, principalmente sobre esse papel de secretária que, aos poucos, poderia ser assumido pelas outras pessoas do grupo; seja revezando as tarefas, seja fazendo de forma coletiva. A ideia do caderno de grudados era justamente essa, ter um registro coletivo das ações do grupo. Mas depois podemos conversar melhor sobre isso

Enfim, minha pretensão era de que o grupo continuasse mesmo após o término dessa pesquisa-ação e mesmo sem a minha atuação no local. Talvez, eu tenha sido audaz ao pretender essa façanha, mas ela era também um termômetro que media se havia de fato interesse da comunidade em trabalhar com a questão do lixo e em agir em grupo ou se eu havia identificado uma demanda onde não havia. Entretanto, e principalmente por haver também uma postura firme das pessoas do grupo, ele pôde se manter e tem perspectivas de continuar mesmo após esse trabalho. Desde o princípio, os moradores se colocaram em uma postura bastante proativa nas discussões, reflexões e ideias de ações, o que me tranquilizou já no início sobre uma possível postura centralizadora que busquei não assumir, mas que poderia ter adotado, sem perceber.

Mesmo sabendo disso tudo; mesmo vendo que as pessoas estavam interessadas em fazer algo com a questão e dispostas que houvesse nossa participação; mesmo sendo acolhida por uma parcela da comunidade para a

realização dessa pesquisa-ação; quando me deparei com aquele e-mail questionando a presença da USP na São Remo, fiquei bastante reflexiva sobre minha atuação. Afinal, por que eu fui trabalhar onde não fui chamada?

Acredito que o anseio por trabalhar com as pessoas que de alguma forma são negligenciadas em seus direitos vem muito antes do mestrado; ver a injustiça social ou receber estigmas por pertencer a uma classe e não a outra sempre me incomodou.

Certa vez, quando tinha por volta de nove anos de idade, fui passear na cidade de São Paulo e vi crianças morando na rua. Para mim aquilo era muito novo, pois vinha de uma cidade pequena do interior e lá não havia crianças naquela condição, ou, pelo menos, eu nunca tinha visto. Aquela cena me causou um misto de tristeza e impotência. Foi então que surgiu um dos meus sonhos de infância para quando crescesse: pretendia construir uma casa para abrigar menores moradores de rua. Com o passar do tempo esse sonho se transformou. O contato com diferentes realidades sociais, com diferentes culturas trouxeram em mim, por um lado, a vontade de compreender melhor essas diferentes realidades e, por outro, de compreender a importância do fortalecimento comunitário e, acima de tudo, de não realizar ações que poderiam se tornar assistencialistas (e que, outrora, me pareciam soluções possíveis).

Mais tarde, depois de formada na graduação e de experimentar algumas atividades profissionais com comunidades, vi que o que me motivava era realmente o fortalecimento comunitário, aliado com a relação das pessoas com o ambiente e, mais especificamente, com a Natureza. Vi a possibilidade de trabalhar esses pontos através da Educação Ambiental, uma vez que acreditava na importância de uma mudança estrutural da sociedade, em que as pessoas refletissem mais sobre o seu modo de vida, em que a capacidade de reflexão crítica fosse mais forte do que as relações desiguais que a sociedade institucionalizou. Naquele momento, ainda não via as contradições discutidas anteriormente a que a Educação Ambiental poderia submeter-se. Enfim, quando decidi fazer o mestrado, achei que seria relevante trabalhar com o fortalecimento comunitário, por meio da Educação Ambiental, por meio de uma pesquisa-ação.

Apesar de termos sido muito bem acolhidos ao longo de nossa atuação no campo, como descrito nos capítulos anteriores, tivemos dois momentos de maior insegurança. Um foi aquele descrito anteriormente sobre o e-mail; outro foi o contato com uma pessoa que estava atuando na São Remo, em uma área diferente, e, enquanto conversávamos, surgiu o assunto do individual *versus* o coletivo. Falei sobre nossa ideia de uma atuação em grupo e ele considerou que minha postura poderia ser ingênua perante a comunidade; completou que atuava mais com indivíduos, por ser assim que os atores com os quais ele trabalhava mais se identificavam.

Não sei ao certo se foi pelo fato de ele ser de outra área, mais especificamente a arte, mas os apontamentos que ele fez mexeram comigo e me fizeram repensar se estava seguindo o melhor caminho naquele momento. Por uma insegurança em cair em uma possível cegueira e não enxergar a realidade da comunidade, no sentido de, talvez, a comunidade acreditar mais em ações individuais do que coletivas, resolvi expor a situação ao grupo. Comentei no grupo sobre minhas angústias e que havia dado razão para alguns pontos que ele havia colocado, mas também conversamos sobre a importância de uma atuação mais coletiva no tema do lixo, não descartando um trabalho individual em paralelo. Enfim, conversamos no sentido de pensar se aquilo que estávamos propondo era uma forma romântica de encarar a situação, tentando trabalhar com o coletivo, ou se a ideia fazia sentido para nós e para o todo.

Em nossas reflexões, consideramos ser importante pensar no coletivo, no trabalho em grupo e de mobilização, mesmo porque, um trabalho não exclui o outro. Ou seja, tão importante quanto o trabalho coletivo, é o trabalho individual. Porque, se as pessoas individualmente se sentirem responsáveis por uma questão que é também coletiva, elas poderão mudar seus hábitos e contribuir para a resolução do problema como um todo. Porém, se uma pessoa sozinha mudar seu hábito, por mais que melhore um pouco a situação, todo o entorno vai pressionar e, às vezes, até enfraquecer essa ação.

Entretanto, entendemos que essa ingenuidade poderia pairar, gerando aquela ideia de comunidade, de paraíso perdido, sobre a qual Bauman (2003)

discorre e que mencionamos no capítulo 1. Ao mesmo tempo, ter consciência de que nem todas as pessoas que habitam o mesmo espaço pensam ou agem de forma semelhante, é importante para se pensar e discutir de que forma colocar essas diversas posições em contato para, então, se buscar uma saída dialogada coletivamente. Mesmo porque, se um mesmo espaço é habitado por diferentes grupos, a ação de uns interfere diretamente na vida de outros, o que pode gerar conflitos na convivência, comuns não apenas na São Remo, como na sociedade de uma forma geral.

Então, parece relevante indicar que a ação conjunta de diferentes atores, com posicionamentos diversos, faz-se necessária para que atitudes cotidianas fiquem, ao menos, mais coordenadas. Pois, se cada pessoa agir conforme considera bom para si, sem levar em consideração o plano coletivo, o resultado pode implicar um aumento no nível de incômodo e atrito na convivência (como ocorre nos bailes funks na São Remo), diminuindo a possibilidade de resolução pacífica dos conflitos. Posteriormente, quando mobilizações para conquistas de melhorias que o Poder Público negligencia são necessárias, as articulações políticas locais encontram-se desgastadas e enfraquecidas. E ações que, outrora, poderiam ter traços de enraizamento, fazem-se desenraizadas.

Isso porque, o enraizamento, termo concebido por Simone Weil (1979, p.347), é definido pela autora como uma necessidade humana, visto que “o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”. A autora ainda afirma que a participação social do ser humano enraizado deve ter múltiplas raízes nos diferentes meios a que pertence naturalmente.

Além disso, o enraizamento mostra-se como um fenômeno de grande importância, pois, segundo as reflexões da autora, é possível afirmar que, quando uma pessoa está enraizada, ela cria vínculos sociais que fortalecem as ações da comunidade e para com o meio onde vive. Assim, passa a ter uma relação mais íntima com o ambiente ao seu redor e, conseqüentemente, um cuidado maior com as pessoas e com o meio, com quem e onde habita (SANTOS; TUNES; BARTHOLLO, 2006).

Apesar de sua importância para a existência humana, o enraizamento encontra-se ameaçado em grande parte da população, em um processo que a autora denomina “desenraizamento”. Este é condicionado pela invisibilidade pública e pelas condições subumanas de existência a que grandes parcelas da população estão submetidas, e é determinado por uma sociedade na qual impera o dinheiro e, conseqüentemente, o consumismo. Segundo Weil (1979, p.348), “o dinheiro destrói as raízes (...) substituindo todos os motivos pelo desejo de ganhar.”.

Na condição social em que o dinheiro impera nas relações de troca, em que o assalariado precisa contar cada centavo do que ganha para viver, a doença do desenraizamento é ainda mais aguda. Muitas vezes, mesmo que as pessoas de uma sociedade não sejam imigrantes, estrangeiras de nascença, elas se encontram em uma situação moralmente desenraizada, não se sentindo pertencentes a nenhum lugar por onde circulam, onde teoricamente vivem (WEIL, 1979, p.349). Outro ponto que enfraquece e, até mesmo, rompe o enraizamento é, segundo Weil (1979), a instrução tal como é entendida hoje.

O Renascimento provocou por toda parte um corte entre a gente culta e a massa (...) Resultou uma cultura que se desenvolve num meio muito restrito, separado do mundo, numa atmosfera confinada, uma cultura consideravelmente orientada para a técnica e influenciada por ela (...) completamente desprovida ao mesmo tempo de contato com este nosso universo e de abertura para o outro mundo.” (WEIL, 1979, p.349-350)

A tradição quando forte, cultivada e vivida, é uma evidência de enraizamento. A influência dominante vinda de outro lugar, que ou massacra ou menospreza os saberes tradicionais, desenraiza as pessoas que ali habitam, que ali possuem suas raízes (WEIL, 1979, p.352). Não seria, então, a Ciência, em seu formato de instituição acadêmica, uma fortalecedora do desenraizamento, uma vez que ela, muitas vezes, menospreza saberes tradicionais colocando-se superior a eles e trazendo um sentimento de inferioridade àqueles que não “sabem cientificamente”? Como é possível estar enraizado quando os ensinamentos passados pelos mais velhos pouco ou nada valem para os “aprendizes”? Quando as manifestações tradicionais, onde ainda existem, são, por vezes, ridicularizadas ou vistas como “atrasadas”? Quando o relógio pulsa mais rápido que o coração e a mente,

sendo as histórias adiadas para um momento que nunca tem vez? Momento este que é ocupado por novelas e filmes. As memórias são substituídas por vidas fictícias que podem até parecer com aquela vivida na realidade, mas que de fato nada têm a ver com o duro cotidiano de quem passa horas a fio se locomovendo pela cidade e trabalhando e que, quando chega em casa, tenta esquecer de sua própria história, de sua dura realidade.

Uma das consequências psicossociais do desenraizamento é o desenvolvimento de padrões identitários marcados pela percepção da impossibilidade de viver a própria vida de forma autônoma e plena em significado pessoal. Essa falta de autonomia diante da própria vida traz uma percepção de submissão e antinomia diante da sociedade e é expressa intelectualmente pelos obstáculos impostos pela sociedade da informação à constituição das instâncias críticas no indivíduo que assimila padrões interpretativos de caráter hegemônico sobre si mesmo e sobre seu ambiente, sem poder operar uma reflexão pessoal amadurecida, em um processo que se relaciona dialeticamente com aspectos (mencionados em outros capítulos) relativos à supervalorização do dinheiro e ao consumismo (SANTOS; TUNES; BARTHOLO, 2006).

Na realidade latino-americana, além disso, o consumismo ainda pode coexistir com a simples privação material, constituindo um quadro paradoxal em que a relação com a produção tem caráter alienado para a maior parte da população. Gonçalves Filho (não paginado, 1998) diz que “(...) nos bairros pobres, a espoliação prossegue seu curso, desta vez não tanto destruindo cultura como tolhendo a construção cultural, retendo as iniciativas populares num estado de inanição, inanição por privação de bens mundanos.”

O autor também aponta que no município de São Paulo, o dinheiro se torna essencial, pois as relações interpessoais se pautam fundamentalmente por seu aspecto econômico e essa alta demanda monetária induz as pessoas a ter um ritmo de vida acelerado em demasia. O trabalho se torna cada vez mais mecânico e em alta velocidade, gerando uma rotina desgastante física e psiquicamente. Como agravante, a educação se encontra distante da realidade, com conceitos dissociados do mundo e da vida dos estudantes, potencializando o desenraizamento por meio da transmissão de

conhecimentos técnico-científico-informacionais (BENJAMIN, 1936/1975; SANTOS; TUNES; BARTHOLO, 2006).

Atualmente, o conhecimento científico-tecnológico opera dentro de um sistema político-econômico pautado pelo domínio e subjugação política, econômica, cultural e psicossocial. Esse sistema, operando no sistema-mundo, pode ser chamado de globalização hegemônica. A globalização hegemônica tem como consequência a subsunção das alternativas identitárias psicossociais e coletivas a padrões de desejabilidade que se impõem como modelos globais e têm na vida urbana em grandes metrópoles sua expressão concreta mais visível (TASSARA, 2005). As vivências pessoais tornam-se algo a ser considerado em relação com a identidade hegemônica e os meios de comunicação vinculados à Indústria Cultural, que reproduzem tais padrões no processo de transmissão de informações, cujo significado perde-se para o receptor em decorrência de sua alienação frente ao processo de produção desses símbolos. Estudantes e proletários tornam-se cada vez mais desenraizados e desqualificados.

Apesar de todo esse contexto de uma sociedade desenraizada, onde as relações passam a ser mediadas pelo símbolo atual da economia – o dinheiro – ao longo dessa pesquisa-ação pudemos perceber, ainda que de forma tímida, alguns traços de enraizamento. Traços esses notados quando os moradores se mobilizam e buscam por mudanças; quando querem ampliar as articulações e parcerias para ver a comunidade melhorar; quando o interesse de outros moradores em participar, direta ou indiretamente, do grupo surge; quando ações que o grupo estava pensando em fazer são materializadas por outros moradores, quase que telepaticamente; quando, mesmo após o término dessa pesquisa-ação, o grupo que se constituiu ao longo dela manteve as parcerias, ideias, reuniões... Enfim, quando aquele espaço de discussões e propositivo se manteve com perspectivas de ampliar as ações e melhorar a questão do lixo na São Remo.

Bibliografia

- BAND NOTÍCIAS. **Sem-teto invadem terreno da USP em SP**. 22 DEC 2014. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/?id=100000727052&t>> Acesso em: 05 fev 2014.
- BARROS, M. **Retrato do artista quando coisa [1998]**. Editora Leya. São Paulo, 2013.
- BAUMAN, Z. **Uma introdução, ou bem-vindos à esquivada comunidade** In: Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 2003, p.7-11.
- BENJAMIN, W. (1936/1975). **O narrador**. In: Textos escolhidos (Walter Benjamin. Max Horkheimer. Theodor W. Adorno. Jürgen Habermas). São Paulo: Abril Cultural, p. 63-81. (Coleção Os Pensadores).
- CRUZ, P. G. **Ambiente Urbano**: lugar de restrição espacial e descoberta de novos espaços. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.20, n.3, p.702-714, 2011.
- DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Três ônibus são incendiados em reintegração na USP** 23 DEC 2014. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/1093579/tres-onibus-sao-incendiados-em-reintegracao-na-usp?referencia=buscas-lista>>. Acesso em: 05 fev. 2014.
- FERNANDES, F. L. **Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade**. Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente, jan-jun. 2005, p.37-62.
- FROMM, E. **Ter ou Ser?**. 4ª Edição. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1982, p.35-45.
- GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação Social: um problema político em psicologia Psicologia. USP V. 9, n. 2. São Paulo, 1998. Não paginado.
- _____. Humilhação Social: humilhação política IN: Orientação à queixa escolar (org. Souza, B. de P.). 2ª edição. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2007.
- JORDÃO, R. S. **A Pesquisa-Ação na Formação Inicial de Professores**: elementos para a reflexão. GT: Formação de Professores/n.08. São Paulo, [s.d.] Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt08/t0816.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- LAYRARGUES, P.P. **Muito Além da Natureza**: educação ambiental e reprodução social In: Pensamento complexo, dialética e educação ambiental (Orgs. Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P.P. & Castro, R.C. de). Ed. Cortez. São Paulo, 2006, p. 72-103.
- LEWIN, K. **Pesquisa de Ação e Problemas de Minoria** In: Problemas de Dinâmica de Grupo. 2ª edição. Editora Cultrix, São Paulo, 1975, p. 215-230.
- LIMA, D. M. A. & BOMFIM, Z. Á. C. **Vinculação afetiva pessoa-ambiente**: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. Revista PSICO Ψ v. 40, n. 4, Porto Alegre, PUCRS, pp. 491-497, out./dez. 2009.

MAGALHÃES, R. São Remanos fazem protesto na USP. Notícias do Jardim São Remo, notícia de 30/11/2012. Disponível em: <www.eca.usp.br/njsaoremo/>. Acesso em: 05 jan. 2013.

MASSOLA, G. M. et al. Pré-iniciação científica e o ensino de Psicologia para adolescentes por meio do projeto “Identidade, território e participação”. **Integración Académica en Psicología**, v. 1, n. 2, p. 51–69, 2013.

MOSER, G. **A Psicologia Ambiental**: competência e contornos de uma disciplina. Comentários a partir das contribuições. Revista Psicologia USP, São Paulo, 2005, p.279-294.

OLIVEIRA, M. **USP não é mais opção para os favelados**. Folha de São Paulo, 8 de novembro de 1997, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff081111.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

REIGADA, C.; REIS, M.F.C.T. **Educação Ambiental para Crianças no Ambiente Urbano**: uma proposta de pesquisa-ação. Ciência & Educação, v. 10, n. 2, 2004, p. 149-159.

SIMMEL, G. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito (1903)**. Mana, Vol. 11, nº2, Rio de Janeiro, 2005, p.577-591.

SANTOS Jr, S. J. dos; TUNES, G.; BARTHOLO Jr., R.S. **Natureza, Enraizamento e Desenvolvimento Situado**: por um mundo com Terra. III Encontro da ANPPAS. Brasília, DF, 13 pp, 2006.

SOUZA, R. A. DE. **O lixo e a conduta humana: gestão dos insuportáveis na vida urbana**. [s.l.] Universidade Estadual Paulista, 2013.

TASSARA, E.T. de O. **Proximidades e Identidades Urbanas**. Dinâmicas das Representações Sociais da Urbanidade e Espacialização da Identidade. Lapsi/USP, SP., Relatório de Projeto de pesquisa apresentado à FAPESP e ao Acordo USP-COFECUB-Lapsi/USP, 2005.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Esclarecimento da USP sobre terreno invadido e reintegração de posse**. 23 DECEMBER 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/imprensa/?p=45739>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

VILLAÇA, F. **A Segregação Urbana** In: Espaço Intra-Urbano no Brasil. Studio Nobel, São Paulo, 2001, p.141-155.

WEIL, S. **A Condição Operária e outros estudos sobre opressão (1943)**; tradução de Therezinha G.G. Langlada; seleção e apresentação Ecléa Bosi. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979, p.347-372.

Anexo A – Entrevista com participantes do grupo REMO-VENDO-LIXO

Pessoa entrevistada:

Data:

Hora:

Local:

Etapa 1: História de Vida

Etapa 2: Falar sobre a São Remo

Etapa 3: Questionário

- 1) Como você vê a questão do lixo na São Remo?
- 2) Há quanto tempo você percebe a situação do lixo assim?
- 3) Do seu ponto de vista, qual é a importância desse grupo?
- 4) Como você acha que o grupo “REMO.VENDO.LIXO” poderia ajudar com relação a isso?
- 5) Quais são suas expectativas com relação ao grupo?
- 6) Por que você participa do grupo? Quais suas motivações profissionais e pessoais?
- 7) Você já participou de outras intervenções na São Remo? Quais? Como elas aconteceram?
- 8) Você chegou a conhecer o outro grupo que discutiu a questão do lixo? O que você sabe com relação a ele? Sabe quanto tempo ele durou? Por que ele se desfez?

Anexo B – Ideias consolidadas na elaboração do *Brain Storm*:

- A possibilidade de um vídeo que comparasse as imagens de 2004/2005 com imagens atuais, 10 anos depois.
- Uma ação de reflexão junto aos moradores tendo como ponto de partida a "árvore sobrevivente" de um plantio que aconteceu há dez anos.
- Um dia de mutirão para limpeza do bairro com música, vídeo, fantasia; pensando tanto na parte de ação (limpeza) quanto de reflexão.
- Reuso do óleo de cozinha para fazer sabão.
- Existem dados sobre casos de Dengue e Leptospirose... Doenças relacionadas ao lixo? Sistematizar e disponibilizar os dados sobre casos de dengue, leptospirose e outras doenças relacionadas ao lixo e fazer uma campanha de combate a essas questões e ao lixo, com fotos do lixo, infestação de ratos.
- Pensar numa frente de atuação para a questão dos carros abandonados, fazendo parceria com outros atores externos e ficar "em cima" da subprefeitura para que seja efetivado.
- Cada viela pode ter um ponto de coleta seletiva onde os catadores poderiam ser parceiros e coletar.
- A Rocha/Girassol: Tem a proposta de trabalhar a questão do lixo dentro do Girassol (separação dos recicláveis) e depois na rua do Girassol e, aos poucos, expandir para toda a comunidade.
- Café da manhã no Girassol e chamar os catadores e a Rosângela que tem um trabalho com a questão do lixo.
- Levar uma pessoa que atuou na AMLURB para falar sobre um exemplo de sucesso que aconteceu num ponto de acúmulo de lixo na ZL.
- Trabalho com crianças/jovens – Agentes Mirins Sociambientais. Paulo já teve um projeto nesse sentido que atuava na Educação Ambiental. Mini repórteres que poderiam denunciar algumas ações em mídias; uma mídia para questão ambiental ou um espaço/parceria com a ECA e com a Educomunicação para ações nesse sentido.
- Cartazes provocativos, imagens de ratos, de moscas.
- Miniecoponto
- Ver e listar as ações comunitárias realizadas pela POLI
- Realizar oficinas com ideias das próprias crianças
- Realizar gincanas (Vielas mais limpa ou Girassol X Circo Escola – quem coleta mais ou recicla mais).
- Vender os materiais recicláveis e reverter o dinheiro em benfeitorias na viela vencedora.
- Trabalhar a questão da Coleta Seletiva com os moradores
- Mapear as Vuelas (quantas são, quais mais largas na entrada)

- Pensar em uma estratégia para chegar nos moradores (mapear grupos) – Talvez chegar nos moradores através das crianças do Girassol e do Circo Escola
- Oficinas com as crianças (Gincanas e outras)
- Lixeiras/Coleta Seletiva nas vielas
- Envolver catadores (resgatar entrevistas que já foram realizadas e ver se existe interesse deles ou de parte deles nesse envolvimento).
- Mapear cooperativas que já existem e que trabalham com coleta seletiva (Ex: Vira Latas. Existe uma rede de cooperativas para unificar o preço de venda dos materiais).
- Articular Conversa/Evento sobre cooperativas de coleta seletiva envolvendo moradores e catadores
- Visitar cooperativas/aterros/usina de compostagem
- Realizar oficinas em junho (férias escolares) – Uma parceria entre Paço das Artes e Girassol já irá acontecer, mas existe a possibilidade de pensarmos em outras oficinas também e levar para a diretoria do Girassol.
- Passar Filmes que suscite a reflexão sobre o tema, como “Razão das Coisas”
- Artigo (História do Lixo)
- Oficina de artesanato com materiais recicláveis
- Conscientização dos moradores – COMO? Já é possível perceber alguns avanços nesse sentido, antigamente as pessoas não ligavam tanto para o lixo, hoje já o percebem como um problema.
- Articular com os moradores a separação de um lixo específico com a coleta de alguns catadores que tenham interesse (ex: garrafa PET).
- Articular algumas famílias com alguma entidade/organização que trabalhe com compostagem para que algo semelhante a Revolução dos Baldinhos pudesse iniciar.
- Envolver os jovens do “movimento” na fiscalização/limpeza das ruas.
- Acompanhamento de dois coletores da LOGA nas visitas domiciliares para panfletagem informativa dos serviços (horário de coleta etc.)

Anexo C – Parte das ideias que foram revisadas, agrupadas e analisadas:

- Treinamento para informações sobre coleta do lixo (descrito anteriormente)
 - Haverá um café da manhã
 - Interessados em participar: ACS, Girassol, Elise, LOGA e alguns moradores
 - Futuras ações a partir do treinamento: visitas domiciliares para panfletagem informativa dos serviços (horário de coleta etc – ACS + Coletores); ação de educação junto às crianças e responsáveis à partir do panfleto; ação de educação junto aos alunos do MOVA à partir do panfleto; ação de educação junto às mulheres do artesanato à partir do panfleto.
 - Filmar esse dia.
- A possibilidade de um vídeo que comparasse as imagens de 2004/2005 com imagens atuais, 10 anos depois. [MÉDIO PRAZO]
 - Filmar o treinamento do dia 13/06
 - Filmar a “árvore sobrevivente” – Uma ação de reflexão junto aos moradores tendo como ponto de partida a "árvore sobrevivente" de um plantio que aconteceu há dez anos.
 - Pedir câmera do ponto de cultura do Amorim Lima (talvez envolver os jovens da São Remo que estudam lá?)
 - Envolver jovens da igreja que trabalham com vídeos para edição (médio prazo)
 - Interessados em participar: ACS, Girassol, Elise, Ponto de Cultura (?)
- Um dia de mutirão para limpeza do bairro com música, vídeo, fantasia; pensando tanto na parte de ação (limpeza) quanto de reflexão. [AÇÃO CONTÍNUA]
 - Aliar a panfletagem com as informações sobre a coleta
 - Ecomóvel da LOGA
 - Informar a população sobre o que o Roldão recolhe (como óleo de cozinha)
 - Filmar esse dia ou apresentar o vídeo anterior nesse dia.
 - Informar os moradores sobre as doenças que podem estar relacionadas ao lixo, como leptospirose, dengue... Talvez, trazendo os números de quantos casos de cada doença aconteceram nos últimos anos na São Remo
- Reuso do óleo de cozinha para fazer sabão.
 - Decidimos por apenas informar sobre a coleta de óleo realizada pelo Roldão, mas não se descartou totalmente a ideia de se fazer uma oficina de como fazer óleo
- Pensar numa frente de atuação para a questão dos carros abandonados, fazendo parceria com outros atores externos e ficar “em cima” da subprefeitura para que seja efetivado.

- Algumas pessoas se disponibilizaram a entrar no site da prefeitura e solicitar a retirada dos carros abandonados
- Cada viela pode ter um ponto de coleta seletiva onde os catadores poderiam ser parceiros e coletar. [AÇÃO PARA O FUTURO – MÉDIO/LONGO PRAZO]
- Rocha/Girassol: Tem a proposta de trabalhar a questão do lixo dentro do Girassol (separação dos recicláveis) e depois na rua do Girassol e, aos poucos, expandir para toda a comunidade. [POR ENQUANTO ESSA AÇÃO ESTÁ INTERNA AO ESPAÇO GIRASSOL]
- Fazer bate-papo com pessoas que podem trazer exemplos de sucesso. [AÇÃO PARA O FUTURO – MÉDIO PRAZO – JUNTO COM A APRESENTAÇÃO DO VÍDEO QUE SERÁ GRAVADO]
- Trabalho com crianças/jovens – Agentes Mirins Sociambientais. Mini repórteres que poderiam denunciar algumas ações em mídias; uma mídia para questão ambiental ou um espaço/parceria com a ECA e com a Educomunicação para ações nesse sentido. [AÇÃO DE LONGO PRAZO – ENVOLVER A ANGÉLICA? O PAULO?]
- Cartazes provocativos, imagens de ratos, de moscas.
 - Ao invés de cartazes provocativos, pensamos em grafites tanto das caçambas, quanto dos pontos de acúmulo. Foi falado do Izu e do Paço das Artes, pensando em possíveis parcerias.

Anexo D – Documento Elaborado para Encontro

1º ENCONTRO REMO VENDO LIXO

27/09/2014

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
15h	Apresentação Inicial 5'	Agentes de Saúde
15h15	Vídeo das Agentes de Saúde 10'	Agentes de Saúde
15h20	Deslocamento para Salas 5'	
15h35	Dinâmica Muro das Lamentações 15'	Motivador / relator
15h50	Dinâmica Árvore dos Sonhos 15'	Motivador / relator
16h10	Fechamento da Dinâmica – todos os grupos juntos 20'	(nome)
16h	Vídeo SPTV (<i>deixar para uma próxima vez</i>)	
16h10	Convite para 1º Mutirão 18.10 e (Pesquisa para definição local)	(nome)
16h30	Agradecimento/Encerramento/ convite para assistir a apresentação musical Voz d'Agente / lanchinho	(nome)